

Núcleo Básico

4

Ética Profissional e Cidadania Organizacional

CENTRO PAULA SOUZA



CENTRO PAULA SOUZA DO GOVERNO DE SÃO PAULO



Núcleo Básico

**Ética profissional e
cidadania organizacional**

Carmem Bassi Barbosa

José J. Queiroz

Julia Falivene Alves



**FUNDAÇÃO
PADRE ANCHIETA**

São Paulo
2011



Presidência
João Sayad
Vice-presidência
Ronaldo Bianchi, Fernando Vieira de Mello

DIRETORIA DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Direção: Fernando José de Almeida
Gerência: Monica Gardelli Franco, Júlio Moreno
Coordenação Técnica: Maria Luiza Guedes

Equipe de autoria Centro Paula Souza
Coordenação geral: Ivone Marchi Lainetti Ramos
Coordenação da série Núcleo Básico:
André Müller de Mello
Autores: Carmem Bassi Barbosa, José J. Queiroz,
Julia Falivene Alves
Revisão técnica: Cosme Lima de Oliveira

Equipe de Edição
Coordenação geral: Carlos Tabosa Seabra,
Rogério Eduardo Alves

Coordenação editorial: Luiz Marin

Edição de texto: Marcos Aparecido da Paixão
Secretário editorial: Antonio Mello
Revisores: Ana Maria Cortazzo Silva,
Ana Maria de Carvalho Tavares
Direção de arte: Bbox Design
Ilustrações: Carlos Grillo e Rodval Mathias
Pesquisa iconográfica: Completo Iconografia
Capa
Fotografia: Eduardo Pozella, Carlos Piratininga
Tratamento de imagens: Sidnei Testa
Abertura capítulos: © Maxstockphoto/Shutterstock

O Projeto Manual Técnico Centro Paula Souza – Coleção Técnica Interativa oferece aos alunos da instituição conteúdo relevante à formação técnica, à educação e à cultura nacional, sendo também sua finalidade a preservação e a divulgação desse conteúdo, respeitados os direitos de terceiros. O material apresentado é de autoria de professores do Centro Paula Souza e resulta de experiência na docência e de pesquisa em fontes como livros, artigos, jornais, internet, bancos de dados, entre outras, com a devida autorização dos detentores dos direitos desses materiais ou contando com a permissibilidade legal, apresentando, sempre que possível, a indicação da autoria/crédito e/ou reserva de direitos de cada um deles. Todas as obras e imagens expostas nesse trabalho são protegidas pela legislação brasileira e não podem ser reproduzidas ou utilizadas por terceiros, por qualquer meio ou processo, sem expressa autorização de seus titulares. Agradecemos as pessoas retratadas ou que tiveram trechos de obras reproduzidas neste trabalho, bem como a seus herdeiros e representantes legais, pela colaboração e compreensão da finalidade desse projeto, contribuindo para que essa iniciativa se tornasse realidade. Adicionalmente, colocamo-nos à disposição e solicitamos a comunicação, para a devida correção, de quaisquer equívocos nessa área porventura cometidos em livros desse projeto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Bibliotecária Silvia Marques CRB 8/7377)

B238

Barbosa, Carmem Bassi
Núcleo básico: ética profissional e cidadania organizacional / Carmem Bassi Barbosa, José J. Queiroz, Julia Falivene Alves (autores); Cosme Lima de Oliveira (revisor); André Müller de Mello (coordenador). — São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2011. (Coleção Técnica Interativa. Série Núcleo Básico, v. 4)

Manual técnico Centro Paula Souza

ISBN 978-85-8028-054-8

I. Ética profissional. 2. Cidadania organizacional. I. Queiroz, José J. II. Alves, Julia Falivene III. Oliveira, Cosme Lima de IV. Mello, André Müller de V. Título

CDD 373.27



GOVERNADOR
Geraldo Alckmin

VICE-GOVERNADOR
Guilherme Afif Domingos

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Paulo Alexandre Barbosa

CENTRO PAULA SOUZA



Presidente do Conselho Deliberativo

Yolanda Silvestre

Diretora Superintendente

Laura Laganá

Vice-Diretor Superintendente

César Silva

Chefe de Gabinete da Superintendência

Elenice Belmonte R. de Castro

Coordenadora da Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa

Helena Gemignani Peterossi

Coordenador do Ensino Superior de Graduação

Angelo Luiz Cortelazzo

Coordenador de Ensino Médio e Técnico

Almério Melquíades de Araújo

Coordenadora de Formação Inicial e Educação Continuada

Clara Maria de Souza Magalhães

Coordenador de Desenvolvimento e Planejamento

João Carlos Paschoal Freitas

Coordenador de Infraestrutura

Rubens Goldman

Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira

Armando Natal Maurício

Coordenador de Recursos Humanos

Elio Lourenço Bolzani

Assessora de Comunicação

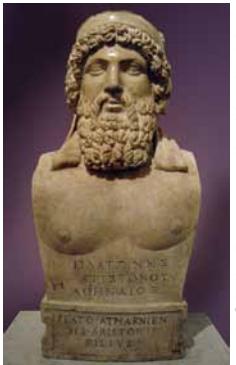
Gleise Santa Clara

Procurador Jurídico Chefe

Benedito Libério Bergamo

Sumário

10 Bons motivos para estudar Ética e Cidadania

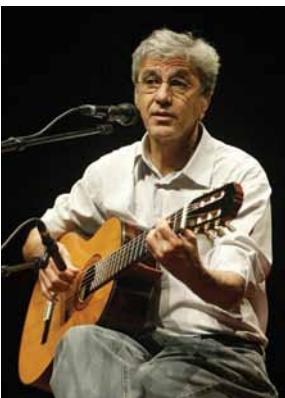


© TETRAKYS, VIA WIKIMÉDIA COMMONS/HERMÁ DE PLATÃO, MUSEU CAPITOLINOS, ROMA

17 Capítulo 1

Conversando sobre ética, moral e condição humana

1.1 Ética e moral: dois pilares da ação humana ante os dilemas da vida	18
1.1.1 A ética e suas peculiaridades.....	20
1.1.2 Como a ética orienta nosso comportamento	20
1.1.3 Complexidade e incertezas na ética e na moral.....	21
1.2 As situações-limite e a ética da responsabilidade....	23
1.2.1 Moral ou imoral? Isso é muito relativo	24
1.3 A moral em crise e a revalorização da ética	28
1.3.1 Faça o que quiser... desde que seja bom	30
1.4 Autonomia moral: nascemos com ela ou a desenvolvemos?.....	31
1.4.1 Respeito é bom e todo mundo gosta	33



© PABLO SANCHEZ/REUTERS/REUTERS/LATINSTOCK

37 Capítulo 2

Ética e cidadania no mundo do trabalho

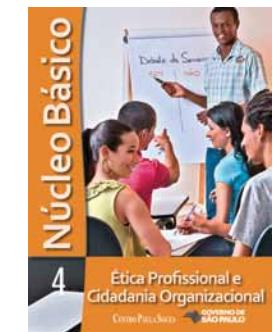
2.1 Ética profissional e ética da responsabilidade.....	38
2.2 Em busca do conceito de cidadania.....	40
2.2.1 Cidadania planetária	41
2.2.2 Cidadania: uma longa história de lutas, derrotas e conquistas.....	42
2.2.3 A luta continua	43
2.2.4 Cidadania organizacional: um compromisso individual ou coletivo?.....	44

2.3 Mundo do trabalho e cidadania organizacional	47
2.3.1 Trabalhar para quê?	49
2.3.2 Um pouco de história para esclarecer.....	51
2.3.3 Ética, cidadania e os deveres do trabalhador.....	55
2.3.4 A cidadania e o trabalhador em condições adversas	58
2.3.5 Exigências da cidadania no mundo do trabalho e direitos do trabalhador	59

63 Capítulo 3

O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo

3.1 Globalização: a nova face do mundo contemporâneo.....	64
3.1.1 A nova postura das empresas e a reação aos efeitos perversos da globalização.....	71
3.1.2 Terceiro setor	73
3.2 A nova ética das empresas e o terceiro setor em debate.....	75
3.3 Trabalho e trabalhador no mundo globalizado. O perfil profissional e as competências.....	77
3.3.1 Competências pessoais e sociais.....	78
3.3.2 Competências profissionais	79
3.3.3 Competências corporativas ou organizacionais.....	79
3.3.4 Uma conquista relevante: os códigos de ética profissional.....	82



Capa: Eduardo Pereira
Mafalda, Heitor Rodrigues
de Souza, Juliana Merabe
O. Silva, Júlio Freitas
Alves de Oliveira e Karina
Maldonado, alunos do
Centro Paula Souza
Foto: Eduardo Pozella e
Carlos Piratininga



REPRODUÇÃO



© HENRYK SZADUR/SHUTTERSTOCK

Sumário

85 Capítulo 4

O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia



© VASILY SMIRNOV/SHUTTERSTOCK

4.1 Utopia e Ética – Um pouco de teoria.....	86
4.2 A “Constituição Cidadã” – um grande passo para reformas no sistema capitalista brasileiro	87
4.3 A dura realidade do trabalho e do trabalhador.....	88
4.4 Novas perspectivas para o trabalho	91
4.4.1 O sonho do “ócio criativo”	93
4.4.2 Exemplos de sonhos pessoais que se realizaram	95
4.5 O futuro das crianças e dos adolescentes em situação de violência e de extrema pobreza. Um desafio à ética e à cidadania.....	99
4.6 O imigrante. A cidadania negada	102
4.6.1 Ações da sociedade para conter a discriminação contra imigrantes.....	105
4.7 Em busca da convivência na cidade. Como é difícil!	107
4.7.1 Espaços públicos e de convívio social	109



© ALAIN NOGUEZ/SYGMA/CORBIS/DC/LATINSTOCK

111 Capítulo 5

Sustentabilidade. Percursos e conquistas na busca de uma cidadania planetária

5.1 O desafio está lançado	112
5.1.1 Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.....	114

5.2 Responsabilidade social, uma prática recente nas empresas. O planeta agradece	117
5.2.1 Ética e responsabilidade social.....	118
5.2.2 Maus exemplos persistem e são contestados.....	119
5.2.3 Dois importantes exemplos de contestação	120
5.2.4 Bons exemplos de uma gestão empreendedora e cidadã.....	122
5.2.5 O consumidor consciente e responsável... Mais uma vez o planeta agradece. As instituições e os códigos de proteção.....	128
5.2.6 A comunicação mercadológica e as reações dos órgãos públicos contra a propaganda enganosa.....	130

5.3 Ousar a utopia. A <i>Carta da Terra</i> e seus princípios: um Ethos para salvar o planeta e a humanidade.....	132
5.3.1 Um pouco de história sobre a <i>Carta da Terra</i>	133
5.3.2 A acolhida no Brasil e os trabalhos educacionais com os princípios da <i>Carta da Terra</i>	135

137 Referências bibliográficas

142 Anexos



REPRODUÇÃO



© ELEANOR BENTALL/CORBIS/DC/LATINSTOCK



© KTD/SHUTTERSTOCK



Bons motivos para estudar Ética e Cidadania

Não faltam bons motivos para explicar a importância de um curso sobre Ética e Cidadania para professores e alunos das escolas técnicas, nem para justificar a necessidade de editarmos um livro que lhe servirá como suporte didático.

O primeiro deles é a constatação de que a **atitude ética** vem ganhando cada vez mais espaço como requisito para a valorização do profissional na sociedade em geral e no mundo do trabalho. Essa atitude vem se fortalecendo também no universo empresarial. Muitas empresas assumem suas responsabilidades na sociedade, desenvolvem projetos educacionais, ambientais, de inclusão social e vários outros. Elas divulgam em diversos canais de comunicação tais ações *para informar aos clientes de que modo atuam como organizações socialmente responsáveis*.

Um segundo motivo da importância do tema abordado neste livro é que a nossa atuação como cidadãos ativos e incentivadores da ética poderá melhorar muito se desenvolvemos **conhecimentos, habilidades, valores e atitudes** adequados a determinadas situações do cotidiano. Assim, poderemos nos entender melhor

quanto às necessidades, direitos e deveres de cada um. Esses conhecimentos, habilidades e posturas se mesclam e se integram, constituindo competências pessoais e sociais que se revelam quando interagimos com pessoas e grupos e nos posicionamos quanto a situações e problemas coletivos, sejam eles públicos, institucionais, organizacionais, ambientais ou muitos outros.

Uma terceira razão da relevância desta obra é a atual importância que assume a **relação entre ética e competência**, tema que vem sendo abordado por vários autores de diversas universidades.

Para professores e alunos das escolas técnicas, tem especial interesse o conceito de competências apresentado na *Proposta de Curriculo por Competências para o Ensino Médio*, que também é significativa e apropriada para o ensino técnico, publicada pelo Centro Paula Souza:

Competência é a capacidade de articular, acionar e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver situações-problema previstas ou não, enfrentando desafios e aproveitando recursos e oportunidades oferecidos pelo contexto da situação.

Outro indicativo da importância desta obra é que os **novos tempos exigem a assimilação de novos valores e iniciativas para assumir novas tarefas**, muitas delas já tendo de ser realizadas. Indicamos aqui alguns exemplos de documentos e iniciativas que, entre tantos outros igualmente importantes e interessantes, anunciam esses novos tempos e indicam rumos para a ação.

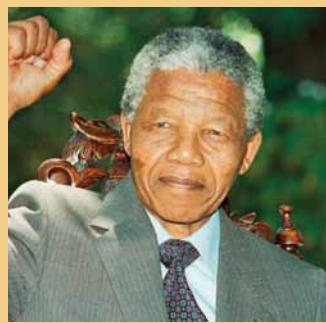
Em 1995, *Ano Mundial da Tolerância*, em que se comemorou o cinquentenário das Nações Unidas, foi aprovada uma Declaração de Princípios resultante de discussões realizadas em todo o mundo. Essa declaração propôs que as exigências éticas e o compromisso permanente com as gerações futuras fossem a base de todos os comportamentos humanos, no campo político, profissional e no cotidiano de cada um. A Declaração de Princípios afirmou também a necessidade de divulgação dos direitos humanos e da importância da justiça, da liberdade e da produção de conhecimentos que colaborem para a consolidação de uma cultura humanística voltada para a paz.

Quatro anos depois, a Assembleia Geral da ONU declarou o ano 2000 como *Ano Internacional da Cultura da Paz*.

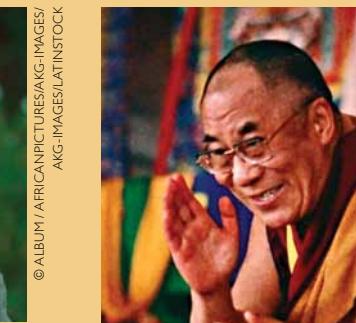
Um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz elaborou o **Manifesto 2000: Por uma Cultura de Paz e Não Violência**, para ser assinado por quem reconhecesse sua parte de responsabilidade quanto ao futuro da humanidade e se comprometesse a:

- respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa;
- praticar a não violência ativa;
- compartilhar seu tempo e recursos materiais;
- defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural;
- promover um consumo responsável e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

Entre os redatores do documento estavam o Dalai Lama – monge budista, líder temporal e espiritual do povo tibetano, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1989 – e Nelson Mandela, principal representante do movimento contra o apartheid, que dividiu o Prêmio Nobel da Paz com Frederik de Klerk, em 1993, e foi presidente da África do Sul de 1994 a 1999.



Nelson Mandela



Dalai Lama

No Brasil, a campanha *Sou da Paz*, desencadeada pelo Instituto Sou da Paz, uma organização não governamental fundada em 1999, foi bastante divulgada pela imprensa e sua promoção contou com a participação de artistas e empresários.

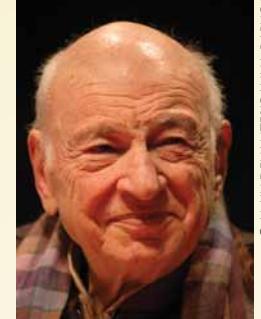
Desde então, várias outras campanhas com o mesmo teor têm sido encaminhadas pela sociedade civil, envolvendo ONGs, igrejas e movimentos sociais. A preocupação com a tolerância, a não violência e a cultura de paz reflete um reconhecimento mundial de que sérios problemas comuns a todos se agravaram e se difundiram, entre os quais o desemprego e a desigualdade entre classes, povos e países e a crise de valores.

Para desfazer a ideia muito comum de tolerância como uma atitude de simplesmente suportar o outro e o diferente para viver sem conflitos, apresentamos resumidamente as três noções de tolerância expostas pelo filósofo e educador francês Edgar Morin em seu estudo sobre a ética numa visão de complexidade. A primeira é respeitar o direito do outro de expressar-se. A segunda é inseparável da opção democrática. A democracia alimenta-se de opiniões diversas e antagônicas e o princípio democrático convida cada um a respeitar a expressão de ideias opostas às suas. A terceira é que o contrário de uma ideia profunda é outra ideia profunda; há uma verdade na ideia antagônica à nossa que deve ser respeitada (MORIN, 2005, p. 106).

Em 2005, a ONU estabeleceu como **metas universais** os **Oito Objetivos do Milênio** (ver quadro), considerando que, embora o mundo já possua tecnologia e conhecimento suficientes para resolver a maioria dos problemas enfrentados pelos países pobres, as soluções possíveis não são implementadas na escala necessária. Eis os oito objetivos:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde da gestante
6. Combater a AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Como se pode ver pelas sucessivas iniciativas de líderes e comunidades internacionais, cada vez mais se difunde a compreensão de que é preciso repensar alguns princípios éticos e estabelecer o debate constante sobre questões que devem ser analisadas à luz dos direitos e dos deveres humanos. Questões estas que vão além dos interesses imediatos da comunidade, pois envolvem o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação do planeta e a própria sobrevivência da humanidade. Ao mesmo tempo em que constatamos a intensa mobilização pela busca de valores éticos, porém, assistimos a sucessivas denúncias sobre corrupção, fraude, abuso do poder e outras violências em esferas governamentais, nos serviços públicos e organizações, e sofremos suas consequências em nosso cotidiano. No Brasil, muitas agressões contra nossa integridade física, mental, moral e psicológica são cometidas diariamente, incluindo a insalubridade e o risco de acidentes nos locais de trabalho, a carência de moradia e de transporte público e o atendimento precário à saúde. Isso preocupa e assusta, porque indica uma séria crise de valores.



Edgar Morin

© ALAIN DENANTES/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES



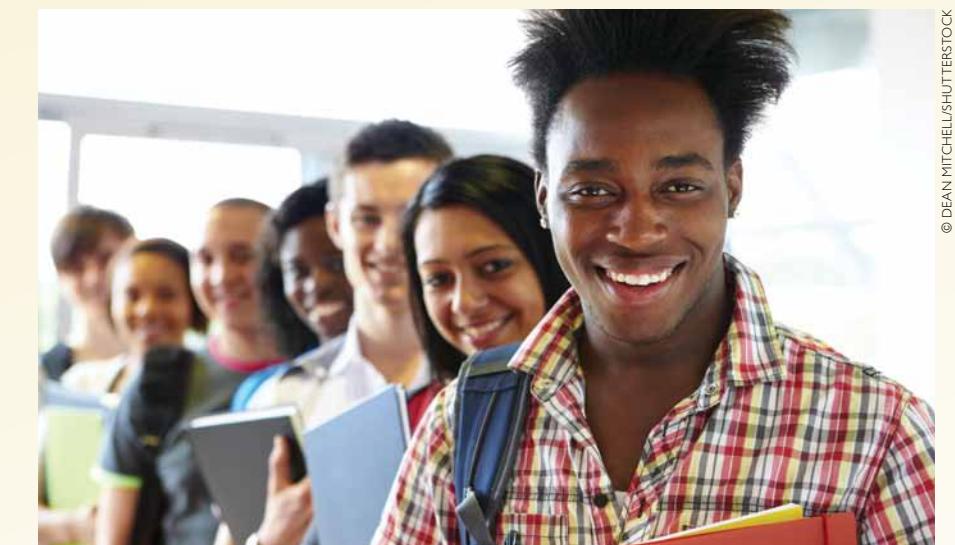
Essa crise de valores vem sendo combatida ao se adotar uma postura mais ética em diversas situações. Para isso, muitos segmentos da sociedade unem-se em movimentos significativos com objetivo de acabar com as injustiças sociais. Essa mesma tendência à mobilização se verifica no mundo do trabalho. E não são com iniciativas somente dos trabalhadores. Muitas empresas, preocupadas com a ética no trabalho, têm adotado uma nova política em relação a funcionários, empregados, chefes e líderes, bem como com o meio ambiente, buscando o bem-estar de todos.

Tudo isso comprova que a postura ética tem sido, cada vez mais, um requisito para a valorização do profissional no mundo do trabalho. Daí a necessidade de reconhecer que devemos aprimorar nossa educação e das novas gerações, tanto para melhorar a sociedade na qual atuamos como para sermos mais valorizados no mercado de trabalho, ao apresentarmos algo que hoje é visto como grande diferencial: nossa integridade moral.

Todas essas posturas, tendências e mudanças, movidas por idealismo ou por interesse, indicam o avanço da cidadania e a reafirmação de antigos valores – adaptados



Movidos pela emergência de novos valores e pela urgência de assumir novas posturas éticas, algumas instituições educacionais públicas e privadas, entre elas as escolas técnicas, estabeleceram o tema Ética e Cidadania como componente obrigatório de seus currículos. Muitos livros, artigos e reportagens sobre as questões que o tema envolve têm sido publicados, uma discussão também cada vez mais presente nos discursos de líderes de diversos setores sociais. Pode-se dizer que essas questões estão “na boca do povo” e foi nesse contexto que este livro foi elaborado.



Justificada a relevância do tema desta obra, cabe agora expor os seus **objetivos**. Nossa intenção primeira é motivar o debate sobre problemas éticos e morais que têm despertado a atenção e a preocupação daqueles que são responsáveis não só pelos seus destinos, mas pelos rumos que tomará a humanidade.

Os conceitos de ética, moral e cidadania no âmbito do trabalho e das organizações estão interligados e são essenciais na formação do profissional. Por isso, nossa preocupação ao longo deste livro é propiciar a compreensão desses conceitos. Eles são muito importantes para a construção de relações sociais mais humanitárias e também da cidadania pessoal e organizacional. Por isso, a intenção é que os conceitos sejam debatidos para que a compreensão se aprofunde e estimule a prática.

Vamos apresentar neste livro o necessário para desencadear a motivação em observar com mais atenção o significado e a importância cada vez maior atribuídos à ética e à cidadania, essenciais para o enfrentamento dos desafios de nosso tempo, para a melhora das condições de vida e aumento das oportunidades de desenvolvimento de todos.

A obra está organizada em cinco capítulos. O primeiro contém explicações teóricas e práticas sobre ética e moral, tendo presente o contexto histórico e evolutivo e os conflitos que envolvem esses dois pilares que integram a complexidade do agir humano.

O segundo fala sobre os caminhos da cidadania em seus aspectos históricos, buscando seu significado e fundamentos na ética e nos direitos individuais e sociais e a sua concretização na vida profissional, no mundo do trabalho e na cidadania organizacional.

O terceiro versa sobre o mundo do trabalho no contexto das organizações contemporâneas e discute a ética relativa às novas competências e às profissões, acentuando o perfil do profissional na atualidade.

O quarto promove a discussão em torno dos novos caminhos e soluções possíveis em meio às contradições da sociedade atual, com particular atenção para a responsabilidade social e as práticas que podem constituir uma gestão empreendedora e cidadã.

No quinto e último capítulo, falamos sobre a sustentabilidade e as grandes questões que dizem respeito ao futuro da Terra.

A forma pela qual foi estruturada esta obra permitirá ao leitor, em especial ao educador e ao aluno, enriquecer e atualizar o seu conteúdo com suas próprias leituras, reflexões, experiências e contribuições. Praticar a reflexão, o debate e a cooperação será um aprendizado muito útil para quem deseja tomar as rédeas do seu destino e contribuir para a melhor qualidade de vida de todos.

Nosso objetivo é contribuir para a formação de profissionais competentes, éticos e cidadãos ativos. Vale lembrar que todos nós, agora, somos avaliados tanto por nossas competências técnicas quanto por valores universais, como honestidade, seriedade, pontualidade, respeito às pessoas e interesse pela comunidade.

Capítulo I

Conversando sobre ética, moral e condição humana

- O homem já nasce com princípios morais?
- Ética e moral são uma coisa só? O que as diferencia?
- Como podemos agir dentro dos padrões morais?
- O que é moral e ético hoje continuará a ser daqui a dez anos?
- A escolha entre o bem e o mal é tão simples quanto parece?

Para explicar os conceitos de costume, normas e leis, em seu livro *O que é moral*, o professor de filosofia Otaviano Pereira volta ao tempo dos carros de boi. Como eles faziam muito barulho e incomodavam os moradores das cidades, alguém teve a ideia de usar sebo nos eixos de suas rodas para neutralizar o ruído estridente que elas provocavam. Isso passou a ser imitado por outros puxadores de carros de boi, para evitar reclamações e, com o tempo, transformou-se em costume.

À medida que o costume recebia mais adesões, os puxadores de carros de boi que não faziam isso passaram a ser criticados pelos moradores. O costume virou então *norma de conduta*. Depois, a norma se tornou obrigatória, com punição a quem não a cumprisse. Ela havia se transformado em lei.

I.I Ética e moral: dois pilares da ação humana ante os dilemas da vida

“Se eu for convocado para uma guerra, para defender meu país, não estarei procedendo mal ao matar seres humanos, ainda que, naquela situação, eles sejam considerados ‘os inimigos?’”

“Devo sempre dizer a verdade ou, às vezes, uma mentira bem intencionada pode trazer mais felicidade?”

“Um doente em fase terminal, passando por grandes sofrimentos, pede aos médicos e aos parentes que o ‘libertem’, desligando os aparelhos e parando de administrar-lhe medicamentos que o mantém vivo. Qual a ação mais justa, mais correta, diante deste fato?”

“É correto tratarmos os animais como objetos de divertimento, infligindo-lhes sofrimentos físicos ou psicológicos como os que acontecem com touradas, brigas de galo e condicionamento ou treinamento para exibição pública em circos?”

Todos os dias temos que tomar decisões importantes. Para saber qual a opção correta a ser escolhida, precisamos de princípios que nos ajudem a seguir no rumo certo, afinal, somos seres morais e refletimos eticamente sobre situações-problema que o dia a dia nos apresenta. A moral e a ética são os dois pilares do agir humano que nos orientam nessa encruzilhada.

Moral vem da palavra latina *mores*, que significa *costumes, modos*, de onde se originaram, por exemplo, as expressões “aprender bons modos” e “pessoa sem modos”. Já a palavra *ética* vem do grego *ethos*, que significa *caráter, maneira de ser*. Comparando as suas origens etimológicas, já começamos a perceber as diferenças entre elas.

A palavra **moral** refere-se aos modos de se comportar já firmados em uma sociedade, aos quais todos os indivíduos devem se adequar e com os quais acabam se acostumando, ao passar a considerá-los como os mais corretos.

A palavra **ética** refere-se aos diferentes caracteres (plural de *caráter*) que existem em uma mesma sociedade, ou seja, às individualidades das pessoas e às possibilidades que elas têm de responder de forma diferenciada aos costumes e modos de se

comportar tradicionalmente estabelecidos, não de forma passiva, mas aceitando-os apenas se concordarem com eles, segundo seus valores referentes ao bem e ao mal.

Embora não signifiquem a mesma coisa, ao nos referirmos tanto à moral quanto à ética estamos sempre considerando as ações humanas do ponto de vista do bem e do mal, e, consequentemente, avaliando-as como corretas ou não. Portanto, *moral* e *ética* coincidem em muitos aspectos. Por exemplo:

- **As duas só se referem a ações humanas.**

Os demais seres vivos não são morais, imorais, amorais, éticos ou antiéticos. Não são passíveis de julgamento, pois suas ações são produtos de condicionamento ou de determinismo biológico.

- **As duas só se referem a ações humanas que são livres, conscientes.**

Só podem ser consideradas ações morais ou éticas aquelas que resultarem da liberdade individual de definir o que é certo ou errado, de agir de uma ou outra maneira, de aceitar ou mudar as regras – porque o sujeito não as considera coerentes com seus valores – mesmo que, em algumas situações, tenha de enfrentar censuras, condenações e perseguições.

Algumas ações violentas, mesmo contrariando as normas de comportamento ético, não são nem mesmo consideradas criminosas ou são condenadas com penas leves, se for reconhecido e ficar provado que a força da pressão sofrida pela pessoa, em determinada situação-limite, foi maior do que a sua capacidade de resistência moral. São exemplos dessas situações aquelas movidas por instinto de sobrevivência – no caso de ameaça à vida ou à integridade física ou moral – ou por forte pressão psicológica –, ou seja, ameaça por meio de chantagem, sequestro ou outras formas de violência muito drásticas a si mesmo, a alguém da família, ao seu grupo ou a toda uma comunidade. No entanto, muitos dos personagens históricos que foram consagrados como heróis ou santos por alguns ou por muitos povos foram pessoas que resistiram a fortes pressões e não se abateram, mantendo sua postura moral e suas convicções filosóficas, religiosas, políticas ou sociais, como Joana d'Arc, Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Mandela e outros mais.

Figura I.I



Joana d'Arc



Tiradentes



Nelson Mandela



Zumbi dos Palmares

I.I.1 A ética e suas peculiaridades

A moral estabelece princípios, normas e regras de comportamento. Ela pertence, portanto, ao domínio da prática. A ética é a reflexão sobre a moral. Como parte da filosofia, ela pertence ao campo da teoria. Mas, na medida em que a ética pode mudar nossas decisões sobre como nos comportarmos, ela influí em nossas ações. Portanto, na nossa prática.

A ética não consiste em um conjunto de ordens e proibições. Ela indica caminhos para a procura e a prática de uma boa maneira de ser e de agir, de acordo com o bem e contrária ao mal. Se a teoria reflete sobre a prática, ela também a inspira, indicando possibilidades diferentes de ação. Dependendo do conceito teórico de *bem*, *mal*, *justo*, *injusto*, *felicidade*, *amor*, *honestidade* e outros, o caminho a ser tomado por uma pessoa pode ser diferente do caminho de outra que tenha ideias diversas ou antagônicas sobre aqueles valores.

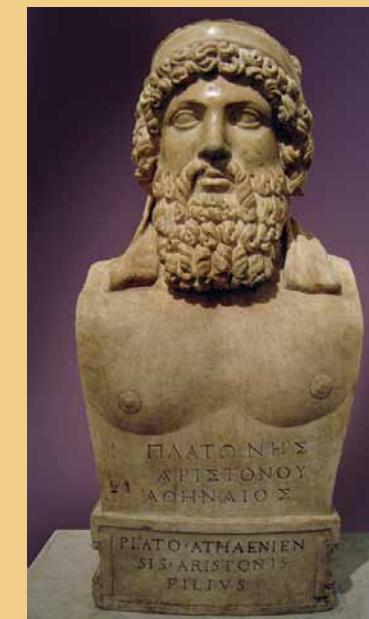
A palavra ética deriva de dois termos gregos muito semelhantes no seu significado. Éthos significa hábito ou costume – entendidos como maneira exterior de comportamento; éthos tem um significado mais amplo e rico: o de lugar onde habitualmente se vive e a maneira de ser ou a forma de pensar da pessoa. Assim, o ético poderia traduzir-se por modo ou forma de vida, no sentido mais profundo da palavra. Assim, toda ética é filosófica. Para Platão, a ética é o fim último de toda a filosofia – seu motor e sua razão de ser. Integrados à ética todos os demais ramos da filosofia fazem sentido.

I.I.2 Como a ética orienta nosso comportamento

A ética nos conduz à reflexão sobre a responsabilidade do ato moral, que é um ato de livre escolha. Diante das alternativas de conduta, ela nos orienta a prever suas possíveis consequências, a avaliá-las e a decidir qual delas é a mais adequada aos nossos objetivos e mais coerente com os nossos valores. Por exemplo: como se portar diante da regra “não matar” em situações tão diferentes como guerra, aborto, eutanásia, produção de armamentos?

A **ética** nos faz pensar naquilo que *poderia* ou *deveria ser*, inclusive nos leva a refletir e a questionar aquilo que é agora e assim tem sido até o presente momento (ou seja: a moral vigente).

Platão nasceu em Atenas e viveu no século V a.C., considerado pelos historiadores o período áureo da cultura helênica. Importante filósofo e matemático, foi discípulo de Sócrates e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Em suas obras abordou temas como a ética, a política, a metafísica e a teoria do conhecimento.



© TETRAKYTY, VIA WIKIMÉDIA COMMONS/HERMA DE PLATÃO, MUSEU CAPITOLINO, ROMA

A ética conduz a decisões no campo da moral, que são decisões pessoais. Mas isso não significa que nossa consciência individual seja o único árbitro do nosso comportamento. Em contraposição ao **subjetivismo** ético sem limites, admitimos a ideia de *universalidade*, ou seja, ético é aquilo que vale para todos os homens. Por isso, diante de dilemas éticos, devemos perguntar à nossa consciência: aquilo que queremos, queremos apenas para nós ou também para todos os outros? O fato de o querermos para nós elimina a possibilidade de os outros o quererem e também terem para si? O que sou, a mais ou a menos em relação a ele, para justificar que eu possa ou deva fazer isso e ele não?

A ética se fundamenta na natureza e na condição humana e nos direitos naturais dos seres humanos pelo simples fato de serem humanos, independentemente de idade, cor, etnia, gênero, capacidade física ou mental, nacionalidade, orientação sexual, estado civil, religião, posição filosófica ou política, postura, comportamento e até se está vivo ou morto.

Quando algumas pessoas defendem os direitos humanos dos criminosos, condenando a tortura ou outros atos desumanos que lhes são infligidos, é porque reconhecem e respeitam um postulado filosófico: o de que, independentemente de seu estado em relação à moralidade ou sanidade psíquica, os criminosos continuam sendo humanos e, portanto, dignos de serem tratados como tais. Merecem ser punidos pelo crime que cometeram, mas, humanos que são, devem ser respeitados em seus direitos naturais.

No decorrer da história, em alguns casos por ignorância, mas, em geral, por motivos fundamentados em interesses políticos e econômicos, nem todas as pessoas receberam a caracterização plena de *humano*. Isso ocorreu, por exemplo, durante o período de escravidão do negro africano e de seus descendentes nas colônias europeias das Américas.

I.I.3 Complexidade e incertezas na ética e na moral

Hoje em dia, há muitas dúvidas com relação aos fundamentos da ética e da moral que levam a questionar antigas certezas e a introduzir nesse campo do agir humano uma visão que Edgar Morin caracteriza como “complexa” (MORIN, 2005, p. 41-53) e Zygmunt Bauman como “ambivalente” (BAUMAN, 2005, p. 24-40). Por isso, nem tudo está correto no agir humano.

Morin sugere uma correção quando se afirma que os princípios éticos decorrem da “natureza humana”, supondo tratar-se de um princípio unidimensional. Assim, ele constata uma “complexidade” na “natureza” do indivíduo e da sociedade, pois, nas duas esferas, convivem e entram em conflito duas tendências: a da inclusão, que acolhe o outro e o diferente e realiza o altruísmo, e a da exclusão, que os rejeita e descamba no egocentrismo.

A razão como fonte absoluta de certezas científicas e morais é hoje questionada, pois a própria ciência admite seus limites e, constata Morin, o ser humano não é apenas *sapiens* – sábio ou racional –, mas envolve também um

Subjetivismo é o modo de pensar que enfatiza ou leva em conta apenas os aspectos inerentes ao modo de pensar do sujeito (como intenção, ação, consciência etc.).



REPRODUÇÃO

Feitor açoitando negro na roça, de Jean Baptiste Debret, que chegou ao Brasil com a Missão Artística Francesa em 1816.

conjunto de potencialidades e atividades que estão além da racionalidade, tais como os instintos, as pulsões, os desejos, as paixões, a imaginação, o poético e outras.

Quando se passa da intenção, da consciência do “agir pelo bem” para a ação, a “essência” da moral encontra sérias dificuldades. Morin alerta para a necessidade de contextualizar a ação moral, pois, no ato, a intenção corre o risco de fracassar, e a moral que ignora os efeitos e consequências dos seus atos torna-se insuficiente, fragiliza-se e se surpreende ao perceber que a ação nem sempre pode realizar a intenção, o que vale dizer que a ética está cercada de incertezas.

No próprio coração da ética já se instala uma incerteza primordial que diz respeito à noção do bem e do mal. Não há aí uma única forma de ver as coisas, nem definições exatas, nem um código binário excludente a separar o bem do mal, o justo do injusto, como na ética tradicional. Embora haja um princípio ético universal com força de lei, que obriga todo ser humano, sem exceção, a não fazer ao outro o que não deseja seja feito a si mesmo, o bem e o mal nem sempre são evidentes e às vezes são falsamente evidentes. Decorrem daí as incertezas e contradições internas, que constituem a complexidade intrínseca à ética, pela qual o bem pode conter o mal, o justo abrigar o injusto, e vice-versa.

Toda ação escapa à vontade do seu autor na medida em que entra no jogo das circunstâncias que o influenciam. O jogo das circunstâncias é o que Morin denomina de “ecologia da ação”, que pode levar o agente ao fracasso, ao desvio ou distorção das suas intenções, ou até voltando-se contra ele, como num efeito bumerangue.

Não é certo afirmar que a pureza dos meios sempre vá alcançar resultados puros ou que a impureza deles produza sempre efeitos nocivos.

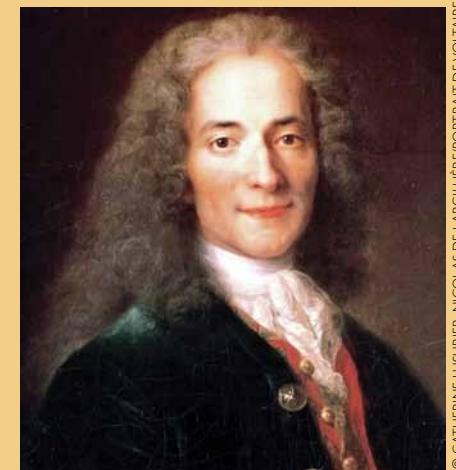
Muitas ações consideradas salutares podem ter efeitos colaterais perversos. Invenções criadas para fins bélicos, portanto mortíferos, muitas vezes trouxeram benefícios quando aplicados para o bem da humanidade. O contrário também ocorreu e vem ocorrendo quando pesquisas científicas, cujos resultados em si são benéficos, foram e continuam sendo desviados para a produção de engenhos de destruição e morte.

Somos impotentes diante do futuro, já dizia Voltaire. Daí a imprevisibilidade de nossas ações, pois não temos o dom da onisciência (dom de quem sabe tudo).

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Considerando as questões apresentadas, indicando a complexidade da ética e da moral, debatam, em grupo, e apresentem alguns exemplos de ações, invenções e novos conhecimentos científicos e tecnológicos que revelem a ambiguidade contida na afirmação: “Toda ação escapa à vontade do seu autor na medida em que entra no fogo das circunstâncias que o influenciem”.

François Marie Arouet, conhecido como Voltaire (Paris, 21 de novembro de 1694 - Paris, 30 de maio de 1778), opôs-se à intolerância religiosa e à de opinião existentes na Europa. O conjunto de suas ideias constitui a tendência de pensamento conhecida como Liberalismo, em que o indivíduo é capaz de elaborar as suas próprias leis e a vontade da maioria prevalece (não deve ser confundido com o Liberalismo Econômico, sistema elaborado pelo economista e filósofo Adam Smith).



© CATHERINE LUSURIER, NICOLAS DE LARGILLIÈRE/REPORTRAIT DE VOLTAIRE

A ética não apenas fundamenta filosoficamente *o que devemos fazer*, mas ainda orienta *como fazer*, chamando-nos à responsabilidade perante os outros. É da nossa **consciência moral** que fluem a noção de **responsabilidade** e a virtude da **prudência**, sendo essas duas últimas grandes alicerces da nossa vida moral e da nossa reflexão ética.

O que se pode dizer com certeza é que, quando estamos vivendo em determinadas *situações-limite*, não são os costumes, as normas, as leis que mais devem influenciar ou mesmo determinar as nossas decisões, mas, sim, a nossa consciência moral.

Daí a necessidade de princípios éticos para nos guiar na hora de decidirmos. Pode acontecer de esses princípios estarem em desacordo com os códigos estabelecidos, o que nos leva a desafiar proibições e penalidades.

1.2 As situações-limite e a ética da responsabilidade

As situações-limite podem ser as mais variadas e podem não parecer, às vezes, moralmente corretas. Estão entre elas aquelas em que temos de decidir quem salvar em determinado momento de perigo, pois não podemos salvar a todos, ou, ainda, a de praticar o aborto em caso em que se sabe que o feto apresenta anomalias insuperáveis ou quando a gravidez é resultante de um estupro, ambos os casos permitidos por lei.

Nem sempre os atos morais e as questões éticas envolvem apenas as pessoas diretamente relacionadas a eles. Pode acontecer de muitas outras pessoas também serem afetadas de alguma forma, com consequências em seus destinos. Os afetados são um indivíduo, uma comunidade, uma sociedade ou toda a humanidade.

Consciência vem do latim *cum* (com) *scientia* (ciência). É a consciência moral que nos permite agir ou pensar com conhecimento (ciência) do bem ou do mal que existe em nossas ações ou que podem ser por elas provocados. Ela exerce uma função julgadora sobre nossas ações ou condutas ao prever as possíveis consequências de nossos atos. A **consciência moral** se alicerça na **prudência**, e ser prudente é conhecer a realidade na qual vamos agir para que saibamos como **agir bem**, ou seja, de acordo com o que consideremos bem.



© ALBUM/AKG-IMAGES/LATINSTOCK

Max Weber – Sociólogo, historiador e político alemão, nasceu em 21 de abril de 1864, em Erfurt, e morreu em 14 de junho de 1920, em Munique. É considerado um dos fundadores do estudo moderno da sociologia e da administração pública. Sua obra mais famosa é o ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, com o qual começou suas reflexões sobre a sociologia da religião.

Max Weber (1864-1920), considerado um dos pais da sociologia, consagrou a expressão *ética da responsabilidade*, ao refletir sobre o que acabamos de mencionar. A *ética da responsabilidade* seria aquela que leva em conta, principalmente, as consequências previsíveis da ação para um grupo maior de pessoas, além daquelas diretamente envolvidas no momento. Ela verifica se a ação, ainda que possa ser boa para alguns em determinadas situações, não será danosa do ponto de vista coletivo.

Daí a necessidade de avaliarmos não só nossos próprios atos, mas, também, os de pessoas que têm grande influência sobre os destinos de uma coletividade, seja porque exercem um papel importante, seja por terem grande poder em determinados setores sociais. Por isso, é importante trazer para nosso cotidiano uma atitude de constante alerta quanto ao que se passa no mundo da política, da economia, da ciência, da comunicação, da religião e da tecnologia.

1.2.1 Moral ou imoral? Isso é muito relativo

A moral é anterior a nós. Nós a “herdamos” da sociedade onde nascemos e fomos educados. Essa “herança” tem origem social (a herança recebida da comunidade) e também pessoal (a nossa convicção de que essa herança é válida e, por isso, nós a aceitamos). Em outras palavras, se não incorporarmos o que a sociedade nos transmitiu como norma, ela não terá o sentido de *norma moral*.

Como já vimos, moral é o conjunto de valores estabelecidos em uma sociedade, relativos ao bem e ao mal, os quais norteiam a ideia do que deve ser permitido ou proibido em termos de conduta e de comportamento humano. As regras morais estabelecem, por exemplo, obrigações que não podemos deixar de cumprir, quais as partes do nosso corpo podemos ou não exibir, as palavras e assuntos que podemos pronunciar ou discutir em público, com quem e em quais situações podemos nos relacionar etc. Em uma mesma sociedade pode haver, além de uma moral que deve ser seguida por todos, outras que se caracterizam como normas de grupos específicos.

A moral também varia no tempo e no espaço. O que é moral para alguns povos não o é para outros. O que já foi imoral para nossos antepassados hoje pode não ser para nós. Até mesmo em nossa história pessoal veremos transformações.

Em nosso cotidiano e diante de muitas situações com as quais nos deparamos, não chegamos a sentir qualquer dilema moral nem sequer pensamos em outras possibilidades de ação que não sejam as mesmas de sempre. É como se tivéssemos um *manual de comportamentos*, ao qual recorremos quase automaticamente. Isso é muito conveniente, pois seria impraticável ter de parar o tempo todo para refletir antes de tomar qualquer tipo de decisão. Certos costumes estão tão enraizados e são aceitos tão facilmente por todos que não sentimos qualquer necessidade de questioná-los, defendê-los ou combatê-los. Achamos tão *normal* praticá-los que chegamos a encará-los como *naturais*, quando, na verdade, são culturais e diferentes dos praticados em muitas outras sociedades.



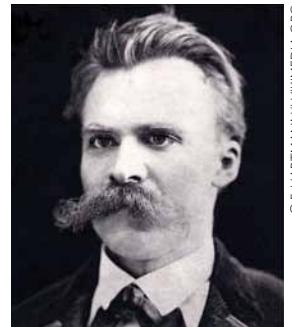
© RIVALDO GOMES/FOLHAPRESS

Figura 1.2

Parada Gay na cidade de São Paulo: o que foi considerado imoral ou anormalidade hoje está sendo questionado por grandes multidões.

Valores são normas de conduta, padrões e qualidades considerados e aceitos como importantes e que devem ser buscados, defendidos e mantidos em uma sociedade. Um valor aceito em determinada sociedade pode ser rejeitado e combatido em outra, ou na mesma sociedade em vários momentos ou por grupos diferentes.

Exemplos de valores tidos como unâimes: o cuidado, a responsabilidade, a solidariedade, a organização, a cooperação, o respeito, a justiça, o trabalho, a liberdade, a lealdade, a honestidade, a compreensão etc.



Nietzsche

Mas nem sempre é assim. Alguns costumes não são aceitos por todas as pessoas e outros começam a ser questionados até por uma maioria, que adere a novos **valores**, contrários aos da tradição. É muito comum que isso aconteça em épocas de transição de um tipo de sociedade para outro, em fases revolucionárias e no encontro de culturas diferentes.

Quando isso acontece, o tradicional passa a ser questionado em sua “naturalidade” e, consequentemente, em sua “normalidade”. Alguns valores passam a ser vistos como ultrapassados e descartados, como instrumentos a serviço de alguns grupos em prejuízo de outros. Tais valores tornam-se, então, objeto de discussões teóricas ou de reações práticas entre aqueles que os justificam e os que a eles se opõem. Vivemos constantemente em crise, resultante do conflito entre a moral em vigor e a moral repensada, recriada ou que está sendo constituída. Esse conflito caracteriza o movimento da história e a dinâmica das relações sociais.

Como as sociedades são dinâmicas, a moral não permanece congelada. Da contraposição do velho ao novo, outros valores se estabelecem e alguns deles se tornam costumes que, durante algum tempo, deixam de ser questionados e passam a ser encarados como bons e, portanto, adotáveis e isentos de questionamento.

Sobre a variação do que é moral ou não, em contextos históricos diferentes, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) afirmou, em seu livro *Além do bem e do mal* (1886), que aquilo que em determinada época parece um mal é, quase sempre, um restolho (algo que restou) de alguma ideia que, em épocas anteriores, era vista como algo bom. E vice-versa: o que parecia bom, agora não parece mais (acrescentamos nós).

Exemplos da relatividade da moral

Na Europa do início do século passado, o café era uma bebida condenada como droga e seria imoral para uma mulher deixar à mostra o tornozelo. Ainda hoje, em alguns países árabes e africanos, as mulheres só se apresentam em público com o rosto parcial ou totalmente encoberto. Na Índia, apesar da influência da globalização, que os está modificando, ainda sobrevivem costumes como a classificação das pessoas em castas. Pessoas pertencentes a castas inferiores sofrem imposições e proibições que as excluem do convívio com as demais.

No Brasil, até a primeira metade do século XX, eram raras as mulheres das classes média e alta que trabalhavam fora de casa. Em casa, elas trabalhavam no serviço doméstico de seus lares ou dirigiam o trabalho de seus empregados. As mulheres em geral trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e arrumadeiras, estas, como hoje, das camadas mais pobres. Fora de casa, algumas mulheres da classe média trabalhavam como enfermeiras, professoras, governantas ou secretárias. Havia cursos técnicos especificamente femininos.

Por exemplo, os da Escola Profissional Feminina, na cidade de São Paulo, que desde 1952 passou a se chamar Escola Técnica “Carlos de Campos” e, em 1994, passou a fazer parte da rede de Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza

e hoje é conhecida como ETEC Carlos de Campos. Vejamos quais eram esses cursos: Educação Doméstica; Dietética para Donas de Casa e Auxiliares em Alimentação; Dietética; Dietética Profissional; Confecções; Bordados; Roupas Brancas; Desenho e Pinturas; Economia Doméstica; Prendas Manuais [VIDIGAL, Carmen Sylvia e ALVES, Júlia Falivene (orgs.). *Contribuição à pesquisa de ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*, 2002; VIDIGAL, Carmen Sylvia e ALVES, Júlia Falivene (orgs.). *Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens*, 2002].

Hoje são raras as mulheres das gerações mais novas que não trabalham fora de casa, nas mais diferentes áreas, inclusive algumas consideradas essencialmente masculinas, como policiais, juízas de direito, juízas de futebol, taxistas e condutoras de trens. Muitas também são empreendedoras, que conduzem seus próprios negócios.



VIDIGAL, C. S., ALVES, J. F. (ORGs). ESCOLAS PROFISSIONAIS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA EM IMAGENS. SÃO PAULO: CENTRO PAULA SOUZA, 2002.

Figura 1.3

Exposição de trabalhos das alunas do Curso de Corte e Costura, 1955, ETE Fernando Prestes, Sorocaba.



VIDIGAL, C. S., ALVES, J. F. (ORGs). ESCOLAS PROFISSIONAIS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA HISTÓRIA EM IMAGENS. SÃO PAULO: CENTRO PAULA SOUZA, 2002.

Figura 1.4

Alunas na confecção de flores, 1920, Escola Profissional Feminina da Capital, atual ETE Carlos de Campos.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

Em grupos, levantem outros exemplos que indicam a relatividade da moral e discutam em plenária o alcance dessas situações no cotidiano. Elaborem um relatório síntese a ser consignado num caderno de atividades individual.

I.3 A moral em crise e a revalorização da ética

Otaviano Pereira aborda em seu livro *O que é moral* as transformações que vêm ocorrendo em ritmo acelerado no planeta e na humanidade desde a década de 1950, e que estariam influenciando a moral contemporânea. Para ele, a crescente urbanização, metropolização, globalização, mundialização da cultura e do poder dos meios de comunicação e informação estão entre os fatores responsáveis pelas mudanças no campo moral, sobretudo em culturas de origem cristã e ocidental, como é a brasileira. Pereira enumera as instituições tradicionais consideradas por muito tempo como “guardiãs da moral” e que hoje estão em crise, sendo questionadas pelas novas gerações. Entre os valores defendidos por essas instituições, ele cita o casamento indissolúvel, a infalibilidade papal, o sentimento de “honra”, notadamente masculina, a virgindade, notadamente feminina, autoridade inquebrantável de pais e educadores.

É bom lembrar que toda concepção do que é ou não moral e toda teoria ética surge estimulada pelas teorias e éticas anteriores. A nova teoria surge em oposição à antiga ou em seu apoio, para atualizá-la ou para a sua releitura. Com o tempo, elas também vão dar lugar a outras. Quanto mais dinâmica é uma sociedade, mais mudanças nos costumes ela provoca. Nos tempos atuais, esse dinamismo chega a ser excessivo. Provavelmente seja por isso que hoje em dia se fale mais em ética do que em moral, pois, diante das mudanças, a frequência com que os valores precisam ser questionados é bem maior.

É por esse motivo que a postura ética é mais valorizada. Ela supõe que o cidadão não esteja alienado do seu tempo. Ela subentende que ele seja capaz de analisar e avaliar historicamente antigas e novas possibilidades e fazer sua opção. A ética reflete sobre os valores morais e questiona se o que a sociedade considera bom ou mau é realmente bom ou mau, se as normas e regras de conduta moral realmente fazem bem a todos e devem ser obedecidas ou se existem apenas porque convêm a alguns.

Como a ética faz isso? Levando-nos a raciocinar sobre por que julgamos alguns comportamentos e normas como válidos, a partir dos conhecimentos que temos da natureza humana e comparando diferentes interpretações e julgamentos sobre os mesmos atos ou posturas.

Como se vê, enquanto a moral procura limitar nossa liberdade de ação, a ética visa à sua ampliação, pois nos estimula a fazer escolhas, tomando por base valores universais, racionais e mais duradouros, como o respeito à vida e ao bem-estar humano.

Nós, seres humanos, somos livres, o que significa que podemos escolher entre dizer sim ou não a uma ordem, costume ou lei, independentemente do que os outros pensam, do que querem que façamos, de prêmios ou de punições. É o que chamamos de livre-arbítrio. Por termos livre-arbítrio, há pessoas que escolhem ficar ricas ou famosas, mesmo que para isso procedam de forma contrária às regras morais; da mesma forma, há outras que arriscam a própria vida e deixam de aceitar ofertas e acordos que lhes tragam melhorias financeiras porque não abrem mão dos princípios éticos como orientadores de sua conduta. Infelizmente temos mais notícias sobre casos de corrupção, crime e outros tipos de violência do que de casos exemplares de comportamento ético.

Entretanto, a nossa sociedade evoluiu bastante em relação à concepção de direitos humanos e de cidadania, e as pessoas estão mais abertas ou pelo menos mais tolerantes em relação a algumas das questões de gênero, étnicas e raciais que causaram tanto sofrimento a algumas pessoas.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Reflitam em grupo sobre o sentido da letra da música a seguir e depois, com os demais colegas, discutam essa questão: por que a grande mídia dá muito espaço às notícias de calamidades, crimes e violência e quase não informa sobre ações do cotidiano que são exemplos de responsabilidade moral? Quais as consequências dessa predominância em relação ao público que recebe esses tipos de notícia? Coloque a síntese da discussão no seu caderno de atividades.

Samba-Enredo de 2008 da Escola de Samba X-9 Paulistana

“O povo da Terra está abusando. O aquecimento global
vem aí... A vida boa sustentável pede passagem”

Vem pra ver
Nossa família reunida
Eu e você, com a X9 na avenida
Na festa do Carnaval
Fazendo um alerta geral
Para o Planeta não aquecer
Nossas florestas, nosso pulmão,
Destruição pra quê!
Alterações que transformaram nosso clima
Causando tantas consequências
À nossa existência

Não poluir o nosso ar... ô, ô, ô, ô
Água da fonte pra beber
Um solo de plantar, bom de colher

É melhor parar
Não custa nada refletir
O mal que sempre vai causar

Figura 1.5

© MAURICIO LIMA/STAFF/AP/GETTY IMAGES



LISS GOLDRING © ERICH FROMM ESTATE

Erich Fromm (1900-1980) é considerado um dos principais psicanalistas do século 20 e se tornou conhecido por seus estudos sobre a influência da sociedade e da cultura e de fatores biológicos na personalidade de uma pessoa. Entre seus livros, destacam-se *A arte de amar*, *O medo à liberdade*, *Psicanálise da sociedade contemporânea*, *Meu encontro com Marx e Freud*, *Análise do homem*, *O coração do homem*, *A sobrevivência da humanidade* e outros.

1.3.1 Faça o que quiser... desde que seja bom

A ética não diz apenas: “faça o que quiser”. Ela completa: “mas que seja bom”. Para o psicanalista alemão **Erich Fromm**, “bom é o que convém para o bem-estar humano e mau é o que lhe é nocivo”.

Embora, usando a razão, possamos identificar o que é bom ou danoso para uma pessoa, é preciso que o sentimento de simpatia pela felicidade dos homens e de compaixão pelas suas infelicidades nos oriente sobre como nos comportar. Daí a preocupação da ética para que tratemos os humanos como humanos, para também sermos por eles tratados como tais.

A liberdade que temos para agir implica sermos responsáveis por nossos atos. Ou seja, devemos nos reconhecer como causadores do mal ou do bem que fizemos e de suas consequências.

Contudo, admitir nossa responsabilidade pode ser doloroso. É por isso que, muitas vezes, transferimos a responsabilidade dos nossos atos à televisão, à propaganda, a alguma ameaça, à insistência de um amigo, à nossa dependência de algum produto, à obediência a uma autoridade, às nossas fraquezas, à falta de tempo, ao nosso temperamento e ao modo como fomos educados. Às vezes, quando nos convém, identificamo-nos e apresentamo-nos como se fôssemos “escravos das circunstâncias”.

A ética nos lembra de que devemos levar a sério nossa liberdade porque ela tem efeitos que, depois de produzidos, não podem mais ser apagados. O remorso nada mais é do que a insatisfação, o desconforto, a culpa por termos usado mal nossa liberdade e reconhecermos que não temos o poder de desfazer muito do que fizemos.

Ser ético implica ser cuidadoso com cada pessoa e ter consciência de que os danos que lhe forem causados, ainda que remedados, sempre deixam marcas. É por isso que tanta gente teme a liberdade, transferindo seu poder de decisão para outros.

1.4 Autonomia moral: nascemos com ela ou a desenvolvemos?

Ninguém nasce ético ou antiético. Todos nós passamos por diversos estágios de moralidade, conforme nossa idade e as relações sociais que mantemos durante nosso período de desenvolvimento até a maturidade.

Nos primeiros anos de nossa infância, a moralidade não existe ainda para nós. Dos três aos cinco anos, geralmente, as regras começam a ser obedecidas, mas elas vêm de fora: de pais, avós, babás, irmãos mais velhos ou outros adultos. Obedecemos para evitar castigos, agradar e conseguir coisas, pois ainda estamos em uma fase egocêntrica, voltados para nós mesmos. **Somos crianças**.

Pouco depois, começamos a reconhecer que também as outras pessoas querem ou não querem coisas, como nós, e que se não cedermos em alguns pontos para agradá-las, não teremos sucesso em alcançar o que desejamos. Embora individualistas, estabelecemos trocas e acordos para que nossos interesses sejam atendidos. **Estamos na puberdade**.

Quando o grupo começa a ser importante para nós, passamos a nos comportar segundo regras que garantirão que os outros confiem em nós, nos apreciem e ajam conosco como desejamos que o façam. Nossa modo de agir começa a demonstrar, então, que nossa moralidade vai deixando de se basear apenas em nosso individualismo e que já aprendemos a obedecer ao que o grupo convencionou como certo e correto, porque isso nos convém. **Estamos na adolescência**.

Mais maduros, ampliamos a visão de mundo, extrapolando os limites do “eu” e as fronteiras do “nossa grupo”. Começamos a reconhecer que precisamos de mais gente para viver e que fazemos parte de uma sociedade com diferentes grupos de características, valores e interesses variados, nem sempre em harmonia uns com outros, alguns dos quais nos importam mais, outros menos.

Figura 1.6

Aprendemos que precisamos obedecer a certas regras acima das individuais e de nossos grupos, pois sem elas é impossível viver na sociedade maior. Os vínculos sociais nos obrigam a respeitar normas reconhecidas como necessárias à sua preservação. Nós as reconhecemos e as obedecemos. **Finalmente somos adultos.**

O último e mais aperfeiçoado nível de moralidade é aquele em que percebemos que há princípios universais que não só tornam possível a vida em sociedade como, quando priorizados, tornam essa vida muito melhor para todos. Passamos, então, a valorizar a vida, a liberdade, a justiça, a igualdade e a dignidade humana como essenciais para a nossa felicidade e a dos outros, e a eleger esses valores para comandar todas as nossas condutas. Agimos assim porque queremos, e queremos porque amamos a vida que se pode viver quando se age assim. Não são mais as leis e convenções externas que nos obrigam a fazer isso ou aquilo. Somos nós que nos comandamos. **Somos adultos com autonomia moral.**

É claro que nem todos atingem um alto nível de autonomia moral. Os que o atingem conduzem suas vidas sempre de acordo com os princípios éticos universais, com os quais estão comprometidos de livre e espontânea vontade porque reconhecem que eles são bons. Esses princípios foram interiorizados e, por isso, não há prêmios ou castigos que os façam se comportar de forma contrária ao que lhes dita a ética.

1.4.1 Respeito é bom e todo mundo gosta

Embora nem sempre seja fácil conviver bem com outras pessoas e não haja receitas para isso, há algumas *posturas* que podemos adotar. Confira alguns exemplos:

- 1. Tratar o outro como seu igual e respeitá-lo como diferente.**

Isso significa lembrar-se o tempo todo de que ele é seu semelhante, com inteligência, paixões, medos, carências, ideais e fraquezas. É reconhecer que, por trás das aparências ou dos detalhes que nos diferenciam de alguém, há algo que nos torna *semelhantes*, como se fôssemos feitos de “uma mesma massa”: somos humanos.

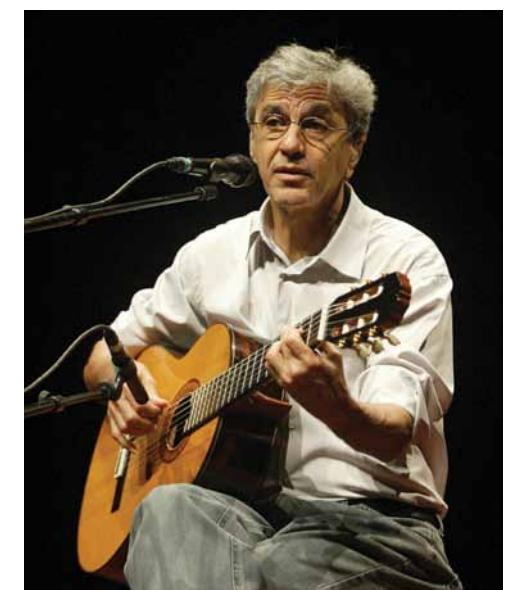
Em sua música *Dom de iludir*, o compositor Caetano Veloso diz: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”. Quantas decepções, mal-entendidos e injustiças poderíamos evitar se pensássemos sempre assim.

- 2. “Trocar” provisoriamente de lugar com o outro, “colocar-se na sua pele”, sentir-se como ele está se sentindo.**

Tratar bem alguém supõe compreender suas necessidades, carências e pontos de vista. É pôr-se em seu lugar, levar em conta seus direitos e compreender suas

Figura 1.7

Caetano Veloso



razões. É levá-lo a sério, tanto quanto a si mesmo, admitir a possibilidade de ser para o outro o que o outro é para você. É ver-se com os olhos dele e pensar: *O que seria de mim se eu fosse tratado como o estou tratando agora? Nesta situação, se eu fosse ele, como gostaria de ser tratado?*

3. Relativizar os interesses em jogo. *Perceber nossos interesses e os do outro, avaliando quais os que mais convêm ao bem-viver.*

Interesse é uma palavra que vem do latim *inter esse*, o que significa *ser ou estar entre vários*. Nossos interesses estão entre vários outros de pessoas que convivem e se relacionam conosco. Alguns desses interesses se completam e até se reforçam, mas outros se contrapõem e se conflitam. Precisamos levá-los em conta, principalmente no segundo caso. Se não puder haver a satisfação de todos os interesses, caso sejam conflituosos, é claro que devem prevalecer aqueles que atenderem melhor ao princípio de valorização da vida e do bem-estar humano.

4. Tratar o outro com justiça, *correspondendo à sua expectativa de ser respeitado em seus direitos, necessidades, carências e possibilidades.*

A justiça é considerada uma virtude, uma boa qualidade. Ela consiste em tratar o outro de acordo com a expectativa que ele tem a respeito de como deve ser tratado, ou seja, com consideração pelos seus direitos, necessidades, carências e possibilidades. Quando esse outro deseja ser tratado com justiça, está esperando que, ao nos relacionarmos com ele, reconheçamos que ele é um nosso igual, que nos coloquemos em seu lugar e levemos em conta também os seus interesses. Em outras palavras, que adotemos as demais posturas de que falamos até agora.

Levando tudo isso em consideração, concluímos que, para que sejamos éticos, é muito importante que, em nossos relacionamentos com o outro, pensemos sempre o seguinte: a forma como estou agindo me leva a contribuir para sua felicidade ou infelicidade, para sua saúde ou doença, para que ele se sinta seguro ou amedrontado, valorizado ou diminuído?

Nem mesmo os criminosos perdem seus direitos humanos ou podem ser tratados indignamente. É por isso que, nos julgamentos que vão a júri, o trabalho do promotor é fazer os jurados se colocarem no lugar das vítimas. E o papel do advogado de defesa é o de fazê-los ver as coisas do ponto de vista do réu.

Finalizamos o capítulo com dois pensamentos para reflexão e discussão:

1. Do ponto de vista moral e ético, considera-se virtuosa a pessoa que é forte o bastante para sempre querer o bem, independentemente de interesses pessoais, e suficientemente corajosa para agir em concordância com ele, mesmo que tenha que enfrentar pressões internas e externas para desestimulá-la a fazer isso.

2. Preste atenção a este pensamento provocativo de Edgar Morin: “A arte de viver é uma navegação difícil entre razão e paixão, sabedoria e loucura, prosa e poesia, correndo o risco de petrificar-se na razão ou de naufragar na loucura” (2005, p. 138).

PROPOSTA DE ATIVIDADE 4

Refletia individualmente, troque ideias em grupos e depois em plenária sobre essas duas questões:

1. Quais são os principais obstáculos que encontro no cotidiano para praticar os requisitos da ética na vida pessoal e social? Como superá-los?
2. Como captar e entender no cotidiano as antinomias (contradições entre duas leis ou dois princípios) da arte de viver mencionadas por Edgar Morin? Faça uma síntese das respostas da plenária e a recolha no seu caderno de atividades.

Capítulo 2

Ética e cidadania no mundo do trabalho

- O que tem a ver direitos humanos com cidadania?
- Todo mundo é igualmente cidadão?
- Políticos, religiosos, estudantes, artistas, trabalhadores os mais variados... todos falam em cidadania. Eles estão falando de uma mesma coisa?
- Ser ético é ser cidadão? Ser cidadão é ser ético?
- Cidadania é algo que se ganha, que se herda ou que se conquista?
- Há diferentes graus de cidadania?
- A cidadania plena existe de alguma forma, em algum lugar?

Antes de discutir o significado de cidadania, vamos refletir sobre os preâmbulos desse conceito utilizando um exemplo que nos possibilita entender os dilemas inerentes à ética profissional e à responsabilidade social.

2.1 Ética profissional e ética da responsabilidade

Um profissional apropriou-se indevidamente de recursos financeiros da organização, na qual exerce um cargo importante. Ao ser constatado o desvio de verba, o “criminoso” passa a ser procurado. Algumas pessoas sabem que é ele o autor do crime, outras têm pistas que indicam que talvez seja ele, e algumas não têm ideia de quem possa ser.

Entre essas pessoas, uma é a psicoterapeuta que o atende, outra, o padre da igreja que ele frequenta e a quem ele se confessa. Ambos o ouviram e, pelo código de suas profissões, devem manter sigilo. Seu advogado para assuntos pessoais, que também é advogado da organização onde ele trabalha, desconfiou, interrogou-o e ele confirmou ter sido o responsável, mostrando, contudo, que desviou

Figura 2.1



o dinheiro por estar sendo chantageado. Essa situação deixou o advogado diante de um dilema: revelar ou não o que sabia a respeito do desvio de verba?

Um repórter está investigando o caso e conhece fatos que podem comprometê-lo, mas não tem certeza de que é ele o culpado. Se não for, o jornalista e o jornal poderão sofrer processo por danos morais se divulgarem a notícia.

Os membros do seu partido político, do qual é um dos líderes, receiam um escândalo que possa comprometer a imagem de todos. Estão sendo procurados pela imprensa para dar entrevistas, mas sabem que suas declarações poderão ser veiculadas de forma manipulada. Por isso, negam-se a falar a respeito.

A cúpula da administração teme a repercussão negativa que o “golpe” possa provocar na opinião pública, entre seus clientes e entre os concorrentes. Sob o ângulo da relação custo-benefício, não sabe o que seria melhor: levar adiante um processo ou abafar o caso.

Nessa situação-problema, de interesses diversos e muitos até antagônicos, as questões relativas não só à *ética profissional* como também à *ética da responsabilidade* estão presentes. O que fazer? Se nos colocarmos no lugar de cada uma das pessoas envolvidas, teremos ideia da importância e da dimensão dos dilemas éticos com os quais podemos nos confrontar em nossa vida profissional. Por isso, o julgamento sobre se a atitude de cada uma dessas pessoas seria ética ou não é extremamente delicado e exige muita prudência de quem vai formular o “veredicto final”.

Como se não bastasse o risco de elaborarmos julgamentos precipitados e injustos sobre a participação individual das pessoas envolvidas em um caso aparentemente incorreto, muitas vezes nossos julgamentos recaem sobre segmentos inteiros de uma sociedade, como instituições, organismos, empresas, profissões etc. No entanto, é preciso lembrar que em todos os setores da vida social há pessoas que são éticas e outras que não são. Por isso, toda generalização implica injustiça ou impropriedade em relação a muitos indivíduos, seja ela negativa ou positiva.

Alguns motivos explicam por que as pessoas caem no caminho perigoso da generalização, ao julgar todo um grupo tomando-se como referência a atitude de alguns de seus membros que agem de forma antiética. Os motivos dessa generalização podem estar relacionados ao fato de que os membros do grupo que agiram de forma errada fazem parte de uma parcela:

- quantitativamente muito expressiva, ou seja, um percentual muito grande de membros do grupo age incorretamente;
- qualitativamente mais destacada do que as outras, como a cúpula dirigente, a liderança, ou o grupo mais notável;
- que é alvo de interesse maior dos meios de comunicação, por alguma razão;
- que se projetou mais, por causa de algumas experiências negativas ocorridas com ela;
- que praticou ações de maior repercussão, pois acabaram afetando um número muito grande de pessoas.



REPRODUÇÃO

Também por causa desses motivos é que, quando participamos de um grupo, temos duas grandes responsabilidades em relação aos seus membros: a de não mancharmos sua imagem com algum comportamento reprovável e a de estarmos sempre atentos para que os demais também não o façam.

Transcrevemos a seguir um pensamento de Montesquieu, citado no livro *Ética para meu filho* (SAVATER, 1993, p. 169).

Se eu soubesse algo que me fosse útil e que fosse prejudicial à minha família, expulsá-lo-ia de meu espírito. Se eu soubesse algo útil à minha família que não o fosse à minha pátria, tentaria esquecê-lo. Se eu soubesse algo útil à minha pátria que fosse prejudicial à Europa, ou que fosse útil à Europa e prejudicial ao gênero humano, considerá-lo-ia um crime, pois sou necessariamente homem, ao passo que sou francês por mera casualidade. (Montesquieu)

O filósofo político francês Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu (1689-1755), foi o autor de teorias que exerceiram profunda influência no pensamento político moderno.

Elas inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, durante a Revolução Francesa, e a Constituição dos Estados Unidos, de 1787, que substituiu a monarquia constitucional pelo presidencialismo.

Estado é a nação politicamente organizada, ou a sociedade política constituída segundo determinadas normas jurídicas, num território definido, sob a direção de um governo independente e com a finalidade de realizar o bem comum. Estado não é a mesma coisa que governo, embora muitas vezes os termos sejam usados um pelo outro. Governo é o órgão que exerce o poder no Estado.

No regime democrático, ele é constituído pelos três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Os governos se revezam periodicamente. O Estado permanece e só pode ser mudado por alterações estruturais profundas, a serem consignadas na sua Carta Constitucional.

decidir e influir sobre os destinos do Estado e o de ter a sua condição humana garantida e protegida por ele. Suas obrigações são permitir e cuidar para que todos obedecam às regras estabelecidas, de forma que a vida em comum transcorra em harmonia e respeito e que os interesses coletivos sempre predominem sobre os particulares.

Por isso, ser cidadão supõe desenvolver atitudes, assumir padrões de comportamento e adquirir hábitos que favoreçam o bom convívio com os demais e também que suas ações sejam pautadas pela *ética do cuidado, do zelo pelo bem comum e do respeito pela coisa pública*. Ou seja, aquele contínuo estado de alerta, de observação cuidadosa em relação à segurança, à dignidade e ao bem-estar do outro e que nos leva a sempre respeitá-lo e a nos colocar de seu lado e defendê-lo quando alguém não o respeitar. Por essas razões, é nosso dever apoiar e estimular a extensão dos direitos de cidadania a todos, assumir responsabilidades coletivas e pressionar organizações e instituições que podem promover a melhoria das nossas condições de vida.

2.2.1 Cidadania planetária

Na atualidade, amplia-se o conceito de cidadania, ultrapassando a responsabilidade social no âmbito de um Estado, para o conceito de cidadania planetária. Edgar Morin, no capítulo dedicado à Ética planetária, que integra o seu *Método 6 – Ética*, apresenta este pensamento de V. Verdnadski (filósofo e cientista político ucraniano):

Pela primeira vez, o ser humano realmente compreendeu que ele é um habitante do planeta e, talvez, deva pensar ou agir segundo um novo prisma, não apenas sob o ponto de vista individual, familiar ou de gênero, estatal ou de grupos de Estados, mas também sob o prisma planetário (VERDNADSKI *apud* MORIN, 2005, p. 162).

Figura 2.2

© JOHAN SWANEPOL/SHUTTERSTOCK

2.2 Em busca do conceito de cidadania

É difícil encontrar um conceito de cidadania suficientemente abrangente que seja aplicável a qualquer lugar, situação ou momento. Primeiro porque, como acontece com outros conceitos ligados à evolução das sociedades humanas, ele é uma construção histórica, ou seja, modifica-se por influência das transformações da história humana.

Além disso, ele reflete o ponto de vista e a condição social de quem o utiliza. Isso porque o conceito de cidadania depende ainda do jogo de interesses de segmentos sociais diferentes e dos conflitos entre os que estão no poder e os que estão fora dele.

Vamos partir de um ponto comum de referência para chegarmos à definição adotada hoje pela maioria dos países.

Todos nós temos direitos humanos universais, que devem ser respeitados em qualquer lugar do mundo, independentemente da nossa nacionalidade. Os que estão relacionados à nacionalidade são os *direitos de cidadania*. Ou seja, a *cidadania é uma ligação jurídico-política que o indivíduo tem com o Estado, a que pertence e que lhe garante direitos e lhe impõe obrigações*. Seus direitos são os de

A cidadania planetária exige a “intersolidariedade” objetiva da humanidade. Nesse sentido, há uma relação global na qual o destino do planeta “sobredetermina” os destinos singulares das nações. A vida de uma nação, dos seus indivíduos e sociedades está indissoluvelmente vinculada à vida de todo o planeta. “Como consequência, ocorre romper com o fechamento da ética às comunidades nacionais e pensar numa ética da comunidade humana que respeite as éticas nacionais e as integre” (MORIN, 2005, p. 163).

2.2.2 Cidadania: uma longa história de lutas, derrotas e conquistas

Por muito tempo e num passado não tão remoto, nem todos os seres humanos eram considerados e tratados como humanos por seus iguais. Conforme a época e o lugar, a desigualdade se manifestou de diferentes maneiras, ditada pelo gênero, cor, idade, origem familiar, condição econômica e outros motivos.

A Declaração da ONU é bastante conhecida. Ela expressa, entre outras coisas e de forma inequívoca, que todos os homens nascem livres e iguais e têm direitos: à vida; à liberdade (incluindo a de pensamento, opinião, expressão, reunião, associação e participação política); à segurança; a uma vida digna, mesmo quando desempregado; à instrução e à participação na vida cultural da humanidade.

A ampliação do conceito de cidadania se processou por um longo caminho de conquistas, principalmente a partir das revoluções sociais dos séculos XVII (a Revolução Gloriosa, inglesa) e XVIII (a Revolução Francesa e a Independência dos EUA), cujas influências foram irradiadas para todo o mundo, reformulando a lista de direitos e deveres dos cidadãos, segundo o ponto de vista e interesse dos vitoriosos. Algumas dessas listas ou declarações constituem a origem da ideia de cidadania que temos ainda hoje, como a *Carta de Direitos Inglesa* (1689), a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* (1776), a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) e a **Declaração Universal dos Direitos do Homem** da ONU (1948).

As grandes transformações na nossa vida e na vida do planeta nos últimos 50 anos imprimiram maior visibilidade aos direitos humanos e à cidadania. Eles passaram a ser mais discutidos e, em consequência, ampliaram-se.

Entre essas transformações, destacam-se:

- as novas necessidades e possibilidades que foram incorporadas ao nosso cotidiano, como acesso à escolaridade, à informação, ao emprego, aos progressos da medicina e aos meios de locomoção mais rápidos;
- a ampliação de nossa visão de mundo, decorrente do maior acesso à informação, por meio de diferentes mídias, e da possibilidade de viajar a lugares mais distantes e em menor tempo (ainda que virtualmente);
- a progressiva transformação da natureza pelo ser humano, devido a descobertas científicas, à exploração de novas matérias-primas, às obras de engenharia, ao desenvolvimento do turismo até lugares antes preservados e até há pouco intocáveis, entre outros motivos;
- a luta, por meio dos diversos movimentos sociais, de pessoas que foram ou ainda são excluídas da cidadania plena;
- a exposição maior do indivíduo, com relação à sua identidade e privacidade, devido aos meios de comunicação e técnicas de informação que podem construir e destruir sua imagem pessoal.



Figura 2.3

© MICHAŁ MROZEK/SHUTTERSTOCK

Subcidadania: a persistência da desigualdade

Os direitos de cidadania que temos hoje foram conquistados durante um longo processo histórico. Ainda assim, alguns deles não são oficialmente estendidos a todos ou, quando são, permanecem mais como possibilidade do que como realidade. Algumas leis que garantem direitos são muito genéricas, o que permite múltiplas leituras e interpretações.

Com isso, na prática, elas propiciam privilégios, exclusões e discriminações. Muitas vezes também as discriminações são tão sutis e camoufladas que não chegam a ser percebidas por todos. Por esse motivo, não provocam reação e consequente adoção de medidas legais para reprimir-las.

As violências cometidas contra alguns cidadãos, ainda hoje, têm provocado novos debates e novos movimentos de luta pela cidadania. São violências contra pessoas com algum tipo de deficiência ou doença, contra indivíduos que não se enquadram nos padrões físicos estabelecidos como ideais, idosos, moradores de rua, homossexuais, negros, índios, algumas nacionalidades e até mesmo contra o meio (crimes ambientais).

Por isso, apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, muita gente ainda é cidadão apenas no papel, com direitos teoricamente garantidos, mas vivendo, na prática, como *subcidadãos*. Mas as obrigações da cidadania são exigidas de todos, independentemente das oportunidades que tiveram ou de sofrerem algum tipo de exclusão social.

2.2.3 A luta continua

As transformações econômicas e sociais advindas do desenvolvimento científico e tecnológico têm influência sobre os valores e as condições de vida das pessoas, resultando no crescimento e na diversificação de suas demandas, exigências, aspirações, obrigações e oportunidades.

O resultado é que muitas coisas que antes eram luxo e supérfluas, hoje se transformaram em necessidade, real ou produzida pela propaganda e *marketing*. O que era apenas uma condição favorável, uma facilidade, um conforto ou atributo a mais, hoje se tornou uma exigência. O que era apenas uma forma de prevenção, hoje é condição de sobrevivência.

Um exemplo é o telefone, que, no Brasil, durante muito tempo, foi privilégio de poucos mais abastados e, hoje, é um serviço que se estendeu a quase todos, principalmente na forma do celular. Este último tem sido ainda mais útil e necessário por nos permitir fazer ou receber chamadas onde estivermos, o que nos proporciona maior liberdade de ação, comodidade e segurança.

Outra mudança notável é que muitos bens e serviços que antes poderiam ser obtidos com esforços individuais, familiares ou de pequenos grupos, hoje exigem mais capital, tecnologia cara, muita mão de obra e conhecimento especializado. Precisamos, por exemplo, de escolas, hospitais, estradas, transportes, áreas de lazer, ruas asfaltadas, água encanada e tratada, rede de esgoto, fornecimento de energia elétrica, policiamento, centros de arte e cultura e proteção ambiental. São bens e serviços que só podem ser oferecidos adequadamente por empresas privadas ou públicas, não individualmente.

Pela pressão política e social, o Estado foi forçado a assumir diversas funções que não eram atribuições suas no passado e é exercício de *cidadania ativa* exigir que ele as cumpra, como, só para citar as mais atuais, o acesso à educação desde o ensino fundamental ao superior e aos meios e ferramentas para a inclusão digital. Em muitos casos, quando o Estado não cumpre seu papel, isso reforça as desigualdades sociais: enquanto pessoas de classes mais abastadas têm recursos próprios para suprir as demandas não atendidas pelo Estado, outras, mais pobres, não têm.

Além disso, toda a riqueza de um país é produzida coletivamente pelos cidadãos, com o seu trabalho e o pagamento dos impostos. Portanto, é dever do Estado administrar de forma justa essa riqueza, de modo que ela volte para cada um de nós na forma de bens e serviços de que necessitamos. Se isso não acontece, é porque não existe uma verdadeira democracia social e, consequentemente, o país não oferece condições de cidadania plena a seus habitantes.

2.2.4 Cidadania organizacional: um compromisso individual ou coletivo?

Em muitas situações, a ética e a cidadania são comprometidas pela atitude de um indivíduo, embora não seja ele o único responsável por isso. Nesses casos, por incompetência, irresponsabilidade, ignorância, displicênci, desonestidade ou omissão, são os comportamentos e ações de **organizações** dos mais variados tipos e dos próprios governantes que colaboraram para isso, ou foram os principais responsáveis para que isso ocorresse.

Vamos exemplificar essa questão com um caso. Cinco bebês morreram vítimas de um erro da auxiliar de enfermagem de um posto de saúde municipal, que, em vez da vacina tríplice (contra coqueluche, tétano e difteria), aplicou neles

"Uma organização é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. Uma grande empresa, um laboratório ou o corpo de bombeiros, um hospital ou uma escola são todos exemplos de organização"
(MAXIMIANO, 1992).



© AFP PHOTO/VANDERLEI ALMEIDA

Figura 2.4

A qualidade da formação profissional é essencial.

insulina. A auxiliar de enfermagem foi descuidada, desatenciosa, irresponsável e, por isso, deve ser julgada como a única causadora dessa desgraça?

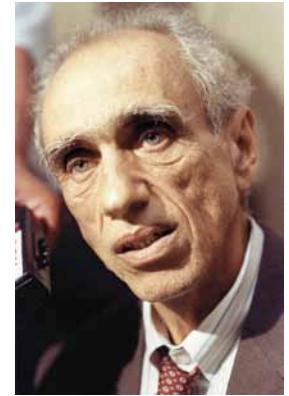
A pergunta implica muitos questionamentos.

Será que ela recebeu formação profissional eficiente?

- A instituição educacional que a habilitou ofereceu a ela um bom curso e fez corretamente a avaliação de suas competências? E o posto de saúde?
- Que critérios o posto de saúde utilizou para contratá-la?
- Ela ocupava a função que realmente lhe competia?
- Os medicamentos estavam nos lugares certos e organizados e catalogados para que não houvesse possibilidade de serem confundidos?
- E em que condições ela praticava seu trabalho?
- Tinha os recursos e as informações necessárias para exercer aquela função?

Outras perguntas também devem ser feitas quanto às implicações do governo, responsável pelo funcionamento do posto de saúde e do qual ela era funcionária. Ele não teve nenhuma influência no caso? Não estaria a funcionária com acúmulo de trabalho? Será que ela, devido a um salário baixo, estaria estressada por ter que fazer horas extras e dar conta de mais de um emprego?

Essas perguntas revelam que nossa qualidade de vida e nosso desempenho como cidadãos, pessoas e profissionais também dependem de como as diferentes organizações atuam ao nos atender ou deixar de fazê-lo. No caso relatado, todos os motivos supostos para explicar o erro da auxiliar de enfermagem estão direta ou indiretamente relacionados com o Estado, com a política e com a cidadania organizacional, como:

Figura 2.5

© OTAVIO DIAS DE OLIVEIRA/FOLHAPRESS



© FOTOARENA/CONLATINCONTENT/GETTY IMAGES

O sociólogo Herbert de Souza (1935-1997) participou da luta pelas “reformas de base” (agrária, urbana, universitária) e dos movimentos operários brasileiros. Trabalhou para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da ONU, foi exilado pela ditadura militar de 1964 e, durante o período do seu exílio, viveu em vários países, atuando como assessor, consultor e professor. Com a Anistia, voltou ao Brasil em 1979. Tornou-se conhecido por batalhar pelo direito à vida e à dignidade dos portadores do HIV/AIDS, tendo liderado, na década de 1990, o Movimento pela Ética na Política e a Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida. Além de símbolo da resistência à ditadura e da luta contra a desigualdade social e a AIDS, tornou-se, por suas ações e posturas, também um símbolo de cidadania.

- a qualidade do ensino oferecido pelas escolas;
- a responsabilidade dos órgãos certificadores de competência profissional;
- a gestão administrativa das instituições públicas ou privadas;
- a política de saúde e a política salarial do governo;
- a política de administração, controle e acompanhamento de recursos humanos no posto de saúde.

Isso também nos leva a concluir que toda a nossa vida social está impregnada de políticas diversas (governamentais, institucionais e empresariais) e que, por isso, não apenas somos atingidos por situações e ações políticas como também atuamos politicamente o tempo todo.

Atuamos deliberada e ativamente, participando de manifestações, militando em algum partido, votando, nos candidatando a cargos políticos e denunciando descasos quanto ao atendimento das necessidades da população. Também atuamos involuntária e passivamente, quando nos omitimos, quando ignoramos o que se passa em nossa volta, afirmando que política é só para quem gosta.

No entanto, é importante percebermos que não são apenas os indivíduos isoladamente que precisam atuar na sociedade guiando-se pelos princípios da cidadania. As organizações também precisam ser cidadãs.

Em resumo, a cidadania organizacional é também essencial para o bem-estar e a dignidade de todos. O poder exercido sem ética violenta os direitos de cidadania.

Pessoas e organizações que não primam pela ética e não se consideram comprometidas com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, conscientemente ou não, voluntariamente ou não, acabam, de uma ou outra forma, sendo responsáveis por perdas e danos sofridos pela sociedade.

A cidadania implica o reconhecimento de que dificilmente é possível, nem sempre é justo e, raramente, vale a pena a gente “melhorar de vida” sem melhorar a vida. Por isso, cabe aqui uma citação do grande cidadão brasileiro que foi **Herbert de Souza**, o Betinho:

Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência de cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação (SOUZA, Herbert de. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994).

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

1. Destaque os principais aspectos de cidadania expostos no texto, tendo em vista suas próprias experiências. Em seguida, em grupos, troquem ideias para notar as diferenças e as semelhanças entre os vários destaques. Levem os resultados para a plenária, buscando um possível consenso sobre o sentido de cidadania. Comparem a conclusão a que chegaram com a noção preliminar de cidadania, que resultou da Atividade I deste capítulo, e notem a evolução do conhecimento que adquiriram mediante o estudo do texto.
2. Quais são os principais indícios de subcidadania que você nota no cotidiano? Com base na exposição e no debate em classe desses indícios, elaborem um relatório conjunto apontando possíveis medidas a serem tomadas para superá-los e indicando a quem caberia executá-las. Não se esqueça de anotar as conclusões da plenária em seu caderno de atividades.

2.3 Mundo do trabalho e cidadania organizacional

O ser humano não nasceu preparado para seguir normas de convivência e sobreviver em uma sociedade tão complexa quanto a nossa. Para estabelecer relações sociais e subsistir em nosso meio, precisamos de quem cuide de nós e nos eduque, transmitindo-nos as características e valores culturais da sociedade a que pertencemos.

O processo de socialização começa logo depois do nascimento e segue um longo caminho. Nessa jornada, cada um de nós precisa absorver conhecimentos e desenvolver habilidades, além de conhecer e utilizar linguagens. Precisa também aprender a desempenhar papéis sociais e a reconhecer a importância de contribuir com a coletividade. Essa contribuição pode ser feita de várias maneiras: quando, por exemplo, produzimos alguma coisa ou prestamos serviços, conservamos ou alteramos valores, reproduzimos ou inovamos técnicas, defendemos a estrutura da dinâmica social ou atuamos para alterá-la.

O trabalho é uma dessas contribuições. Ele é necessário para garantir nossa sobrevivência e, para executá-lo, mobilizamos nosso físico, nossa razão e nossa vontade, utilizando para isso tanto os recursos naturais quanto elementos culturais. Sem os produtos do trabalho não há sobrevivência humana, cultura, organização social, civilização e história. Em outras palavras, cada pessoa que nasce só alcança a plenitude de sua condição humana se for cuidado e educado por outros, o que significa muito mais do que o cuidado que os outros animais têm com suas crias por certo tempo. Além disso, durante toda a nossa vida, precisamos do nosso trabalho e do trabalho dos outros para a produção de bens e serviços que são demandados pelo viver e pelo conviver em sociedade.

Figura 2.6

Bertolt Brecht



© HULTON-DIEUTSCH COLLECTION/CORBIS/CORBIS/LATINSTOCK

Em nosso dia a dia, contamos com o trabalho de muitas pessoas para garantir nossa alimentação, higiene, locomoção, lazer, segurança. Nem sempre todo o trabalho contido em um objeto ou serviço é evidente. Algumas etapas costumam ser esquecidas, ou não são conhecidas. Isso porque nem todo trabalho é igualmente reconhecido e valorizado. Alguns podem permanecer ocultos, ofuscados por outros, que são supervalorizados em determinado momento histórico. O dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956) aborda essa questão no poema *Perguntas de um trabalhador que lê*. Entre outras coisas, ele questiona:

“Quem construiu a Tebas de sete portas? Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra? [...] A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu?”

Perguntas de um trabalhador que lê

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão os nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedras?
E a Babilônia várias vezes destruída –
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
Da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros,
na noite em que a muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio

Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo
na lendária Atlântida
Os que se afogavam gritavam por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
Tantas questões

(BRECHT, B. *Poemas 1913–1956*. Seleção, tradução e posfácio de Paulo César Souza.
São Paulo: Editora 34, 2000.)

Nos documentos relativos a monumentos históricos não há registro dos nomes de todos os trabalhadores que os construíram. Apenas os dos governantes e ocasionalmente dos chamados trabalhadores intelectuais e/ou administrativos.

No Brasil, um questionamento do tipo feito por Brecht, no poema citado, pode ser encontrado, em linguagem mais direta e explícita, na letra da música *Trabalhadores do Metrô*, composição de R. M. Santos e Walter Marques, interpretada pelo cantor Xangai no álbum *Dos Labutus*, em 2005.

2.3.1 Trabalhar para quê?

No capítulo “Trabalhar para quê?”, do livro *Trabalho em debate*, organizado por Márcia Kupstas, a filósofa brasileira Maria Lucia de Arruda Aranha assim destaca a importância do trabalho:

[...] podemos dizer que “o homem se faz pelo trabalho”. Ou seja, ao mesmo tempo que produz coisas, torna-se humano, constrói a própria subjetividade. Para exemplificar, imagine-se como vendedor em uma loja. Você precisa conhecer o material que está sendo vendido e os procedimentos de atendimento ao público; aprende a se relacionar com os colegas e com a chefia; exige de si mesmo a superação de dificuldades; ao receber o salário, administra seus gastos e percebe a mudança que essa autonomia financeira provoca nas relações com seus familiares. Enfrenta conflitos, quando seu desempenho é avaliado por critérios injustos ou

se ganha menos do que o merecido pelo esforço despendido. Também acumula experiência e sente prazer em fazer com facilidade o que antes lhe parecia um desafio intransponível (KUPSTAS, 1997a, p. 22-23).

Dessa forma, ela destaca uma série de coisas que o trabalho propicia a quem o exerce: ampliação de conhecimento, desenvolvimento da habilidade de se relacionar com outras pessoas, de planejar ações, vencer desafios, de controlar gastos, de defender-se e outras.

Mas nem sempre o trabalho é visto tão positivamente como nos é apresentado pela filósofa Maria Lucia de Arruda Aranha. Isso porque não é em qualquer uma de suas formas nem em todas as situações que o trabalhador se sente edificado ou dignificado quando o exerce.

Embora muita gente não saiba, a própria palavra *trabalho* carrega, em sua origem, uma carga bem negativa.

A palavra trabalhar vem do latim *tripaliare*, que significa *torturar por meio do tripalium*, instrumento formado por três (*tri*) paus (*paliūm*), onde eram atados os condenados ou animais difíceis de ferrar. Essa carga negativa da palavra se deveu à adoção do escravismo, pelos romanos, e à consequente oposição entre o *trabalho* (socialmente desvalorizado, pois era exercido pelos escravos) e o ócio (socialmente valorizado, pois era privilégio da classe dominante, proprietária de escravos).

Poderemos entender melhor como e por que certos tipos de trabalho são mais ou menos valorizados e causam orgulho ou desprezo se pesquisarmos um pouco mais o seu significado e a sua forma em diferentes períodos da história das sociedades.

Figura 2.7

Tripalium



Verificaremos, então, como ele passou da categoria de *maldição* (para os escravos antigos e servos da gleba medievais) à categoria de *talento, doação, ou sacrifício voluntário* (para os monges medievais e reformadores protestantes), chegando, por razões diferentes, à sua valorização pela burguesia industrial e pelos socialistas, no século XIX, até o modo como ele é encarado hoje.

Atualmente, trabalhar é considerado pela nossa sociedade não apenas condição para que possamos sobreviver, mas, também, para crescermos, nos sentirmos úteis, dignos, importantes e para que possamos retribuir, com o fruto do nosso labor, o que recebemos de bom com o trabalho de outros que nos antecederam e dos que nos são contemporâneos.

2.3.2 Um pouco de história para esclarecer

Comecemos por entender melhor o que é *trabalho*.

Em seu texto denominado *Trabalho*, que compõe um dos verbetes do *Dicionário crítico, trabalho e tecnologia*, organizado por Antonio David Cattani, a socióloga brasileira Elida Rubini Liedke utiliza as seguintes referências para conceituá-lo:

[...] Pressupondo-se exclusivamente o trabalho humano, como na acepção de Marx em *O capital* [...], o trabalho é atividade resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana, individual e social [...] (LIEDKE apud CATTANI, 1997, p. 268-269).

Prestemos atenção ao fato de que, como diz a autora, o trabalho é considerado condição para que os seres humanos se desenvolvam e as sociedades humanas continuem a existir.

Figura 2.8

Karl Marx

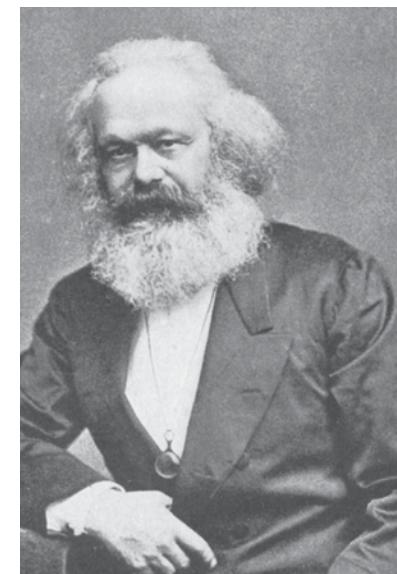
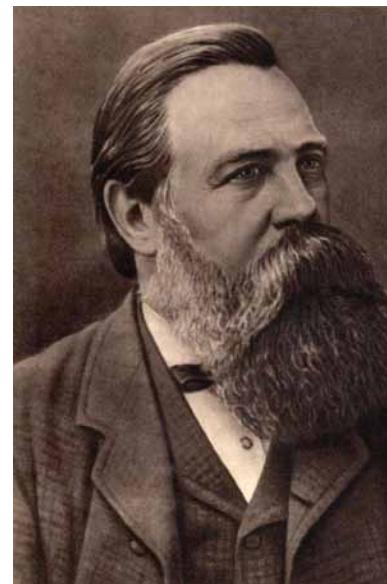


Figura 2.9

Friederich Engels



REPRODUÇÃO

Teóricos marxistas são os seguidores das teorias econômicas, filosóficas, sociológicas e políticas desenvolvidas por Karl Marx e Friederich Engels, sintetizadas na obra *O capital*. Nessa obra, publicada entre 1867 e 1894, eles analisaram o capitalismo, a crise e, finalmente, a queda desse sistema, impulsionada pela luta de classes e pela ação revolucionária do proletariado, seguida da implantação do regime socialista – caracterizado pela socialização dos meios de produção –, o qual seria um estágio preparatório para a implantação do comunismo.

Mas esse é um conceito atual, difundido a partir do século XIX, na época da Segunda Revolução Industrial, por Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895) no livro *O capital*.

Acontece que o trabalho assumiu diferentes formas ao longo da História, de acordo com os modos de produção e, sendo assim, a sua compreensão e entendimento não foram os mesmos em todas as épocas.

Nas comunidades ancestrais e nas poucas que ainda se mantêm preservadas das influências da modernidade, o trabalho sempre foi coletivo e solidário.

Nas sociedades que adotaram os modos de produção escravista, feudal e capitalista, o trabalho se tornou *alienado*, conforme expressão dos **teóricos marxistas**.

Que o trabalho escravo e o trabalho servil não significam o trabalhador, isso é muito claro, e com certeza o leitor tem conhecimento do que eles representaram em diferentes fases da história da humanidade.

Deve conhecer, principalmente, como foi a escravidão dos negros africanos no Brasil, durante o Período Colonial e o Império. Também deve se lembrar das várias formas como eles se rebelaram contra sua exploração e de que, só após várias gerações de luta e resistência, conseguiram libertar-se da opressão.

O que algumas pessoas talvez não saibam, ou talvez não se recordem, é que no início da industrialização – segunda metade do século XVIII e primeira do XIX – foi muito grande a resistência dos trabalhadores à transformação do trabalho em mercadoria, à organização da produção em fábricas e à sua transformação em “mão de obra”.

Esse trabalhador havia sido artesão, dono da sua força de trabalho, dos seus instrumentos e do seu tempo e, com a industrialização, passou a ter de se sujeitar a uma nova e incompreensível realidade: às regras impostas nas fábricas, aos movimentos corporais impostos pelas máquinas, ao controle do processo de produção externo a ele, ao ritmo do tempo marcado pelo relógio e não mais pelos ciclos da natureza e pelas necessidades de seu corpo; aos salários estipulados pelos proprietários dos meios de produção etc.

Antes, no trabalho concreto, autônomo, ou seja, aquele executado para si próprio, o trabalhador sabia o que iria produzir, o porquê e como faria para produzi-lo. Com a industrialização, contudo, ele passava a trabalhar para outra pessoa: o capitalista, proprietário dos meios de produção.

A esse tipo de exploração do trabalho Karl Marx chamou de trabalho alienado: ao vender sua força de trabalho, a pessoa perde a possibilidade de projetar no produto as atividades do seu ato criador. É o empresário que o assalaria quem define e organiza o trabalho a ser feito por ele e apropria-se da mercadoria que ele gerou.

Durante a transição do modo feudal para o modo de produção capitalista, a burguesia precisou criar uma ideologia de valorização do trabalho que convencesse o indivíduo a operar nas fábricas e se adaptar às novas condições de produção.

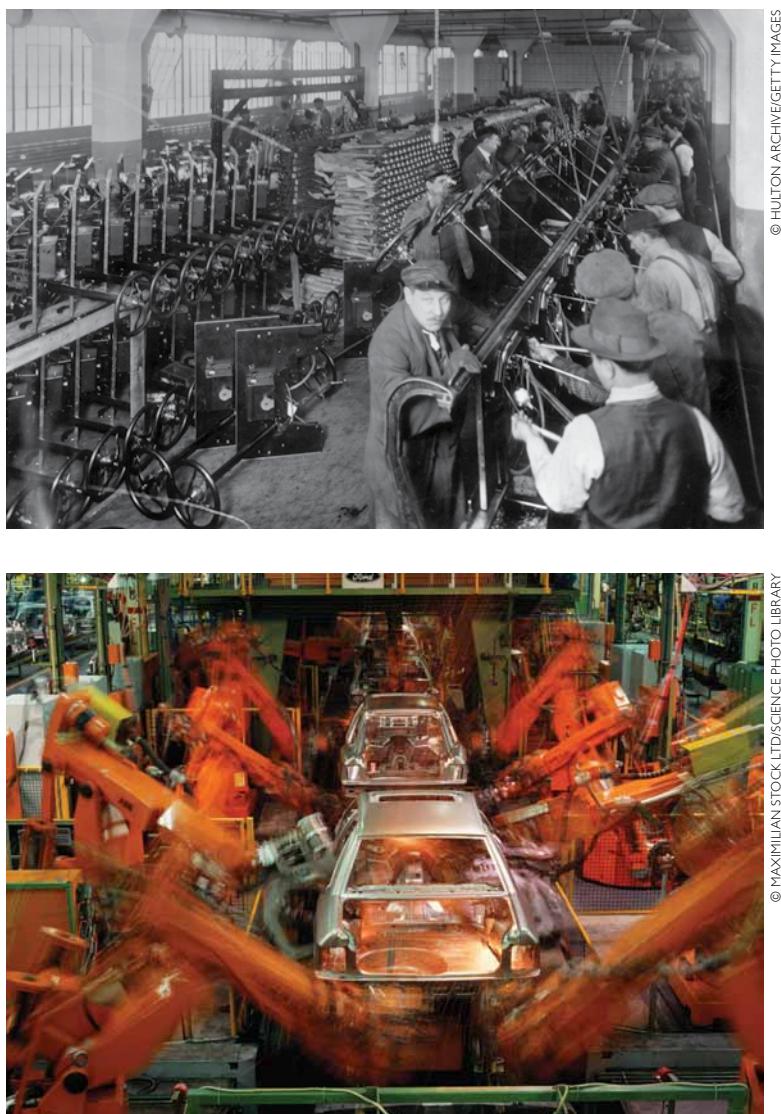
Mas não foi com argumentos que se disciplinou o operário que resistia a esse sistema de produção e sim com a perseguição e prisão para os que se recusavam a trabalhar nos novos moldes, com a imposição de multas aos que transgrediam os severos regulamentos da fábrica e a vigilância contínua de supervisores impiedosos, com um olho nos trabalhadores e outro no cronômetro.

Não trabalhar significaria preguiça, irresponsabilidade, vadiagem. Em meio a esse regime de opressão, foi se criando uma cultura de valorização do emprego. Este passou a ter peso importante na construção da identidade pessoal e social do indivíduo. Como consequência, o desemprego se tornou ameaça não só a sua sobrevivência física como a sua situação psicossocial.

Atualmente, considerando o enfoque do capitalismo, a perspectiva sob a qual os empresários são vistos mudou bastante: empresários são empreendedores que, abrindo seus negócios, instalando suas empresas, fazendo-as crescer, criam oportunidades de emprego e renda para os trabalhadores que contratam e promovem o desenvolvimento da comunidade.

A partir de meados do século XX, a automação, a robótica, a microeletrônica e outras tecnologias provocaram mudanças que interferiram também na constituição da identidade e do perfil do trabalhador. Isso porque se passou a exigir que ele se atualize e se adapte mais rapidamente às mudanças tecnológicas e às exigências do mercado.

O setor de serviços, que se amplia cada vez mais, exige melhor qualificação profissional, enquanto o setor industrial valoriza trabalhadores mais participativos,

Figura 2.10

que tenham a visão de todo o processo produtivo, sejam proativos e capazes de tomar decisões.

Nos dois setores, estimula-se a “intelectualização” do trabalho e, consequentemente, a escolaridade, a qualificação profissional e a formação continuada do trabalhador.

Trabalhar é bom. Não poder trabalhar é o grande temor do nosso tempo, até mesmo por conta das crises de desemprego que têm ocorrido nas últimas décadas, em nível internacional.

Daí o empenho das pessoas, atualmente, em se qualificarem profissionalmente e se atualizarem constantemente com novas leituras, novos cursos, novas graduações, ampliando, assim, seu potencial profissional e a sua

competitividade no mercado do trabalho e protegendo-se, dessa forma, das ondas de desemprego.

2.3.3 Ética, cidadania e os deveres do trabalhador

Se nos sentirmos desmotivados e com a autoestima em baixa, porque não somos valorizados e nossos direitos não são respeitados, devemos utilizar os meios e aproveitar as oportunidades para reverter tal situação, reivindicando, defendendo juridicamente nossos direitos, aprimorando-nos ou procurando outras organizações que nos ofereçam melhores condições de trabalho. Até mesmo, se houver oportunidade, abrir o nosso próprio negócio.

Entretanto, o trabalhador cidadão também tem deveres.

O que não podemos é agir de forma descuidada em nossa vida profissional, pois somos responsáveis pelas consequências de nossos descuidos, tanto sobre nós mesmos como sobre os outros. Por isso, como trabalhadores, devemos estar sempre nos questionando e nos avaliando sob determinados aspectos, de modo que nos comportemos sempre de acordo com os nossos deveres, orientados pelos princípios da ética profissional e conforme os valores da cidadania organizacional.

Assim, quando nos autoavaliamos, é preciso nos perguntar:

I. Como lidamos com os instrumentos e com os recursos físicos que usamos em nosso trabalho, seja produzindo algo concreto ou prestando serviços?

Somos cuidadosos, parcimoniosos, sensatos e prudentes ao usá-los?

Compreendemos a importância de evitar desperdício, estrago e destruição desses materiais? Temos consciência de que os recursos naturais podem se esgotar e de que economizar nos custos permite a diminuição dos preços e o aumento dos salários?

Sabemos que a qualidade do nosso trabalho depende também do bom estado e do funcionamento dos instrumentos que utilizamos e da qualidade da matéria-prima com que operamos? Passamos, por isso, a ficar atentos aos materiais de que esses instrumentos são feitos e a seu funcionamento, para empregá-los de forma adequada?

2. Qual a atenção que damos à qualidade do que oferecemos aos consumidores, clientes ou usuários?

Sabemos que devemos tratá-los da mesma forma que gostaríamos de ser tratados?

Sabemos que devemos ficar atentos às condições de higiene e de segurança necessárias tanto para a preparação de um produto quanto para a prestação de um serviço?

Seguimos as normas de qualidade na produção?

Considerando o tipo de produto que oferecemos, nós caprichamos na sua durabilidade, conforto, clareza, estética, aroma, som e sabor?

Reparamos as falhas que encontramos ou informamos àqueles que devem fazê-lo, para que o produto ou serviço corresponda ao seu protótipo?

Sugerimos ou indicamos maneiras para melhorar a qualidade do que produzimos?

Observamos se o trabalho realizado por outros, e do qual dependemos para fazer o nosso com qualidade, está sendo desenvolvido com o mesmo cuidado?

3. Como nos comportamos, considerando a importância de nosso trabalho e sua repercussão tanto no ambiente em que ele se desenvolve quanto na vida em sociedade?

Estamos conscientes de que tudo de que dispomos é resultado de trabalho coletivo e, portanto, dos esforços de muitas outras pessoas que aplicaram suas energias, competências, vontade e tempo para oferecer algo à comunidade? Temos consciência de que somos um elo nessa cadeia de energias e intenções que permite a sociabilidade e garante a sobrevivência e continuidade de nossa espécie? Ao nos darmos conta disso, atuamos de forma responsável?

Sabemos que, quando falhamos, podemos causar danos físicos ou morais, prejuízos materiais, desconforto, descontentamento, comprometimento de patrimônio e da imagem de pessoas, categorias profissionais, marcas e organizações?

Figura 2.11



Respeitamos o ambiente, conservando a natureza e evitando a poluição? Exigimos o mesmo comportamento de todos?

Reconhecemos a importância de aprender mais e nos atualizar para melhorar nossa prática profissional e a dos que nos cercam?

4. Qual a nossa disposição para trabalhar em equipe de forma cooperativa, oferecendo e recebendo ajuda, dividindo responsabilidades, respeitando direitos e compartilhando poder e sucesso?

Reconhecemos o valor da contribuição de cada um em nosso grupo?

Expressamos esse reconhecimento elogiando esforços e talentos dos demais, orientando-os e indicando caminhos que os façam melhorar?

Solicitamos sua opinião e colaboração quando precisamos de ajuda?

Divulgamos informações e conhecimentos que possam ajudá-los?

Estimulamos seu desenvolvimento, sua autonomia e seu protagonismo?

Ficamos atentos às condições de segurança e salubridade do ambiente que partilhamos com os outros e também às maneiras de preservar nossa saúde e a dos demais?

Ao tomarmos esses cuidados, exigimos que os outros também o façam, para que toda a comunidade seja respeitada?

Figura 2.12



Operário atuando em situação de risco, embora usando luvas e cinto de segurança.

A nossa interação com a realidade, através do trabalho, tem sido a favor da boa qualidade de vida?

2.3.4 A cidadania e o trabalhador em condições adversas

Questões particulares levam várias pessoas a se sentirem realizadas ou insatisfeitas com o trabalho. Nem todas exercem a profissão que gostariam, pois isso depende de muitas variáveis: o contexto histórico, geográfico e familiar em que foram criados e se desenvolveram, as condições físicas e emocionais, a oportunidade de formação, capacitação, qualificação profissional e outras.

Em algumas situações, no entanto, a desmotivação se deve ao contexto e às circunstâncias objetivas e específicas das funções que ocupam e/ou das organizações nas quais trabalham.

As condições nas quais o trabalhador exerce sua função são, em grande parte, responsáveis direta ou indiretamente pelo seu comportamento e desempenho como profissional. Certas pessoas são obrigadas a realizar tarefas em situações de insalubridade e insegurança, em troca de salários irrisórios, sendo desconsideradas em seus direitos de trabalhadores e de cidadãos.

Em muitos lugares, ainda prevalece o que os marxistas consideram *alienação do trabalho*, ou seja, a separação entre sua concepção e execução, sendo que os executores (entenda-se trabalhadores) não sabem o que estão produzindo, o porquê e como fazem para produzi-lo. Por causa disso, não têm a visão global e a compreensão total de seu papel no processo produtivo; portanto, não identificam qual a sua importância nesse processo e como seu produto afeta as pessoas e as comunidades. Enfim, são trabalhadores que não se sentem protagonistas e agentes da História.

Existem também os casos de pessoas que, para sustentarem a si mesmas e à família, precisam se dedicar a vários empregos e trabalharem jornadas além daquelas consideradas máximas pela legislação trabalhista.

Todos esses fatores estão ligados à ética e à cidadania em relação ao tratamento dado ao trabalhador pela sociedade, pelo Estado, pelas organizações e, às vezes, por ele mesmo.

De uma forma geral, podemos identificar que o trabalhador é desrespeitado em seus direitos toda vez que ele:

- a) não é esclarecido nem preparado pela organização que o contrata para compreender a importância do fruto do seu trabalho e de como ele pode realizá-lo de modo a torná-lo importante e benéfico para seu próprio desenvolvimento e o de outras pessoas. Por isso, a forma de acolhimento e ambientação do trabalhador recém-contratado e sua preparação para executar suas atividades devem incluir os esclarecimentos que precisam ser dados sobre sua importância na organização e sua responsabilidade em ter um bom desempenho ao realizá-las;

b) tem sua saúde física, mental, moral e emocional e as relações afetivas prejudicadas por atividades excessivas, causadoras de tensão, fora dos padrões estabelecidos pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

c) não recebe remuneração justa em relação às atividades que realiza, às responsabilidades assumidas, ao seu desempenho e à qualidade do seu trabalho;

d) não tem seus méritos reconhecidos e as avaliações às quais ele está sujeito são orientadas exclusivamente para chamar-lhe a atenção para seus pontos fracos e nunca para ressaltar os progressos que tem realizado. Os critérios dessa avaliação também não lhe são comunicados e ele não é motivado a se autoavaliar, percebendo, ele próprio, seus pontos fortes e os desafios que deve vencer para melhorar;

e) não vê possibilidade de crescer dentro da organização, pois ela não elabora um planejamento e uma gestão de carreira, não planeja políticas de treinamento e desenvolvimento e, portanto, não investe na formação continuada do trabalhador, oferecendo-lhe cursos que possam contribuir para a oferta de melhores oportunidades de realização profissional.

Enfim, o fato de não se sentir realizado afeta não apenas o trabalhador, mas as suas relações de trabalho, com sua equipe, seu empregador, os clientes, os fornecedores, os concorrentes e, consequentemente, a própria imagem da organização onde ele trabalha.

2.3.5 Exigências da cidadania no mundo do trabalho e direitos do trabalhador

Há reciprocidade entre deveres e direitos. A todo direito corresponde um dever e a todo dever um direito.

Hoje, várias empresas reconhecem a necessidade de investir cada vez mais na educação de seus funcionários, algumas delas até criando universidades corporativas. Da mesma forma, outras empresas remuneram seus funcionários pelos títulos acadêmicos, pelo desempenho ou com base nos lucros obtidos.

A cidadania organizacional consiste exatamente na consciência de que a organização tem de cumprir seus deveres em relação aos seus funcionários, aos seus clientes e à comunidade, deveres esses que se referem à qualidade do produto ou serviço que oferecem, à remuneração justa ao trabalho, ao preço justo de venda, à observância aos princípios éticos no que se refere aos concorrentes e ao público e também no que diz respeito ao *marketing* e à propaganda.

Se o trabalhador precisa ser cuidadoso com os materiais que usa para trabalhar, com a qualidade do que produz trabalhando e perceber como é responsável pela repercussão que tem o seu trabalho na vida social, também são deveres de quem o emprega, das políticas públicas, dos meios de comunicação, enfim, de toda a sociedade:

Figura 2.13

Na sociedade moderna, a grande maioria das ocupações exige estudo e formação do trabalhador.



© GUNNAR RIPPEL/SHUTTERSTOCK

- garantir o respeito à legislação que protege os seus direitos;
- reconhecer e valorizar o seu papel na sociedade, propiciando-lhe salários justos, segurança, saúde e bem-estar no trabalho;
- oferecer-lhe oportunidades e condições de crescer profissionalmente, com políticas de treinamento e desenvolvimento e por meio de capacitações das mais diversas formas;
- ampliar vagas nos cursos profissionalizantes, de qualificação, requalificação e habilitação, nas modalidades presencial e a distância;
- reconhecer os esforços e os resultados obtidos pelo trabalhador, recompensando-o com formas de remuneração em função de seu desempenho; benefícios (plano de saúde, pagamento de educação dos filhos, tíquete alimentação etc.); participação em ações etc.;
- divulgar a importância de sua função e participação no processo produtivo, de modo que seu valor seja reconhecido socialmente.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Sugerimos ao final deste capítulo uma atividade criativa de revisão e síntese que englobe os capítulos anteriores. Por exemplo:

I. Pesquise uma peça de teatro, um filme, um romance, uma novela de TV em que apareçam tópicos dos capítulos. Apresente em plenário os resultados da sua busca. Elejam três colegas para elaborar um relatório-síntese das buscas individuais. Essa síntese poderá ser discutida em outra plenária, com o intuito de mostrar quais foram os tópicos estudados que causaram mais impacto na classe e as razões desse impacto.

Ou então:

2. Em grupos, montem atividades-síntese (jograis, teatro, vídeos etc.) sobre os temas estudados nos dois capítulos.

Para terminarmos as considerações sobre ética, cidadania e responsabilidade social e entrarmos no próximo capítulo, parece-nos bastante exemplar o conteúdo dos versos singelos que compõem a música Vilarejo, que, referindo-se a uma utopia, acabam por nos abrir os olhos para as mudanças de valores e atitudes que precisamos urgentemente assumir; se realmente pretendemos enfrentar os desafios do nosso tempo para a preservação da vida e das sociedades humanas em nosso planeta.

Procure a música Vilarejo na internet e escute-a (por exemplo, a partir do site http://video.sonicomusica.com/video/yt-cBebKeSN_0/vilarejo-marisa-monte-pedro-baby-carlinhos-brown-e-arnaldo-antunes/).

Capítulo 3

**O trabalho,
o trabalhador e
as organizações
no mundo
contemporâneo**



A Terceira Revolução Industrial teve início após a Segunda Guerra Mundial e foi se consolidando na segunda metade do século XX. Consiste na aplicação de sofisticadas tecnologias nos processos produtivos, principalmente na área da informação e comunicação. Uma série de componentes revolucionaria praticamente todas as esferas da vida. As informações ganham um peso cada vez maior e desenvolvem-se atividades que empregam alta tecnologia nas mais diferentes áreas: a informática, que produz computadores e softwares; a microeletrônica, que fabrica chips, transistores e produtos eletrônicos; a robótica, que cria robôs para uso industrial; as telecomunicações, que viabilizam as transmissões de rádio e televisão; a telefonia fixa e móvel e a internet; a indústria aeroespacial, que fabrica satélites artificiais e aviões; a biotecnologia, que produz medicamentos, plantas e animais manipulados geneticamente.

Figura 3.1

O esforço de guerra demandado pela Segunda Guerra Mundial deu início à Terceira Revolução Industrial.



© USGOV/MILITARY POST-WORK - NATIONAL ARCHIVES/WIKIMEDIA.ORG

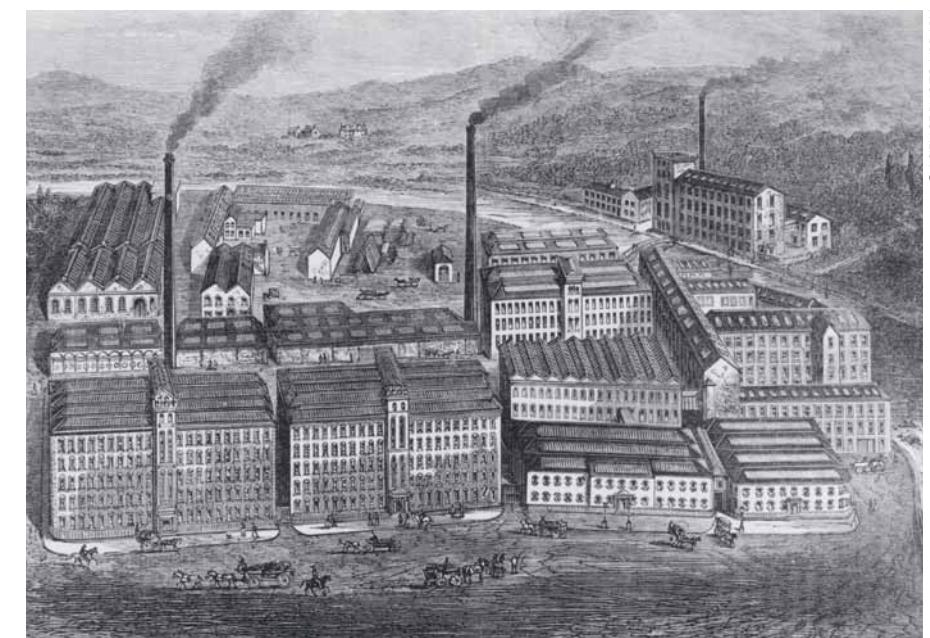
N

a primeira parte deste livro, você teve oportunidade de estudar e refletir sobre noções teóricas e práticas que dizem respeito à ética e à moral (capítulo I). Em seguida, nosso estudo focalizou a ética, alargando seu espectro para abranger também as relações de cidadania no mundo das organizações e do trabalho com um enfoque ético-existencial.

Neste capítulo, a volta ao estudo do trabalho, do trabalhador e das organizações tem a preocupação de apontar como esses aspectos fundamentais da vida humana tomam configurações novas e peculiares no contexto sociopolítico do mundo contemporâneo e quais são os novos problemas éticos que esse contexto coloca para vivermos como cidadãos. Vivemos agora no mundo globalizado, na **Terceira Revolução Industrial**, com suas contradições e implicações. Compreender o mundo é uma necessidade para uma postura ética e cidadã.

3.1 Globalização: a nova face do mundo contemporâneo

Iniciamos nosso estudo sobre o processo de globalização, que dá sustentação ao mundo do trabalho, com a caracterização do comércio global: o mundo em que vivemos hoje está interligado por novos vínculos de trocas e consumo: produtos são fabricados em todos os cantos do planeta e enviados a todos os destinos possíveis. Esse intenso comércio, com o consumo que lhe é inherente, padroniza os comportamentos, inibindo a variedade cultural entre as diferentes sociedades humanas.



© SCIENCE PHOTO LIBRARY

Figura 3.2

Primeira Revolução Industrial: a utilização da energia mecanizada.

Transnacionais são indústrias de países desenvolvidos que se instalam em países em desenvolvimento para aproveitar mão de obra e matérias-primas mais baratas e maximizar os lucros. Uma de suas características é que diferentes partes de seus produtos podem ser fabricadas em diferentes países, a montagem, ser feita noutro e o produto final, ser vendido noutro, ainda, que também não é da matriz.

No mundo contemporâneo, o sistema capitalista dominante recebe o nome de neoliberalismo. São características do neoliberalismo (princípios básicos):

- mínima participação estatal nos rumos da economia de um país;
- pouca intervenção do governo no mercado de trabalho;
- política de privatização de empresas estatais;
- livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização;
- abertura da economia para a entrada de multinacionais;
- adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais eficiente;
- posição contrária aos impostos e tributos excessivos;
- contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do Estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços;
- a base da economia deve ser formada por empresas privadas.

Há uma interdependência econômica mundial presente na vida contemporânea – um circuito de produção e de consumo que busca a redução de custos e o aumento da produtividade na fabricação de mercadorias. Dois ingredientes foram fundamentais para a consolidação desse fenômeno: a queda de barreiras alfandegárias entre os países e a revolução tecnológica, em particular no campo da informação – o que possibilita o mundo conectado em tempo real. A combinação desses fatores provocou drásticas mudanças no processo produtivo, liderado por organizações **transnacionais**, e alterou a forma como são feitos os investimentos mundiais.

Um dos resultados do processo de globalização e da liberalização da economia mundial foi a diminuição do poder de intervenção e controle dos Estados nacionais e a difusão da crença do **neoliberalismo** segundo a qual o mercado é capaz de se autorregular, pois seria dotado de um mecanismo de governança, ou seja, seria capaz de controlar por si só o mundo econômico e social. Entretanto, esse dogma do neoliberalismo, que professa uma fé absoluta no mercado, sofreu um grande abalo com a crise econômica e financeira de 2008, que assolou o mundo e ainda não foi totalmente debelada. Os bancos centrais dos países foram chamados a intervir e a investir. A intervenção maciça dos governos, especialmente dos Estados Unidos da América do Norte e da Europa, que injetaram quantias fabulosas de dinheiro na economia privada, tentou impedir que mais empresas fossem à falência e a economia se desestruturasse definitivamente.

Impulsionadas pela fé absoluta no mercado, as grandes corporações se expandiram pelo mundo, em muitos casos buscando países com legislação mais tolerante em relação a questões trabalhistas e ambientais. Um dos resultados dessa expansão foi a globalização do consumo. Os mesmos produtos e serviços são comprados nos diferentes países do planeta. Há uma produção massiva de objetos de curta duração destinados a serem rapidamente substituídos por outros mais sofisticados.

O consumo excessivo propiciado pelo atual modelo econômico, instigado muitas vezes por necessidades fictícias criadas pelo bombardeio incessante da propaganda, é, por muitos, considerado pernicioso, por causa da exploração exaustiva dos recursos naturais sem nenhuma visão de sustentabilidade. Paradoxalmente, vemos também a exclusão de grande parcela da sociedade, que ainda hoje tem sérias dificuldades de acesso até mesmo a bens essenciais, como água tratada e energia.

Apresentamos agora dois textos críticos sobre a globalização e seus efeitos, o conteúdo de um filme documentário, uma charge e uma reportagem, como subsídios para a reflexão e a discussão que serão objeto da atividade 1.

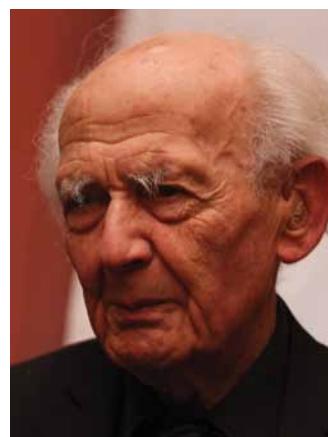
I – A posição de Bauman

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman vê a globalização como uma “grande transformação” que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro. No mundo globalizado, o Estado não tem mais o poder ou não mais centraliza os direitos econômicos. Da mesma forma, os direitos sociais são substituídos um a um pelo dever individual do cuidado consigo mesmo e de garantir a si mesmo vantagem sobre os demais.

Para Bauman, os problemas globais contemporâneos só podem ser resolvidos por ações globais. Segundo o sociólogo, a “globalização atingiu agora um ponto em que não há volta”. E afirma, ainda, que estamos todos nós, agora, numa situação de interdependência global, na qual ou garantimos a segurança comum de todos nós ou então todos “afundamos juntos”. Bauman ressalta que pela primeira vez na história humana o autointeresse, o interesse de cada um, e os “princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos” estão coincidindo, demandando de todos a mesma atitude, “a mesma estratégia”. Para ele, de “maldição, a globalização pode até transformar-se em uma bênção”, porém o sociólogo faz uma ressalva: a grande questão é se conseguiremos aproveitar essa oportunidade, se não perderemos essa chance – o que, para ele, permanece “uma questão em aberto” (BAUMAN, 2005, p. 95).

Figura 3.3

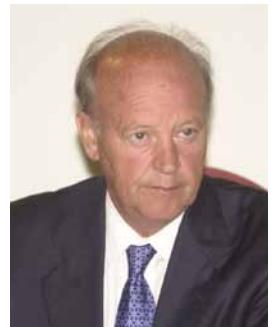
O sociólogo Zygmunt Bauman



© MICHAEL NADOLSKI/WIKIMEDIA.ORG



© CHARGE DEMOSIS



© RUY BARON/VALOR/FOLHAPRESS

Figura 3.4

2 – Festa da globalização

3 – Conteúdo do filme: *Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global visto pelo lado de cá*

Brasil, 2007

Direção: Silvio Tendler

O documentário reúne entrevistas do geógrafo Milton Santos (1926-2001) e apresenta sua lúcida análise do processo de globalização. Discute as contradições do modelo econômico e apresenta a perspectiva da construção de outra realidade, mais justa e mais humana.

Na análise de Milton Santos, a globalização do final do século XX substitui os valores humanísticos por um modelo de consumo voraz, que destrói e exclui amplas parcelas da população mundial.

Na origem desse processo está o chamado **Consenso de Washington**, de 1989, uma verdadeira “bula” que se apresentou como modelo a ser seguido pelos países em desenvolvimento: austeridade fiscal, juros altos para atrair capitais estrangeiros, privatizações, afirmação da incapacidade dos Estados em gerir serviços. Países da América e da África se veem obrigados a seguir o modelo na expectativa de conseguir recursos para o seu desenvolvimento.

Grandes empresas se consolidam e escapam ao controle dos Estados; a ordem é produzir muito – em locais onde essa produção possa ser mais lucrativa. Para Milton Santos, são empresas sem compromisso com territórios, sem responsabilidade social. O trabalhador logo sente o efeito desse processo, pois trabalha mais com menos direitos. Além disso, o desemprego aumenta e passa a ser visto como coisa natural. Também a pobreza passa a ser vista como natural, à medida que apenas alguns são identificados como preparados ou qualificados para entrar no mercado de trabalho. É a globalização como perversidade, no dizer do próprio Milton Santos.

O Consenso de Washington, expressão criada pelo economista britânico John Williamson, é uma compilação de recomendações econômicas concebida em novembro de 1989 por economistas das principais instituições financeiras com sede em Washington. São elas: disciplina fiscal, reforma tributária, desregulamentação da economia, liberalização das taxas de juros, taxas de câmbio competitivas, revisão das prioridades dos gastos públicos, abertura comercial, maior abertura ao investimento estrangeiro direto, privatizações e fortalecimento do direito à propriedade. Durante o final da década de 1980 e o começo da de 1990, muitos dos países da América Latina e também da Ásia adotaram essas políticas.

Figura 3.5

Milton Santos



© JORGE ARAÚJO/FOLHAPRESS

Neste mundo globalizado, mercadorias, capitais e serviços têm circulação livre. Mas pessoas, não. Imigrantes em busca de emprego são barrados por verdadeiras muralhas.

Milton Santos ressalta, no entanto, que movimentos populares buscam alternativas para uma globalização solidária, para reduzir desigualdades e desmanchar diferenças. Foram movimentos da população que se apresentaram como resistência às privatizações e extinção dos serviços públicos, como é o caso da discussão em torno da privatização da água: deve a água ser fonte de lucro para empresas ou a sua distribuição é tão somente para atender às necessidades da população? Milton Santos defende que outra globalização é possível.

Como vimos anteriormente, tanto Bauman quanto Milton Santos apontam que a solução para as contradições se encontra na própria globalização, desde que sejam superados seus efeitos perversos. Dessa visão otimista passemos para outra sobre o trabalho no mundo globalizado bem menos otimista.

4 – O pessimismo de Dupas

O artigo de Gilberto Dupas transscrito a seguir foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 20 de outubro de 2007:

Figura 3.6

Gilberto Dupas (1943-2009), engenheiro, escritor e cientista social brasileiro



© LAIO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

O futuro do trabalho (Gilberto Dupas)

O trabalho remunerado, atividade essencial ao engajamento econômico e social do ser humano na sociedade, está em crise. O capitalismo global contemporâneo trocou lealdade por produtividade imediata e acabou com a época dos relógios de ouro como prêmio por longo tempo de dedicação. Ninguém mais tem emprego de longo prazo garantido na sua atual empresa. As próprias capacidades individuais, adquiridas por estudo ou experiência, sucateiam a cada oito a dez anos. O emprego será cada vez mais voltado para tarefas ou projetos de duração definida.

É uma mudança radical em relação ao fim dos anos 1960, quando os indivíduos eram enraizados em sólidas realidades institucionais nas suas corporações, que, por sua vez, navegavam em mercados relativamente firmes. Na época dourada do capitalismo do pós-guerra, quando matérias-primas entravam por uma ponta e automóveis saíam prontos por outra, vigorava certa “ética social” que domava a luta de classes e garantia – mais na Europa, mas também nos Estados Unidos – benefícios como educação, saúde e pensões por aposentadoria, considerados então direitos universais. A partir dos anos 1980, com a globalização dos mercados, as corporações e seus investidores ficaram mais preocupados com os lucros a curto prazo e os empregos começaram a cruzar rapidamente as fronteiras. E, com os avanços da tecnologia de informação, tornou-se mais barato investir em máquinas do que pagar a pessoas para trabalharem.

[...]

O novo capital é impaciente, avalia resultados mais pelos preços das ações que pelos dividendos. A esses investidores o que interessa é a capacidade das empresas de serem flexíveis como um MP3, com a sequência de produção podendo ser alterada à vontade e terceirizando tudo sempre que possível. Richard [Sennett, da London School of Economics] vê a tendência para o futuro dos empregos como contratos de três ou seis meses, frequentemente renovados. A consequência já se faz sentir. O trabalho temporário é o setor de mais rápido crescimento da força de trabalho nos Estados Unidos, e na Grã-Bretanha, já representa 25% da mão de obra empregada nos Estados Unidos.

Numa organização flexível como os investidores gostam, o poder ocupa uma posição quase virtual; estabelece as tarefas, avalia os resultados e promove a expansão ou o encolhimento da empresa. O objetivo é obter os melhores resultados com a maior rapidez possível. Das várias equipes encarregadas das tarefas, estabelecem-se prêmios apenas para a de melhor desempenho. Sennett lembra que é um jogo de tudo ou nada que mantém alto nível de ansiedade e baixa lealdade institucional. A desigualdade no interior das empresas aumenta; as remunerações são muito altas para os executivos bem-sucedidos e muito baixas para os trabalhadores.

O melhor exemplo é o Wal-Mart, a maior empresa em faturamento do mundo, que utiliza alta tecnologia e paga próximo da linha de pobreza ao grosso de seus funcionários. Compare-se com os empregos estáveis e com a boa remuneração que a grande indústria norte-americana do pós-guerra (Ford, GM, GE e outras) gerava, o que possibilitou a estruturação da sólida classe média do país. Hoje tudo mudou. O dia de trabalho prolonga pelos períodos de descanso, a pressão torna-se mais depressiva que estimulante. Em suas pesquisas de campo, Sennett constatou que nessa situação, em que a lealdade à instituição não pode ser construída, se gera maior propensão ao alcoolismo, ao divórcio e aos problemas de saúde. No nível mais baixo dos empregos flexíveis imperam os chamados Mc-empregos – fritar hambúrgueres ou atender em lojas – ou os postos de atendentes de telemarketing. Essas ocupações podem parecer um fator positivo de acesso para jovens sem habilitação. Mas logo se transformam num beco sem saída. Na verdade, muitos empregos braçais na área de serviços deixaram de ser atraentes para os jovens e essas tarefas são executadas por absoluta falta de alternativa. Nos países desenvolvidos, em geral são entregues a imigrantes, que dão maior valor ao dinheiro momentâneo do que à estabilidade e à qualidade do trabalho. [...]

5 – Uma reportagem

Apresentamos mais um subsídio para a atividade que será proposta a seguir. Transcrevemos uma reportagem de Fernando Canzian que aparece sintetizada na primeira página da *Folha de S.Paulo* de 18 de abril de 2010:

Figura 3.7

Marcelo Néri



© ROSE BRASIL/ABR (AGÊNCIA BRASIL)

Renda no Brasil volta a subir no ritmo pré-crise [...] No ano eleitoral de 2010, o aumento de renda no Brasil retomou os níveis anteriores à crise de 2009 e o poder de compra das famílias atingiu o maior patamar em uma década e meia. Além disso, a proporção de brasileiros abaixo da linha da miséria caiu 43% desde 2003. Estima-se que o país tenha hoje 30 milhões de miseráveis sobrevivendo com R\$ 137 ao mês. Para especialistas, porém, eles seriam mais de 50 milhões se a velocidade da diminuição da pobreza não tivesse se acelerado nos últimos sete anos. "A melhora é muito mais sustentável, pois está apoiada mais na renda do trabalho", afirma Marcelo Néri da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Na média da década, esse fator explica 67% da redução da desigualdade; o Programa Bolsa Família responde por só 17% (FSP, 18 de abril de 2010, A1).

PROPOSTA DE ATIVIDADE I

Em grupos, relacionem o material que lhes foi apresentado: a posição de Bauman, a charge, o filme documentário com as entrevistas de Milton Santos, o texto de Gilberto Dupas e a reportagem da *Folha de S.Paulo*, procurando refletir e discutir as seguintes questões, partindo de um trabalho em grupos:

1. Quais são as principais características do processo de globalização e quais são as suas consequências para o mundo do trabalho?
2. Quais são os pontos de convergência e de divergência notados nos cinco subsídios em discussão?
3. Como caracterizar a situação do Brasil no processo de globalização tendo em vista os cinco subsídios?
4. A posição pessimista de Dupas se aplica inteiramente ou em parte à situação do Brasil na última década? Procurem fundamentar as respostas a esta última questão recorrendo a dados estatísticos. Num segundo momento, exponham e discutam em plenária as conclusões dos grupos. Depois, individualmente, escrevam um relatório a ser colocado no caderno de atividades apontando as principais posições assumidas nos grupos e na plenária e concluam com uma posição pessoal sobre as questões discutidas.

3.1.1 A nova postura das empresas e a reação aos efeitos perversos da globalização

Vamos agora focar nosso olhar nas empresas que atuam nessa economia globalizada. A partir dos anos 1980, com a expansão das multinacionais ou transnacionais e com o acirramento da competição no mercado, as empresas iniciam processos de reestruturação: investem pesadamente em tecnologia, não apenas para melhorar a qualidade de produtos e serviços, mas para diminuir custos com mão de obra, aumentar a produção e os lucros e, assim, garantir uma posição de destaque no mercado. Nesse processo, muitas corporações deixaram em segundo plano a preocupação com o ambiente, com os trabalhadores e até mesmo com a segurança dos consumidores. Aumento do desemprego, da desigualdade e rebaixamento de salários ocorreram em praticamente todos os lugares.

Figura 3.8

A robotização garantiu aumentos de produtividade e eficiência nas linhas de produção automobilística.



© RAINER PLIEND/SHUTTERSTOCK

Nos anos 1990, os efeitos negativos da globalização evidenciam-se e parcelas cada vez mais amplas da sociedade passam a questionar seus efeitos. Por pressão da sociedade, começa a tomar vulto um movimento internacional que alerta para a necessidade de se criar mecanismos de controle social sobre as ações dos grandes conglomerados multinacionais e organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). As mais diferentes formas de manifestações sociais se desenvolvem e buscam alternativas para defender direitos trabalhistas, sociais e ambientais, tendo em vista que os países passam a ter cada vez menos condições para impor limites às empresas.

Nesse cenário, o tema da responsabilidade social começa a surgir e muitas empresas percebem que sua imagem e, consequentemente, suas vendas podem ser seriamente abaladas diante de consumidores mais esclarecidos e exigentes. É no contexto do aumento da exigência dos consumidores e do crescimento da competição entre as empresas que nascem a bandeira da responsabilidade social e o objetivo de adequar suas ações às necessidades socioambientais, às novas exigências da opinião pública ou de seu mercado consumidor.

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, diante da necessidade de melhorar a qualidade dos produtos e de aumentar a produtividade das empresas, um grupo de especialistas analisou uma série de organizações bem-sucedidas, consideradas como “ilhas de excelência”, em busca de características comuns que as diferenciassem das demais. Essas características foram por eles identificadas e eram compostas de **valores organizacionais** que podiam ser facilmente percebidos como parte da cultura das organizações, sendo praticadas pelas pessoas que as compunham, desde os líderes que ocupavam postos de mais responsabilidade até os empregados de escalões inferiores.

Os valores identificados nas organizações de sucesso foram considerados como fundamentos para a formação de uma **nova cultura de gestão empresarial**, trazendo uma série de consequências para o mundo do trabalho, para a ciência da administração de empresas e para as escolas de administração.

Como princípio desse modelo, as empresas apresentam à sociedade sua missão, sua visão e seus valores. Em resumo, podemos considerar:

- **Missão:** razão de ser de uma organização, as necessidades sociais a que ela atende e seu foco fundamental de atividades.
- **Visão:** estado que a organização deseja atingir no futuro. A visão tem a intenção de propiciar o direcionamento dos rumos de uma organização.
- **Valor:** grau de benefício obtido como resultado da utilização e das experiências vividas com um produto. É a percepção do cliente e das demais partes interessadas sobre o grau de atendimento de suas necessidades, considerando-se as características e atributos do produto, seu preço, a facilidade de aquisição, de manutenção e de uso, ao longo de todo seu ciclo de vida.

Para a construção da imagem de uma organização, torna-se essencial incorporar o discurso da excelência do desempenho, da orientação para o futuro e a antecipação às novas tendências do mercado, aos novos cenários, às novas necessidades dos clientes, aos desenvolvimentos tecnológicos, aos requisitos legais, às mudanças estratégicas dos concorrentes e aos anseios da sociedade. Nessa lógica, a organização com visão de futuro seria aquela que planeja, pensa e aprende estrategicamente, buscando obter, dessa forma, um sucesso sustentado e duradouro em suas atividades.

3.1.2 Terceiro setor

Atualmente, é corrente a classificação das organizações de acordo com os três setores da economia: primeiro setor (público, o Estado), segundo setor (privado, o mercado) e terceiro setor (iniciativas privadas de utilidade pública, com origem na sociedade civil).

Mas o que é o terceiro setor?

A expressão terceiro setor denomina um campo formado por atividades que falam em nome do interesse público, sem fins lucrativos e desenvolvidas pela sociedade civil. O setor inclui ações realizadas por diferentes tipos de organizações e associações civis e não governamentais, movimentos sociais, formas tradicionais de ajuda mútua, além de iniciativas isoladas desenvolvidas pela população e de investimentos filantrópicos de empresas privadas, mais recentemente ressignificados, por vezes, como ações de “responsabilidade social”.

Às suas iniciativas caberia o papel de apontar deficiências dos outros dois setores – o Estado e o mercado –, mas principalmente de compensá-las, visando ao atendimento de demandas não cobertas

Características da nova cultura de gestão empresarial:

- Liderança e constância de propósitos
- Responsabilidade social e ética
- Visão de futuro
- Foco no cliente e no mercado
- Decisões baseadas em fatos
- Valorização das pessoas
- Inovação
- Agilidade
- Aprendizado organizacional
- Visão sistêmica: as pessoas da organização devem entender o seu papel no todo, as interrelações entre os elementos que compõem a organização, bem como a interação desta com o mundo externo.

ou delegadas por aqueles. Como atuação privada voluntária, seu discurso e promoção baseiam-se em valores e pressupostos como solidariedade, ajuda mútua, colaboração, cooperação, altruísmo e atenção aos necessitados, além da ideia de fortalecimento da sociedade civil, “participação cidadã” e cidadania.

LIESENBERG, Cíntia. Terceiro setor: conceito e práticas.
In: *Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico* <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=194>> Acessado em: 3 abr. 2011.

Dentro das organizações que fazem parte do terceiro setor, estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis que não visam lucro. No âmbito jurídico, no Brasil, em estudo intitulado *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong – e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – Gife –, foram identificadas mais de 500 mil instituições no terceiro setor. São organizações que utilizam recursos do Estado e do mercado, além de empregar amplamente o trabalho voluntário.

No Brasil, a Lei nº 9.790 de 23/3/99, também conhecida como Lei do Terceiro Setor, é um marco na organização desse segmento. Promulgada a partir de discussões promovidas entre governo e lideranças de organizações não governamentais, essa lei reconhece oficialmente as ONGs e exige transparência administrativa.

De acordo com essa lei, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – devem estar voltadas para o alcance de objetivos sociais que tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- i) promoção da assistência social (o que inclui, de acordo com o art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742/93, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice ou às pessoas portadoras de deficiência ou a promoção gratuita de assistência à saúde ou à educação ou ainda a integração ao mercado de trabalho);
- ii) promoção da cultura, da defesa e da conservação do patrimônio histórico e artístico;
- iii) promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação;
- iv) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação (o Decreto 3.100/99, art. 6º, define a promoção gratuita da educação e da saúde como os serviços prestados com recursos próprios, excluídas quaisquer formas de cobranças, arrecadações compulsórias e condicionamentos a doações ou contrapartidas);

- v) promoção da segurança alimentar e nutricional;
- vi) defesa, preservação e conservação do ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- vii) promoção do voluntariado;
- viii) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- ix) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- x) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- xi) experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioeducativos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- xii) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

Procurem acessar sites de empresas e OSCIPs e verifiquem como elas apresentam sua missão, visão e valores. Comecem com um inventário individual e em seguida apresentem em plenária os resultados. Depois, individualmente, façam um resumo de todas as contribuições dos grupos e da plenária, para ser lançado no caderno de atividades.

3.2 A nova ética das empresas e o terceiro setor em debate

A atuação de ONGs e OSCIPs é alvo de reflexão e críticas, à medida que atuam com recursos públicos e nem sempre esclarecem à sociedade o uso desses recursos. Questiona-se também a recente “conversão” das empresas para os valores e para a responsabilidade social. Apresentamos agora alguns subsídios para motivar a reflexão e a discussão sobre esses questionamentos que serão objeto da atividade 3.

O filme *Quanto vale ou é por quilo?* se posiciona criticamente com relação à atuação das ONGs e OSCIPs.

Quanto vale ou é por quilo?
Brasil, 2005
Direção: Sérgio Bianchi

O filme traça um painel de duas épocas: o período da escravidão e a sociedade brasileira atual. Diversidades e permanências são pontuadas, mas o filme

A palavra “apartação” vem do latim *partire* que significa dividir em partes.
Na África do Sul, o termo resultou em *apartheid*, que definiu a concepção e o conjunto das normas que regularam o processo social e econômico separando a população entre brancos, negros e mestiços. No Brasil, a palavra apartação social é utilizada para indicar o desenvolvimento separado entre incluídos e excluídos, não entre brancos e negros como no caso da África do Sul. O centro do conceito de apartação está em que o desenvolvimento brasileiro não provoca apenas desigualdade social, mas uma separação entre os grupos sociais (Cf. BUARQUE, Cristovam, 1993).



Joaquim Maria Machado de Assis, autor do conto “Pai contra mãe”.

ressalta a manutenção de uma perversa dinâmica socioeconômica, nutrida pela corrupção impune, pela violência e pela **apartação social**. O diretor aponta as contradições de um país em permanente crise de valores.

O enredo é uma livre adaptação do conto “Pai contra mãe”, do escritor Machado de Assis (1839-1908), entremeado de pequenas crônicas do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti sobre a escravidão, extraídas dos autos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Dois momentos são apresentados. Se no século XVIII a escravidão é explícita, nos tempos atuais a miséria é o combustível de um novo tipo de negócio. Com o nome oficial de terceiro setor, um mercado composto de verdadeiras empresas tenta preencher a ausência do Estado em atividades assistenciais, transformando as pautas sociais em verdadeiras feiras de negócios.

Quanto vale ou é por quilo? discute a falência das instituições do país, denuncia a exploração da miséria pelo *marketing social* e questiona a solidariedade que encobre lucros.

Muitos questionamentos são levantados também a respeito da real intenção das empresas quando acolhem em seu novo discurso “valores”, responsabilidade social, valorização das pessoas etc. Para suscitar reflexão e debate apresentamos a seguir um texto de Jean Bartoli:

Estas palavras [competitividade, empregabilidade] que, no início, representavam caminhos de melhoria da eficiência organizacional, em determinados momentos passam a dominar o pensamento da organização de tal modo que adquirem vida própria. São momentâneos, porque as modas se sucedem, dependendo basicamente das prioridades estabelecidas pela direção das empresas. Hoje, os investidores impõem a prioridade da necessidade de agregar valor: essa necessidade vira um chavão, que acaba por ter vida própria e obceca os discursos empresariais em todos os níveis (BARTOLI, 2005, p. 187).

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

O filme *Quanto vale ou é por quilo?* levanta questões que requerem reflexão e discussão. Estão na berlinda não apenas o terceiro setor, mas também a tendência atual das empresas que entram no mundo dos valores e acolhem a responsabilidade social. Cabe, portanto, uma parada para refletir e discutir em grupos e depois em plenária, tendo como pano de fundo as críticas levantadas pelo filme e pelo texto de Jean Bartoli, como também os tópicos anteriores sobre os valores e a responsabilidade social nas empresas e o terceiro setor. Como sugestão para a reflexão e a discussão entre os alunos, propomos as seguintes questões:

- I. Quais são os indícios de escravismo que você constata em nossa sociedade no século XXI?



REPRODUÇÃO

Figura 3.9

Professor Jean Bartoli

2. Quais são as semelhanças e as diferenças entre a ética que orientava o comportamento dos sujeitos sociais no passado e os princípios éticos que vigoram no presente?
3. A nova face da solidariedade, da responsabilidade social e dos valores assumidos pelas organizações empresariais e pelo terceiro setor espelham os reclamos da ética e da cidadania expostos no capítulo I ou são apenas uma fachada para camuflar a mesma busca de prosperidade, sucesso mercadológico e lucro, cujo movente principal seria a competitividade e o sucesso? Sugerimos que cada participante faça uma síntese das conclusões da plenária, elabore um comentário pessoal sobre a atividade e o transcreva no seu caderno de atividades, manifestando as posições pessoais a respeito das questões debatidas.

3.3 Trabalho e trabalhador no mundo globalizado. O perfil profissional e as competências

A partir dos anos 1990, com as mudanças no quadro econômico mundial, com o advento do neoliberalismo e da globalização, o mundo do trabalho sofreu profundas alterações. As mudanças nos circuitos de produção e na circulação de mercadorias, bem como a readequação dos setores de prestação de serviços, imprimiram ao trabalho um conceito de alta produtividade com menores custos.

A privatização de diferentes setores da economia, a terceirização de amplos setores da produção e o crescimento do trabalho de caráter temporário são marcas deste contexto altamente competitivo da economia global.

O conceito de emprego, tal como conhecemos ao longo de quase todo século XX, já não é mais o mesmo. Entendia-se emprego como uma relação estável e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem o realiza. Emprego, portanto, significava estabilidade e direitos. Hoje já não é mais assim, pelo menos não da forma como nossos pais e avós conheciam no século XX.

A palavra trabalho desvincula-se de emprego; cada vez mais vemos a substituição gradual do emprego fixo, de longa duração e em tempo integral, por outras formas de prestação de serviços como o trabalho autônomo, o realizado por meio de cooperativa ou da terceirização dos serviços, o trabalho temporário ou em tempo parcial, aqueles feitos por projetos etc. As oportunidades de trabalho crescem, as de emprego se restringem.

Para o trabalhador, essas mudanças têm um significado importante, pois dele se exige uma formação contínua e uma grande capacidade de adaptação às diferentes situações e novas competências. Por isso, vamos expor as múltiplas competências e seu significado.

3.3.1 Competências pessoais e sociais

Pessoais e sociais são competências referentes a *saber ser* e a *saber viver com outros*, as quais todos nós, independentemente de idade, gênero, nacionalidade, religião, profissão, trabalho exercido etc., devemos desenvolver desde muito cedo e aprimorar durante toda a nossa vida.

As competências pessoais e sociais são as seguintes:

- Praticar a observação, a análise, a reflexão, o debate e a argumentação consistente diante de situações-problema que demandam avaliações e opções, sem nos deixarmos conduzir por preconceitos ou conceitos ultrapassados na escolha dos caminhos a serem percorridos.
- Analisar e avaliar si mesmo, pessoas, fatos e atos, interpretando-os do ponto de vista da ética e da cidadania, ou seja: sob a luz de critérios de diferenciação entre o que é ou expressa o bem e o mal e o que impede ou não que todos sejam tratados com os mesmos direitos à igualdade, à liberdade, à autonomia e à felicidade, entre outros preceitos universais.
- Interpretar e analisar costumes, regras, leis, sistemas, processos, organizações e instituições sociais do ponto de vista dos diversos grupos envolvidos e situados no seu tempo, espaço e cultura. Ou seja, compreender que, diferentemente dos outros animais, os seres humanos são criativos tanto nas formas como se adaptaram à vida em espaços e épocas diferentes quanto na forma de explicar sua existência e suas diferenças e também de expressar ideias e sentimentos.
- Reconhecer e enfrentar situações-problema ocorridas no meio social, participando de modo a intervir solidária e democraticamente na realidade, considerando que todos têm direito a uma vida de boa qualidade, mas que nem todos têm as mesmas oportunidades de conseguir-las, o que faz de cada um de nós responsável pela garantia da justiça e da equidade.

- Manter-se atento para reconhecer, prevenir e prever situações que representem riscos ou desrespeito à integridade física, mental, moral e social dos cidadãos.

3.3.2 Competências profissionais

Além das competências pessoais e sociais, há outras especialmente importantes no mundo do trabalho que se aplicam de forma geral a qualquer campo, profissão ou função.

A seguir, relacionamos algumas delas:

- Conscientizar-se da importância do valor e da responsabilidade no trabalho em relação à qualidade do produto ou serviço a ser oferecido, às condições de higiene e segurança tanto durante o processo de produção quanto no ambiente onde se atua, ao ambiente local e global, ao patrimônio público e ao patrimônio da instituição ou organização onde se trabalha.
- Reconhecer as regras básicas de convivência e respeitar as legislações que disciplinam as ações da organização em que se trabalha.
- Trabalhar em equipe e cooperativamente, respeitando e valorizando a autonomia, a contribuição e a diversidade de cada um.
- Guiar-se pela racionalidade e pela sustentabilidade no uso dos recursos materiais, pela solidariedade no trato com as pessoas e pela prudência, sensatez e cuidado em ambos os casos.

3.3.3 Competências corporativas ou organizacionais

As profissões específicas também requerem alguns cuidados especiais do ponto de vista ético e que precisam ser tomados pelo profissional – seja ele o proprietário ou o empregado.

São cuidados, atitudes e comportamentos específicos e que devem ser adequados ao tipo, à estrutura, à área de atuação e ao segmento de mercado ao qual se dirige, da organização em que trabalha e aos tipos de relação que ele estabelece, enquanto nela atua, com as pessoas, os materiais, o ambiente, as comunidades.

Algumas dessas competências corporativas mais importantes são as seguintes:

- Identificar e respeitar, na organização onde se atua, os direitos e deveres inerentes às condições e às relações entre produtor e consumidor; empregador e empregado; parceiros e colaboradores; representantes da organização e clientes; consumidores e fornecedores; concorrentes e competidores; membros da comunidade interna e da comunidade externa; a organização e o entorno onde está situada.
- Atualizar-se continuamente, incorporando conhecimentos, técnicas e atitudes relacionadas ao seu desenvolvimento profissional e relacional.
- Estimular, no grupo que lidera ou com o qual colabora, a autonomia, a criatividade, a **proatividade** e o **protagonismo**.
- Perceber o momento propício e a situação adequada e justa para oferecer ou pedir ajuda, aprender ou ensinar, cooperar ou competir, sempre de acordo com os princípios da responsabilidade e da solidariedade.

Proatividade é a atitude daquele que não espera passivamente que lhe façam algo de que necessita ou que os outros façam aquilo que ele deve e pode fazer. Ele vai à luta, ele coopera, colabora, toma iniciativas, sai à busca de soluções. Diante das mudanças, não as rejeita preconceitosamente ou por comodismo, acomodando-se no tradicionalismo. Ao contrário, encara-as, analisa-as e define-se aderindo ou não a elas, a partir de seu julgamento sobre se trazem benefícios ou malefícios.

Protagonismo é a qualidade das pessoas que determinam e são capazes de desenvolver seus próprios projetos individuais, bem como optam por participar e participam ativamente de projetos coletivos.

- Zelar para que sejam efetivamente praticadas as normas de qualidade na produção, no atendimento ao público e ao cliente, na gestão de recursos humanos, na preservação do meio ambiente e no respeito à sociedade em geral.
- Respeitar o sigilo quando for necessário e considerado justo.
- Preservar a boa imagem da profissão que exerce e da instituição onde trabalha.

Muitas profissões têm seu próprio código de ética formalmente estabelecido, enquanto para outras ele é informal e introyectado, ou seja, interiorizado, enraizado. No primeiro caso, há situações tão especiais em certas áreas ou funções que a análise e a reflexão sobre como agir do ponto de vista da ética foram realizadas de maneira formal e sistematizada por representantes das comunidades profissionais, os quais publicaram e divulgaram normas e regras que devem ser rigorosamente observadas. Aqueles que não as obedecerem são desclassificados ou expulsos da sua comunidade. Exemplos disso são os códigos de ética do médico, do enfermeiro, do jornalista, do professor e do advogado.

No processo de seleção das empresas, as competências pessoais e sociais reveladas são muito importantes para a contratação dos novos funcionários. Elas se revelam nos currículos dos candidatos, durante as entrevistas realizadas com eles e no modo como cada um se comporta nas dinâmicas de grupo.

Esse tipo de avaliação não é feito apenas durante o processo de seleção de recursos humanos, mas também com os profissionais já contratados durante as ocasiões de apreciação da atuação e desempenho de cada um, influenciando na sua promoção e em seu plano de carreira.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 4

No item “trabalho e trabalhador no mundo globalizado”, demos muitas informações relevantes. Falamos das competências em geral, pessoais, sociais, profissionais, corporativas e organizacionais. Abordamos as novas competências que surgem a partir dos anos 1990 e mudam o perfil do profissional. Vimos que é importante que o trabalhador esteja atento a elas e as leve a sério, pois constituem o mapa pelo qual as empresas norteiam as suas relações de trabalho. As novidades constantes exigem do profissional uma permanente “reengenharia” pessoal para adequar-se a um perfil em constante mutação. São tantas as exigências com relação ao trabalhador hoje e ao perfil necessário para o seu bom desempenho no mercado de trabalho que uma série de produções – livros, revistas, filmes – são feitas para atingir esse público: trabalhadores em busca de seu espaço no mercado de trabalho.

Apresentamos a seguir uma reportagem publicada com o intuito de buscar uma reflexão sobre o perfil do profissional e as competências exigidas neste novo mercado.

“Você é do bem?”

Profissionais que doam tempo, dinheiro e conhecimento para boas causas já são mais valorizados pelas empresas.

[...]

Durante muito tempo você foi bombardeado com mensagens de estímulo ao seu crescimento individual. É provável que tenham lhe dito que você deveria se manter atualizado, tomar as rédeas da sua carreira, demonstrar cada vez mais iniciativa pessoal. Repare que nesses conselhos as palavras “individual” e “pessoal” estão sempre presentes. O sujeito das ações e das lições é sempre o “eu”, e o foco, o indivíduo. É claro que essas sugestões continuam valendo – e muito. Mas algo está mudando: o mercado começa a valorizar também a sua capacidade de se envolver com o coletivo, de compartilhar tempo, dinheiro e conhecimento com quem está à sua volta. [...]

Essa mudança de foco está sendo vista com bons olhos pelas empresas porque elas estão se dando conta de que sucesso e dinheiro empilhado no banco proporcionam a seus funcionários uma satisfação temporária. Bônus, participação nos lucros e outros benefícios são importantes para manter os funcionários comprometidos. Mas, na verdade, o que os motiva realmente é a realização de suas necessidades afetivas. E isso pode, em grande parte, vir do exercício efetivo da cidadania, do ato de contribuir para algo mais valioso do que a obtenção de um contracheque no fim do mês. [...]

A pressão para competir em mercados globalizados tem levado grandes empresas a fazer uma autoavaliação sistemática. Della resultaram reestruturações e **downsizing**, que requerem companhias e funcionários altamente produtivos. Traduzindo: pessoas muito qualificadas, comprometidas com a organização, criativas em suas funções, ansiosas por assumir responsabilidades, efetivas no trabalho em grupo e saudáveis de corpo, mente e espírito. É aí que o valor do engajamento desponta. Os executivos reconhecem agora que programas de voluntariado, por exemplo, podem ser ótimos para desenvolver essa mão de obra tão cheia de habilidades. Isso porque os traços de funcionários produtivos coincidem com as características básicas da atividade voluntária [...]

Bom para todo mundo

Não é só o outro que se beneficia quando você dá um pouco de si. Veja como você também ganha indiretamente nessa relação:

Habilidades beneficiadas

- Comunicação escrita e oral
- Administração do tempo, do trabalho e das pessoas
- Negociação, capacidade de ouvir e dar atenção
- Capacidade individual de avaliação e de responsabilidade
- Planejamento de objetivos em curto e longo prazo
- Definição de orçamentos e alocação de recursos
- Gerenciamento de estresse

Downsizing em português se traduz por “achatamento”. É uma das técnicas da administração contemporânea que tem por objetivo a eliminação da burocracia corporativa mediante um projeto de organização planejada em todas as suas etapas de acordo com o planejamento estratégico do negócio. A meta é construir uma organização a mais eficiente possível mediante práticas que a mantenham a mais enxuta possível. A curto prazo envolve demissões, achatamento da estrutura organizacional, reestruturação, redução de custos e racionalização.

Mudanças de atitude

- Aumento de compreensão e respeito pela diversidade
- Abordagens mais criativas na hora de responder a dificuldades
- Aumento na capacidade de assumir riscos calculados
- Senso de comunidade e de obrigação social aumentados
- Aumento no valor dado a contribuições vindas de todos os níveis da organização
- Afirmação da capacidade e dos valores pessoais
- Desenvolvimento de características como orgulho e responsabilidade
- Resistência positiva a sentimentos como alienação e isolamento”

(FONTANA, Alessandra e DE MARI, Juliana. Você é do bem?

Você S.A. Ed. 30, Ano 3, dezembro/2000.)

Agora é o momento de parar para refletir, analisar, organizar os dados esparsos, questionar e construir algo pessoal, a partir da leitura e do estudo dos textos. Por isso, propomos a seguinte atividade:

Primeiro individualmente, depois em grupos e por fim em plenária, montem um quadro o mais completo possível com as competências expostas nos textos, dando especial destaque àquelas que compõem o novo perfil do profissional. Evidente que a orientação do professor é fundamental para a montagem desse quadro. Finalizada a tarefa, passe o quadro para o seu caderno de atividades e volte sempre a ele para mantê-lo constantemente atualizado, buscando realizá-lo, na medida do possível, tendo em vista especialmente as atitudes e valores que dizem respeito à profissão que você escolheu ou que já esteja exercendo.

3.3.4 Uma conquista relevante: os códigos de ética profissional

Como trabalhadores, pertencemos a grupos corporativos, atuamos em empresas ou outras organizações e instituições e realizamos atividades ocupacionais inseridas em determinadas áreas da produção de bens ou serviços.

Os grupos corporativos a que pertencemos definem formal ou informalmente um conjunto de regras, direitos, obrigações e até mesmo privilégios que dizem respeito aos seus associados.

A formalização por escrito dos deveres e direitos das pessoas em suas atividades profissionais ou postos de trabalho tem se mostrado cada vez mais necessária nos dias atuais. Veja sugestão de atividade sobre Ética Profissional nos Anexos deste livro.

O fato de as sociedades se tornarem mais complexas, o desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia, a criação de novas necessidades e possibilidades de exploração e manipulação de recursos naturais e de intervenção genética e ambiental – tudo isso tem gerado novos valores e polêmica em relação àqueles que, há pouco tempo atrás, eram considerados indiscutíveis.

Além disso, há profissões que jamais sonhamos que um dia viessem surgir. Muitos profissionais que se enquadram nesse caso descobrem problemas que demandam uma reflexão ética que ainda não foi feita coletivamente como precisaria ser.

Os **códigos de ética** que já existem definem os limites da profissão, as normas para o seu bom exercício, os princípios que devem prevalecer nas relações interpessoais, o modo como direcionar as atividades para a promoção social humana etc.

Embora elaborados para profissões diferentes, há uma série de preceitos e princípios que são aplicados, senão em todas, pelo menos na maioria delas.

A seguir, enumeramos alguns desses princípios:

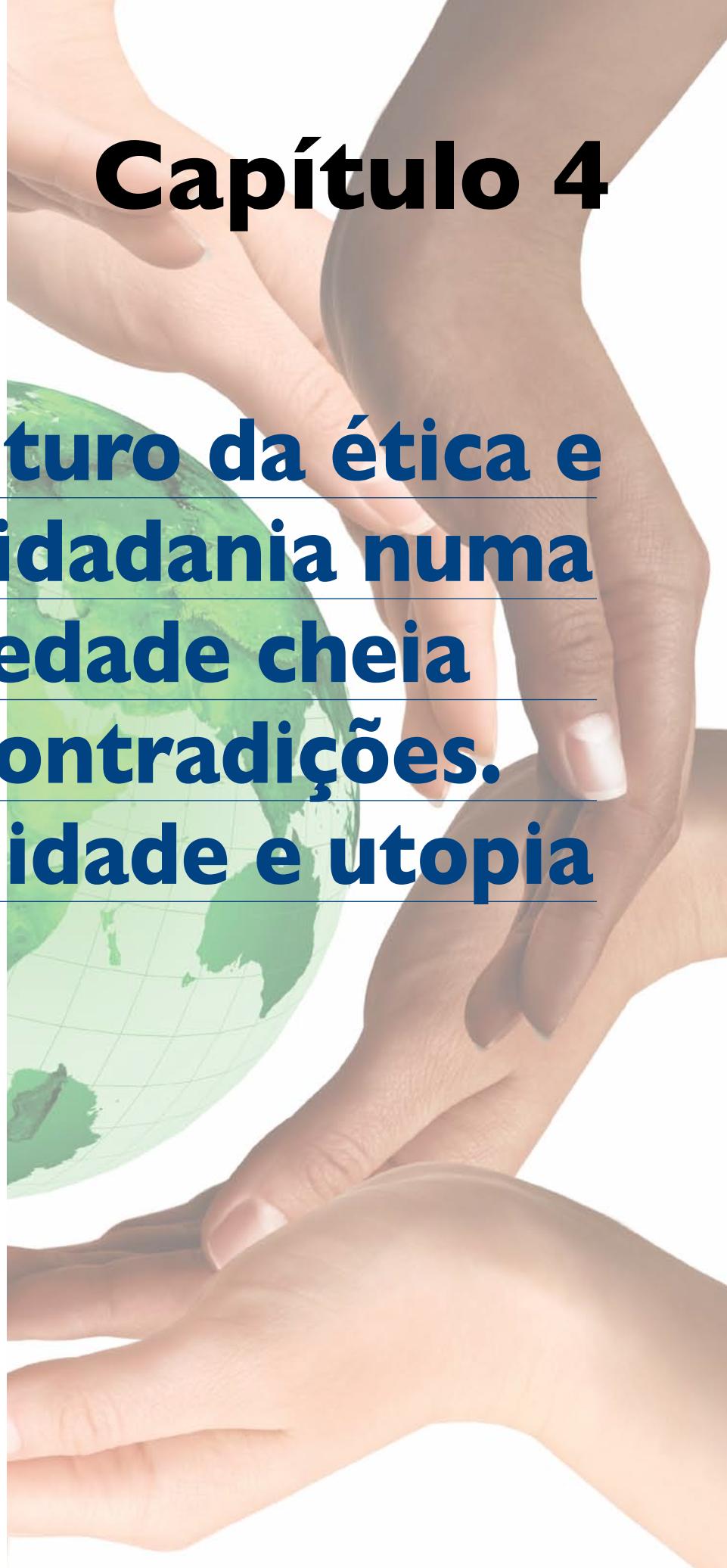
- Compromisso com a *confiabilidade*, ou seja, o dever de manter segredo sobre fatos sigilosos que tenham sido conhecidos em decorrência de sua atividade profissional e que só poderão ser divulgados por motivo de causa maior, previsto em lei.
- Dever de proceder de forma correta, honesta, zelosa, no exercício das atividades profissionais, de modo a inspirar respeito e contribuir para o prestígio da classe.
- Lealdade em relação aos colegas de profissão, tratando-os com respeito, consideração, solidariedade, mas obrigando-se, se for o caso, a denunciar irregularidades por eles cometidas e que contrariem a ética profissional.
- Manter-se atualizado, aprimorar seus conhecimentos, desenvolver suas competências, de modo a atender melhor aos que procuram seus serviços profissionais.
- Denunciar às autoridades competentes qualquer forma de dano ao ambiente ou prejuízo à saúde e à vida das pessoas.
- Defender sempre o bem público.
- Não utilizar sua profissão para obter vantagens pessoais.
- Lutar por melhores condições de trabalho e defender a dignidade profissional.

As diferenças entre os códigos de ética profissional existem por conta de especificidades nas atividades que exercem, no tipo de relação com as pessoas e objetos com os quais lidam, na interação com a natureza e com a cultura e no grau de intervenção em sistemas e processos.

É interessante, em muitos casos necessário, e em outros até imprescindível, que conheçamos alguns desses códigos. Pelo menos os relativos a profissionais com os quais mais lidamos e dos quais mais dependemos – como é o caso de advogados, médicos, enfermeiros, contabilistas, jornalistas, engenheiros e outros – e os das profissões que exercemos ou exercevemos no futuro.

Capítulo 4

**O futuro da ética e
da cidadania numa
sociedade cheia
de contradições.
Realidade e utopia**



N

este capítulo, nossa reflexão vai percorrer um caminho complexo onde aparece a constante e inseparável presença da realidade e da utopia.

O conceito de utopia utilizado neste capítulo será esclarecido logo de início, pois a visão comum a percebe como sonho absolutamente irreal, delírio, quimera, fantasia inconsequente, a realidade que não existe e que não se consegue obter.

O estudo da real conjuntura entre trabalho e trabalhador nos permitirá responder como as organizações brasileiras atuais tratam a qualificação e a capacidade profissional dos seus colaboradores? Existe hoje o trabalhador ideal para as organizações ideais ou é mera utopia?

Outro ponto importante: podemos vislumbrar uma nova realidade para o trabalho e para o trabalhador numa sociedade tão contraditória? Há um novo horizonte para um trabalho mais digno e em melhores condições?

Saindo das relações de trabalho para as relações sociais, vamos abordar temas importantes, como o futuro das crianças e dos adolescentes submetidos a condições de extrema pobreza e violência e como a sociedade tem lidado com os imigrantes que buscam melhores condições de vida em outros países. Eles estão sendo respeitados?

Vamos então descobrir as respostas para todas essas perguntas.

4.1 Utopia e Ética – Um pouco de teoria

A palavra utopia vem do grego, *ou-topos*, que significa um “não lugar” ou “lugar nenhum”. Trata-se então de uma realidade que ainda não aconteceu, mas é possível de ser conquistada pela força da liberdade e da ação humana.

José Teixeira Coelho Neto, professor na área de comunicação e artes, vê a utopia como uma necessidade humana, espécie de imaginação impulsionadora das mudanças, potencialmente concretizadora, capaz de vislumbrar o que precisa ser mudado, e mesmo que pareça algo muito distante do real, aproxima-o através de ideais objetivos. Segundo ele, é

um traço que deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido, pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda; é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, à situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar-se **esperança**; esperança de que aquilo que não é, que não existe, pode vir a ser: uma espera, um sonho, de que algo se move para frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir (COELHO, 1985, p. 7).

Edgar Morin afirma que a ética, numa visão de complexidade, caminha sempre na esperança ligada à desesperança. “Conserva a esperança quando tudo parece perdido” (MORIN, 2005, p. 198). A ética rejeita o “realismo trivial” que se adapta ao imediato. Rejeita também o “utopismo trivial”, que ignora os limites da realidade. Por isso, a ética complexa sempre enxerga “um possível ainda invisível no real” (Ibid., p. 198).

O ser humano que vive de **esperança** “sabe que o inesperado pode acontecer, e que, na história, o improvável aconteceu com mais frequência do que o provável [...] A esperança apegue-se ao inesperado. ‘Se tu não buscares o inesperado, não encontrarás’, dizia Heráclito” (MORIN, 2005, p. 198).

Entretanto, Morin frisa que esperança não é certeza. Sempre inclui uma característica de aposta.

Dizer que se tem esperança é afirmar que existem muitas razões para se desesperar. Ignoramos os limites do possível, daí a justificação da esperança, mas sabemos que esses limites existem, de onde a confirmação da desesperança. A esperança do possível é gerada sobre o impossível (MORIN, 2005, p. 199).

Após esse preâmbulo teórico, vamos mostrar, nos fatos, a dura realidade do trabalho e do trabalhador, como a utopia vai se realizando e como o futuro vai se fazendo presente em meio às dificuldades e contradições da sociedade atual.

4.2 A “Constituição Cidadã” – um grande passo para reformas no sistema capitalista brasileiro

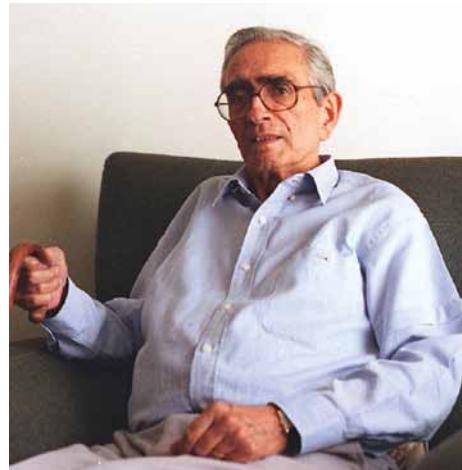
Com o progressivo enfraquecimento do regime militar, a sociedade brasileira engajou-se em um grande movimento para restabelecer os fundamentos do sistema democrático, pondo fim aos longos anos de repressão. Em 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, que discutiu e aprovou, em 1988, a **Nova Carta Constitucional**.

Num discurso na Assembleia Constituinte, o sociólogo Florestan Fernandes, então deputado federal por São Paulo, frisou a relevância do acontecimento:

Tivemos várias Constituições, mas nunca tivemos uma Constituição tão importante na História do Brasil [...] Esta oportunidade histórica nos obriga

Figura 4.1

Florestan Fernandes



© EDER LUIZ MEDEROS/FOLHA IMAGEM

a pensar naquelas transformações que são exigidas pelos operários, pela massa de miseráveis da terra, pela pequena burguesia enraivecida, pelos setores de classe média baixa, que estão perdendo posição, status e renda, e pelos outros setores que reclamam, por outros motivos, por outras razões, com a mesma justiça [...] Pela primeira vez na História do Brasil, haverá a possibilidade de se elaborar uma Constituição para todas as nações que convivem dentro do mesmo espaço territorial [...] Pela primeira vez em nossa História, surge a oportunidade de se elaborar uma Constituição que unifique o poder nacional, e crie entre essas nações vínculos realmente fortes, não só econômicos e culturais, mas jurídicos e políticos. Daí o significado histórico específico dessa Constituição: ela poderá representar para o Brasil um salto histórico qualitativo, que nos colocará, realmente, entre as nações democráticas do mundo (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE – Diário – Brasília, quinta-feira, 12 de fevereiro de 1987, Ano I – nº 009).

Resultado da vontade popular expressa pelos constituintes, a Nova Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988, devolveu os poderes do Legislativo, deu-lhes novas atribuições em matéria de política econômico-financeira, orçamento, política nuclear, política de comunicações e criou novos direitos individuais, coletivos e sociais, em particular direitos trabalhistas.

Em anexo, no final deste capítulo, apresentaremos o Capítulo II – Dos Direitos Sociais, cujos artigos proclamam os direitos do trabalhador. Pelo fato de ter sido uma resposta aos anseios do povo e da sociedade politicamente organizada, a Nova Carta ficou conhecida como a Constituição Cidadã.

4.3 A dura realidade do trabalho e do trabalhador

Os textos a seguir apresentam alguns aspectos da realidade do trabalho e do trabalhador brasileiro nestes tempos de economia globalizada. Observe bem que, apesar das exigências profissionais, muitas são as dificuldades do trabalhador, o que possibilita admitir que o profissional competente, como as empresas

desejam, é ainda, em grande parte, uma *utopia*. E essa constatação deve ser objeto de reflexão por parte das organizações e dos trabalhadores. Vejamos algumas reportagens que mostram essa realidade.

Folha de S.Paulo, 24 de março de 2002.

MAIORIA VIVE NA PRÉ-HISTÓRIA DA CLT

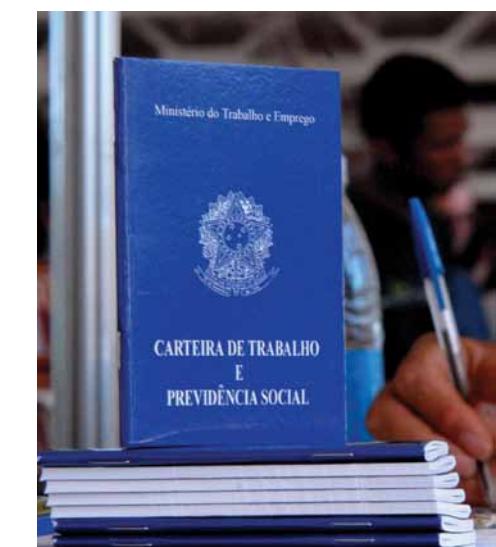
Informalidade elimina benefícios mesmo sem mudança da lei trabalhista

A maior parte dos trabalhadores brasileiros não recebe 13º salário (53%) nem férias remuneradas (54%). Benefícios não constitucionais, como plano de saúde, vale-transporte e vale-refeição, atingem menos do que um quarto dos brasileiros. Outras formas de salário indireto são ainda mais raras. Participação nos lucros das empresas, cesta básica e auxílio-educação são privilégios de menos de 20% dos trabalhadores do país.

Mais: um terço dos ocupados costuma fazer horas extras, mas apenas 40% deles são pagos em dinheiro por isso. Outros 31% não recebem nenhum tipo de compensação por trabalhar a mais, e 14% são “pagos” em folgas.

Grande parte desse passivo é fruto da informalização crescente do mercado de trabalho brasileiro, que, como dizem os especialistas, precariza as condições da ocupação. Prova disso é que 95% dos assalariados registrados recebem 13º salário e 93% têm férias remuneradas. Já para os assalariados sem registro esses benefícios constitucionais não são a regra, mas a exceção: 57% não têm 13º e 63% não têm férias pagas.

Quando não há vínculo fixo com o empregador, esses benefícios constitucionais tornam-se um prêmio que é dado a apenas 8% dos que vivem de bico ou *freelancers*. A opção do trabalho por conta própria, como autônomo regular ou empresário, também não comporta 13º e férias. Menos de 15% dos ocupados dessa forma obtêm essas vantagens.

Figura 4.2

© MARCELLO CASAL JR/ABR/WIKIMEDIA.ORG

Uma das conclusões possíveis a partir dos dados processados pelo Datafolha é que se criou um círculo vicioso no mercado de trabalho brasileiro: o excesso de oferta de mão de obra propicia a informalidade, porque os trabalhadores preferem perder direitos a ficar sem ocupação, mas eles acabam assim trabalhando mais horas e, indiretamente, acumulando as tarefas que seriam destinadas a outros postos de trabalho, realimentando o desemprego.

Folha de S.Paulo, 24 de março de 2002.

MAL-ESTAR AINDA PREDOMINA NO TRABALHO

Marcio Pochmann

Onze gerações separam o fim da escravidão e o atual exercício do trabalho no âmbito do capitalismo brasileiro. Nesse tempo, o balanço evolucionista do trabalho não parece animador, mesmo considerando que o país deixou de ser uma grande fazenda geradora de produtos primários voltados à exportação para se localizar, neste início de terceiro milênio, entre as oito principais economias industriais do mundo.

Essa interpretação é sugestiva do conjunto de percepções que os brasileiros apresentam a respeito do sentido do trabalho, revelado pelo Datafolha. A constatação da ausência de uma verdadeira sociedade salarial no Brasil, apontada pela síntese da pesquisa, distingue o recorrente sucesso do capitalismo selvagem ante a insegurança e a instabilidade generalizadas no trabalho.

(...) Não há como negar que sobrevivem, pelo menos, quatro grandes questões não resolvidas em relação ao mercado de trabalho.

A primeira revela a incompatibilidade entre a insuficiência da remuneração obtida no trabalho e a diversidade oferecida pelo padrão de consumo. O Datafolha aponta a presença de baixos rendimentos, longe da constituição de uma sociedade salarial fundada no consumo de massa, já que 56% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 12,00 diários.

Considerando-se o rendimento médio, constata-se que ao final do mês poderá ter consumido 93,5 kg de carne ou 194,3 kg de pão. Conforme pesquisa de 1911 com trabalhadores do setor têxtil em São Paulo, o salário médio assegurava o consumo de 139,1 kg de carne bovina ou 313,3 kg de pães.

Mesmo para as classes médias, conforme relatava o jornal *A Classe Operária*, em 18 de julho de 1925, a garantia necessária à cobertura do padrão decente de consumo exigia a realização de serviços laborais extraordinários. Em razão disso, consolidou-se, até hoje, outra questão mal resolvida, que pode ser identificada pela cultura excessiva das jornadas longas de trabalho.

Segundo o Datafolha, a maior parte dos brasileiros convive com jornadas extensas, considerando que um em cada dois entrevistados indicou trabalhar ao menos seis dias por semana. Pelos relatos da imprensa no

início do século 20, a prática de jornadas de trabalho acima de 11 horas por dia já existia, permitindo associar o ambiente de trabalho a verdadeiras fábricas-cárceres.

A discriminação no e do trabalho estabelece uma terceira questão não resolvida. Pelas informações oferecidas pelo Datafolha, o salário médio mensal das mulheres era 40,4% menor em novembro de 2001. Dados de 1911 permitem observar que a remuneração da mulher era 41,2% menor do que a do homem quando no exercício das mesmas funções laborais no setor têxtil.

Finalmente, uma quarta questão identificada por meio da intranquilidade existente no exercício do trabalho assalariado no Brasil. Aparentemente ela surge com aparência paradoxal. De um lado, a cada dez desempregados e trabalhadores informais, nove sonham com um emprego com registro em carteira, revelando o interesse pelo assalariamento regulamentado. Mas, de outro lado, oito em dez brasileiros têm interesse por um negócio próprio. A incompatibilidade entre o assalariamento e a perspectiva libertadora do exercício de um autoemprego pode ser apenas aparente, derivada tanto da ausência como da descontinuidade dos contratos de trabalho – também conhecida como flexibilidade burra.

PROPOSTA DE ATIVIDADE I

As pesquisas apresentadas e comentadas nos artigos acima citados são do ano 2002. Faça uma relação das características das relações de trabalho que aparecem no texto e pesquise se ocorreram alterações daquele período para hoje. Duas instituições pesquisam frequentemente as condições de trabalho e disponibilizam seus resultados: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (www.ibge.gov.br) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (www.dieese.org.br). Após elaborar suas pesquisas, verifique se as quatro grandes questões apresentadas por Marcio Pochmann ainda são válidas para a atualidade. Elabore um painel com os resultados de sua pesquisa e apresente-o a seus colegas.

4.4 Novas perspectivas para o trabalho

Diante dessa dura realidade, é hora de nos perguntarmos: é possível vislumbrar novos horizontes para o trabalho? Quais são as possibilidades de construção de novas perspectivas para o trabalhador? Certamente, nosso futuro não precisa ser o desemprego. Como afirma a filósofa Hannah Arendt, nada seria pior do que uma sociedade de trabalhadores sem trabalho.

Se, por um lado, é correto prever que os setores mais dinâmicos da economia estarão incorporando tecnologias e formas de gestão da produção altamente produtivas e poupadoras de mão de obra, por outro, deve-se considerar que a heterogeneidade da economia brasileira, no sentido de capacidades empresariais, financeiras e tecnológicas assimétricas por setores e regiões, implica trajetórias de difusão mais lentas dessas inovações tecnológicas e organizacionais do que aquelas vigentes nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (www.dieese.org.br/esp/real/cjuabr96.xml, acessado em 14 nov. 2010).



© ELZA FIUZA/ABR/WIKIMEDIA.ORG

Marcio Pochmann,
professor do Instituto de
Economia e pesquisador
do Centro de Estudos
Sindicais e de Economia
do Trabalho da Unicamp
(licenciado), foi secretário do
Desenvolvimento, Trabalho
e Solidariedade da Prefeitura
de São Paulo.

**Pesquisa elaborada pelo
DIEESE.** Fonte: Convênio
DIEESE/SEADE, MTE/
FAT e convênios regionais.
PED – Pesquisa de Emprego
e Desemprego, <http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=18>.
Acessado em: 5 dez. 2009.

Figura 4.3

Hannah Arendt



© OSCAR W. WHITE/CORBIS/CORBIS (DC)/LATINSTOCK

Igualmente é importante afirmar que mais tecnologia algumas vezes pode significar mais trabalho, bem como a redução da jornada de trabalho pode significar aumento de horas extras. Segundo dados do DIEESE, a proporção dos assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais em São Paulo (região metropolitana) variou de 40,6% em 1998 para 37,8% em 2008.

A mesma pesquisa indica que a jornada média dos trabalhadores ocupados é de 43 horas semanais (dados de 2008) na região metropolitana de São Paulo – em 1998, a jornada média era igualmente de 43 horas semanais.

No Brasil, também podemos afirmar que uma parte dos índices de desemprego se deve à desqualificação para o trabalho nos setores mais dinâmicos da economia, ou seja, muitos trabalhadores não estão preparados para ocupar funções que exigem conhecimentos específicos.

Figura 4.4

A linha de montagem “manual” de Ford e uma linha de montagem moderna, em que robôs e operários atuam simultaneamente.



© HULTON COLLECTION/GETTY IMAGES



© VASILY SHIRNOV/SHUTTERSTOCK

Considerando tudo o que foi exposto, podemos dizer que existe a necessidade de uma constante formação profissional para disputar uma vaga no mercado formal de trabalho e que as empresas são exigentes – os profissionais que anseiam por permanecer nesses setores devem investir no desenvolvimento de suas competências.

A sociedade brasileira, coletivamente, deve criar uma agenda que privilegie a discussão do emprego e da inclusão social, visando manter a busca de alternativas que, utilizando as tecnologias como aliadas, construam perspectivas para o trabalhador brasileiro.

A “libertação” do trabalho e a realização do trabalhador como ser humano é ainda uma utopia, que deve estar sempre ligada à luta por uma sociedade superando as dominações, que acontecerá pela prática constante e incessante do trabalhador e que só poderá advir pela ação política, que está indissoluvelmente ligada ao futuro da ética e da cidadania.

4.4.1 O sonho do “ócio criativo”

Domenico De Masi, sociólogo italiano, um dos mais conceituados e polêmicos teóricos das modernas relações entre o homem e o trabalho, pontua no seu livro *O ócio criativo* um tipo de ócio diferente do que a palavra inspira – muita sombra, água fresca e nenhuma ocupação para o resto da vida. Sob o ponto de vista comum, ele acentua que o ócio pode transformar-se em violência, neurose, vício e preguiça.

O **ócio criativo** que o autor defende está associado à criatividade, à liberdade e à arte. As máquinas, por mais sofisticadas que sejam, não poderão substituir o homem nas atividades criativas. Desse modo, o futuro pertence àqueles que forem mais capazes de oferecer serviços do tipo intelectual, científico e artístico, adequados às várias necessidades personalizadas dos consumidores.

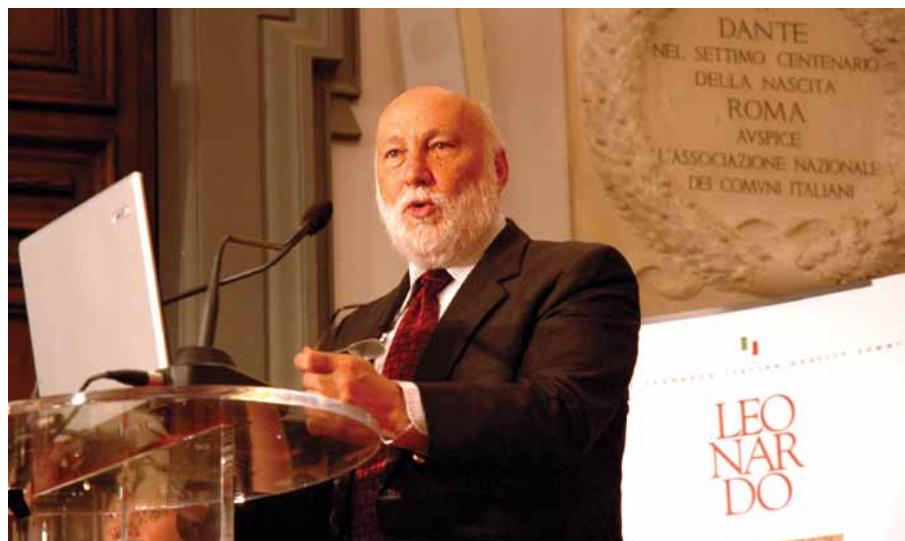
O ócio criativo une o trabalho (tarefa) com o estudo (conhecimento) e com o lazer (jogo e diversão). Podemos organizar nosso tempo e fazer com que todos os três coincidam. Essa é a única forma de produzir ideias geniais. Para isso é necessário libertar-se da ideia tradicional de trabalho como obrigação ou dever e oportunizar uma mistura de atividades, onde o trabalho se confunde com o tempo livre, o estudo e o jogo. Por exemplo, ao dar uma aula, o profissional deve priorizar a criação de um valor, associando divertimento e formação (fonte: http://www.netsaber.com.br/resumos/ver_resum_C-687.html). Acessado em 17 jan 2009).

Segundo as palavras de De Masi, pelo ócio criativo podemos alcançar “a plenitude da atividade humana”, pois ele possibilita, em nosso agir, fazer coincidir, acumular, exaltar e mesclar o trabalho, o estudo e o jogo, e assim trabalhamos, aprendemos e nos divertimos tudo ao mesmo tempo. No entender de De Masi, “o ócio criativo é uma situação que se tornará cada vez mais difundida no futuro” (DE MASI, 2000, p. 148).

Domenico De Masi nasceu na Itália, em 1938. É professor titular do curso de Sociologia do Trabalho na Universidade La Sapienza, de Roma. Também é membro do comitê científico de várias revistas italianas e diretor responsável da Next – Strumenti per l’Innovazione. É fundador e presidente da S3 Studium, que oferece cursos de especialização em ciências organizacionais. Também é consultor organizacional de várias empresas, dentre as quais a Fiat, a IBM e a Pirelli. Publicou vários livros: *O ócio criativo*, *A emoção e a regra*, *O futuro do trabalho*, entre outros.

Figura 4.5

Domenico De Masi



O modelo criado por De Masi

No livro *O ócio criativo*, De Masi discute o modelo social elaborado pelo Ocidente, sobretudo pelos Estados Unidos, centrado na idolatria do trabalho, do mercado e da competitividade. A este, contrapõe um novo modelo, com as seguintes premissas:

- baseado na simultaneidade entre trabalho, lazer e estudo;
 - centrado mais no tempo livre do que no tempo decrescente dedicado ao trabalho;
 - atento à distribuição equânime da riqueza, assim como sua produção de forma eficiente;
 - em luta pela redistribuição do tempo, do trabalho, da riqueza, do saber e do poder;
 - comprometido com uma educação que privilegie a satisfação de necessidades radicais, como a introspecção, o convívio, a amizade, o amor e as atividades lúdicas.

Após estudar por muitos anos as condições dos trabalhadores italianos, o autor evidenciou que “o trabalho mudava diante de nossos próprios olhos, os equipamentos iam substituindo cada vez mais rapidamente os operários, e nas empresas surgiam novas figuras, todas de tipo intelectual”. Assim, De Masi afirma:

Depois de ter dedicado vinte anos ao estudo do trabalho operário, naquele ponto me parecia claro e inadiável o salto para o estudo da **criatividade organizada**. A partir daquele momento, minha atenção passou a se concentrar cada vez mais no trabalho criativo desenvolvido por um grupo, no mercado de trabalho, na necessidade de se recriar uma ciência da organização, numa perspectiva pós-industrial (p. 298-299).

Por criatividade, Domenico De Masi entende “um processo mental e prático, ainda bastante misterioso, graças ao qual uma só pessoa ou um grupo, depois de ter pensado algumas ideias novas e fantasiosas, consegue também realizá-las concretamente” (p. 300-301).

Julgamos relevantes as posições de De Masi como um bom exemplo de utopia porque consideramos que a ação conjunta e a criatividade são elementos importantes para construir novos campos para o trabalho. É igualmente importante conhecer os espaços que nos cercam, identificar os problemas, buscar soluções, pensar globalmente e, no embate democrático, no âmbito da escola e fora dela, buscar alternativas na construção de novos campos para o trabalho.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

Em grupos, e depois em plenária, comparem a situação do trabalho exposta no artigo transrito no item 4.2 com as exigências de competências expostas no capítulo anterior e com o sonho do “ócio criativo” proposto por De Masi e busquem refletir e discutir esta questão: ser um profissional competente e dedicar-se ao “ócio criativo” – o que tem ainda de utópico e o que já pode ser tido como conquistas realizadas? Sugere-se que as discussões e conclusões tenham como referência as práticas profissionais que você realiza ou que você conhece. Lembre-se de elaborar um relatório das conclusões e passá-lo para o seu caderno de atividades.

4.4.2 Exemplos de sonhos pessoais que se realizaram

Os dois textos a seguir – que comentam um filme e um livro – apresentam situações na perspectiva de encontrar caminhos que incluam e democratizem conhecimentos e tecnologias, trabalho e lazer com criatividade, contribuindo para novas formas de convivência.

As utopias estão sempre presentes e constantemente se transformam em realidade. Vamos ver alguns exemplos de sonhos que aconteceram superando obstáculos e limitações.

Filme: *Ou tudo ou nada* (*The Full Monty*)

Reino Unido, 1997

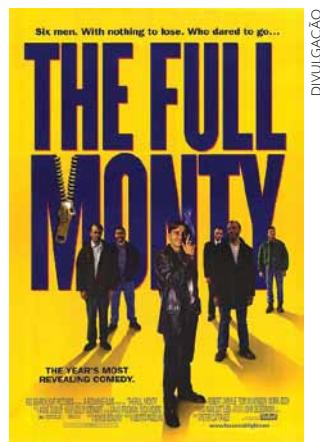
Direcção: Peter Cattaneo

Com: Robert Carlyle, Tom Wilkinson, Peter Barber, Mark Addy e outros.

Seis operários desempregados, que vivem em Sheffield (Inglaterra), antigo centro industrial do aço na Inglaterra, decidem montar, apenas por uma noite, um show de *striptease* para mulheres. Na verdade, o que os motiva é dinheiro. A partir deste mote narrativo, o filme expõe, em tom de comédia, com uma envolvente trilha musical, a constituição do grupo, seus dramas pessoais, medos e ansiedades ligados ao novo desafio de se desnudar por uma noite para um público de mulheres.

Figura 4.6

Um dos cartazes do filme divulgado à época do lançamento, em 1997.



DIVULGAÇÃO

Gaz, Dave e Gerald frequentam o Centro de Emprego local criado pela Assistência Social do governo inglês para abrigar desempregados. Para constituir a equipe de *strippers*, eles fazem entrevistas com desempregados e tentam montar seu empreendimento. É a partir daí que Horse e Guy passam a compor o time de personagens centrais.

É interessante observar como cada um participa e contribui com o trabalho da equipe e coletivamente constroem seu *show* e sua sobrevivência. O filme expõe o drama de pessoas desorientadas na época do capitalismo global em busca de uma âncora de esperança.

Ao lado de Gaz, Dave, Gerald, Lomper, Horse e Guy, existe uma outra personagem principal no filme *The Full Monty*: a cidade de Sheffield. Em vários momentos, é perceptível o cenário urbano ainda marcado pelo passado industrial. Aliás, logo no início do filme, temos um pequeno vídeo promocional de Sheffield na era de ouro do industrialismo inglês.

Jean-Paul Sartre destacava que o importante é saber o que vamos fazer com aquilo que o capital está fazendo de nós. E diremos mais: o importante também é saber como vamos dizer aquilo que o capital está fazendo de nós. O problema da linguagem e da comunicação, ou do relato claro e transparente da tragédia humana na civilização do capital é um dos problemas prementes do nosso tempo. (Fonte: www.telacritica.org/OuTudoOuNada.html. Acessado em 20 out. 2009.)

Livro: Um livro, uma história, sintetizado e comentado por Carlos Cardoso, com o título *O garoto que domou o vento*

Esta é uma daquelas histórias que rendem filmes de Sessão da Tarde, mas ao contrário do excelente Céu de Outubro, a situação de William Kamkwamba era muito mais dramática.

Ele nasceu e cresceu em Malawi, um daqueles países irrelevantes até mesmo para os padrões africanos. Tem 14 milhões de habitantes, baixa expectativa

de vida, alta mortalidade infantil e AIDS. A renda *per capita* é de US\$ 312,00. Só para comparar a do Brasil é de US\$ 8.295,00.

Sua vila/aldeia não tinha saneamento básico, água corrente e muito menos eletricidade.

É comum na África gente percorrer quilômetros a pé para recarregar celulares e rádios, e era o que William fazia.

Em 2002, aos 14 anos, seus pais foram obrigados a tirá-lo da escola. Assolados pela fome a família não tinha como mantê-lo estudante. Mas Kamkwamba era um grande guerreiro, não no sentido militar – guerra não faz ninguém grande – mas no intelectual. Mesmo fora da escola ele continuou frequentando uma pequena biblioteca, de um só cômodo, bancada por doações do Governo dos EUA.

Nela ele viu um livro sobre moinhos de vento. Mesmo sem entender muito bem inglês, percebeu que aquilo era algo que ele conseguia fazer. Percebeu que eletricidade era a chave para melhorar a condição de vida de sua família. Só 2% da população têm acesso ao recurso.

Durante três meses ele juntou peças de ferro-velho, bicicletas encontradas no lixo; estudou sobre magnetismo, condutores e dínamos. De posse do conhecimento repassado por Mestres há muito mortos, ele fez algo que deixaria **Maxwell** orgulhoso: aplicou a Teoria e construiu um moinho de vento.

Antes de o projeto ficar pronto, a turma que acredita que nada pode ser feito da primeira vez caiu de pau em cima do garoto, afinal um moleque de 14 anos, em um país insignificante da África, ousar desafiar os Deuses da Mediocridade e construir algo, ao invés de sentar, reclamar e ficar recebendo calado a esmola em forma de doações da ONU?

Isso é uma afronta a todo mundo que escolheu o caminho mais fácil. Por isso Kamkwamba ouvia coisas como:

“Você é doido, acho que está fumando maconha demais”.

Figura 4.7

Jean-Paul Sartre



© ALAIN NOGUES/SYGMA/CORBIS/CORBIS (DC)/LATINSTOCK



© BETTMANN/CORBIS/CORBIS (DC)/LATINSTOCK

James Clerk Maxwell (1831-1879), físico e matemático britânico conhecido por ter dado a forma final à teoria moderna do eletromagnetismo.

Figura 4.8

O pai de William Kamkwamba, Tyrrel Kamkwamba, à frente da casa da família em Wimbe, Malawi.



© LUCAS OLENIK/ZUMAPRESS.COM

Indignado, o garoto respondia: “Vejam esta foto no livro! Esse moinho não caiu do céu, alguém construiu!”.

Mesmo assim o projeto deu certo. O moinho gerava energia para televisão, eletrodomésticos, rádio, iluminação, recarregar celulares e o mais importante, bombear água.

Logo o moinho de Kamkwamba se tornou atração turística/funcional. Pessoas vinham de longe para carregar seus celulares, outros começaram a visitar a biblioteca, os sábios locais perceberam que a história precisava ser divulgada. Logo um jornalista apareceu e Kamkwamba teve seu feito publicado.

Graças aos blogs a notícia se espalhou mais ainda. Logo William Kamkwamba estava ensinando a construir moinhos, viajando pela África contando sua história, que foi parar nos ouvidos de Bryan Mealer, jornalista especializado na África.

Bryan passou mais de um ano juntando material, fazendo entrevistas e visitando os locais, até escrever *O Garoto que Domou o Vento*, contando toda a história.

O livro já está na lista de Best Sellers do New York Times. William Kamkwamba ganhou uma bolsa de estudos e está terminando seu Segundo Grau em Johanesburgo, na África do Sul, no Kings College.

Afinal de contas, mesmo sendo um garoto que não foi alfabetizado em inglês, sem um centavo no bolso e praticamente sem comida em casa, William Kamkwamba tem inteligência, o que nem sempre é algo reconhecido por seus pares.

Isso propiciou um currículo invejável. No mínimo tem que se respeitar alguém que faz uma apresentação no **TED**, em Oxford, Inglaterra.

Ele conseguiu isso sem computadores, sem internet, sem superstição, sem ódio nem raiva. Poderia ser mais um pregando caos e destruição, com seus AK47s virtuais ou não. Mas estes e seus gritos raivosos estão sempre destinados ao esquecimento.

Lembrado será William Kamkwamba, por mostrar que relevantes são os que **constroem** moinhos de vento, não os que os combatem. (CARDOSO, Carlos. *O garoto que domou o vento*.)

TED – Technology Entertainment Design é uma organização sem fins lucrativos dedicada a divulgar ideias que valem a pena.

Disponível em: <http://www.contraditorium.com/2009/10/15/o-garoto-que-domou-o-vento/>
Acessado em: 21 out. 2009.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Procurem em livros, revistas, jornais, filmes exemplos de conquistas pessoais em que os protagonistas da história superaram situações adversas no mundo do trabalho e das profissões.

Entrevistem alguns profissionais e perguntuem se conhecem o código de ética da sua profissão e qual importância atribuem a ele.

Criem uma dinâmica para apresentar os resultados das buscas individuais: jogral, cartazes, encenação teatral etc. Nunca se esqueçam de anotar todas as contribuições no seu caderno de atividades.

4.5 O futuro das crianças e dos adolescentes em situação de violência e de extrema pobreza. Um desafio à ética e à cidadania

Há relatos impressionantes sobre a situação de extrema pobreza no Brasil, a qual obriga crianças e adolescentes ao trabalho quase escravo e os afasta da escola. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, em todo o Brasil, acordam cedo e enfrentam, como gente grande, duras jornadas de trabalho. Há relatos de trabalho infanto-juvenil em carvoarias clandestinas, no cultivo do fumo, no beneficiamento do sisal e em outras atividades, urbanas e rurais, especialmente nas pequenas propriedades, que dependem da mão de obra familiar.

Figura 4.9

© PICTURE ALLIANCE/EASTPIX/BRAZIL

A reação da sociedade está acontecendo, embora lenta e nem sempre bem-sucedida. O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) trabalha para diminuir a exploração da mão de obra no mundo e no Brasil atuando nos locais de maior exploração. Também a Fundação Abrinq para os Direitos da Criança (ligada aos fabricantes de brinquedos) faz um trabalho nessa área e orienta as empresas para que não contratem menores de 14 anos.

As conquistas legais no sentido de coibir o trabalho dos menores são relevantes. Podemos citar: a Constituição Federal do Brasil de 1988, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

No Brasil, existem políticas públicas que incentivam, mediante ajuda financeira, as famílias de baixa renda a manter os filhos na escola, até os 15 anos de idade (Programa Bolsa Família).

Esperamos que, quando você ler este livro, já não existam mais crianças trabalhando e que já tenha diminuído consideravelmente o número de crianças e adolescentes fora da escola, obrigadas a trabalhar devido à situação adversa das famílias ocasionada pelo desemprego, pelo aviltamento do salário ou pelas precárias condições do país.

Para motivar a discussão sobre este tema, sugerimos uma atividade tendo como pano de fundo o enredo do filme *Crianças invisíveis*.

Filme: *Crianças invisíveis* (*All the Invisible Children*)

Itália, 2005

Direção: Mehdi Charef, Kátia Lund, John Woo, Emir Kusturica, Spike Lee, Ridley Scott e Stefano Veneruso

O projeto desse filme começou de maneira distinta de um projeto puramente comercial de grandes estúdios. A produtora italiana Chiara Tilesi, com apoio do governo italiano e posteriormente do Unicef e do WFP (World Food Program), conseguiu juntar alguns dos maiores nomes do cinema atual para apresentarem suas versões sobre um tema muito discutido no mundo: a inclusão social das crianças. O filme reúne oito diretores em sete curtas, cada um deles mostrando uma diferente região do globo e focando em problemas distintos. Brasil, Itália, Inglaterra, Sérvia, Burkina Faso, China e Estados Unidos são os países em que os curtas foram filmados. Todos nós sabemos que existem crianças como as retratadas nessas sete histórias: meninos-guerrilheiros; pequenos ladrões explorados; jovens que sofrem o preconceito diante de uma doença como a AIDS; irmãos que têm de se unir e lutar nas ruas para seguir em frente; sobreviventes de guerra; ou crianças abandonadas, solitárias, infelizes.

Conheça algumas das histórias retratadas nesse filme:

I – O filme *Tanza* mostra um grupo de crianças em algum lugar da África não especificado. Todas guerrilheiras, portando armas, espreitam uma cidade com



Figura 4.10

Em algumas áreas de conflito da África, facções chegaram a sequestrar crianças para “formar” combatentes.

mulheres e crianças de uma etnia inimiga. Tanza tem apenas 12 anos e a ele é dada a missão de ocultar uma bomba na escola onde, na manhã seguinte, várias crianças da mesma idade se sentarão para sua aula. As cenas finais deste curta estão entre as de maior grau de simbolismo. Trazem um menino-soldado numa sala de aula, que ele mesmo vai pôr aos ares. A criança soldado, que guarda seus brinquedos como verdadeiros tesouros e no mesmo dia nos mostra um olhar destemido quando encara uma patrulha do exército, deixa que seus sentimentos venham à tona quando se depara com uma sala de aula, um quadro negro e material escolar.

II – O segmento brasileiro se passa em São Paulo e é dirigido por Kátia Lund, de *Cidade de Deus* e *Cidade dos Homens*. Fala sobre **João e Bilu**, duas crianças que vivem de catar material reciclável no centro de São Paulo, oprimidas pelo Minhocão, pelos automóveis e poluição visual, mas essencialmente pelos adultos e seu jeito econômico de ser. Entre as brincadeiras e a guerra pela sobrevivência, Bilu e João, alternando a imaginação infantil e a labuta adulta, estão metidos, sem saber, na ordem global: o preço do alumínio, determinado em bolsas de mercadorias, acaba influindo no preço da latinha que eles encontram nas ruas. Crianças são crianças e mantêm uma inabalável disposição para sonhar e resistir, por mais que as condições em torno delas sejam tantas vezes quase insuportáveis. O episódio mostra também que em meio a um ambiente tão inóspito, podem brotar atitudes de solidariedade e de compaixão. A diretora aborda o tema de maneira bem-humorada sem querer que se tenha pena dos protagonistas. Eles vivem aquela realidade ainda alheios ao que o futuro lhes reserva. Que futuro será esse?

O que você acha que acontecerá com João e Bilu? E que elementos de sua história o levaram a chegar a essa conclusão? Há alternativas? Qual?

Figura 4.11

A realidade das personagens é comum a inúmeras crianças no Brasil.



© IMAGEBROKER/EASTPIX/BRAZIL

4.6 O imigrante. A cidadania negada

“Quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens. A pluralidade é a lei da Terra.” (Hanna Arendt, *A vida do espírito*).

A globalização está provocando um intenso êxodo populacional. Africanos procuram emprego na França, turcos na Alemanha, latino-americanos nos Estados Unidos, sul-americanos no Brasil, albaneses na Itália e assim por diante.

O estrangeiro não é mais aquele que vive do outro lado do oceano ou das fronteiras.

Tornou-se um vizinho. Por isso vem ocorrendo um recrudescimento do racismo nos países que mais recebem o fluxo migratório. O que mais incomoda no outro estrangeiro é o seu modo diferente de organizar a sua vida, a sua cultura, e isso provoca um sentido de exclusão e a tendência de classificá-lo mediante atributos discriminatórios: preguiçoso, explorador, que vem roubar os poucos empregos que ainda restam. O ódio ao estrangeiro é a forma mais geral do racismo moderno.

Leia a reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de setembro de 2009. O tema é o tratamento dado a imigrantes em um país europeu. É interessante observar que italianos já se constituíram como grupos emigrantes e hoje se encontram em diferentes países do mundo. No caso do Brasil – e também dos Estados Unidos –, os movimentos migratórios de diferentes origens estão na constituição do próprio povo; essa diversidade populacional contribuiu para o enriquecimento econômico e cultural (apesar de muitos discursos atuais nos quererem fazer acreditar no contrário).

O Estado de S. Paulo, 13 de setembro de 2009. (Andrei Netto)

CONTRA ILEGAIS, ITÁLIA FLERTA COM O FASCISMO

Leis que tornam crime imigração clandestina e discurso xenófobo expõem intolerância da sociedade italiana

ROMA – Exatos 90 anos após Benito Mussolini lançar o Manifesto Fascista, a Itália está novamente diante do racismo. Com o objetivo de combater a imigração clandestina e a criminalidade, a Justiça italiana já está condenando os primeiros estrangeiros pelo recém-criado “crime de imigração”. Por todo o país, exemplos de intolerância alimentam a polêmica sobre o governo de Silvio Berlusconi, mas também sobre a sociedade italiana, cada vez mais acusada de racismo.

A controvéria sobre o que vem sendo chamado de “deriva fascista” na Itália surgiu há três semanas, quando um bote com cinco imigrantes eritreus foi resgatado na costa da Ilha de Lampedusa, no Mar Mediterrâneo – a principal rota usada por imigrantes ilegais da África para entrar na Europa. Para trás, o grupo havia deixado 73 mortos, vítimas de 20 dias de sede e fome à deriva. A tragédia transformou-se em debate nacional depois que os imigrantes relataram terem sido avistados por embarcações que lhes negaram socorro durante o trajeto, contrariando uma lei marítima histórica.

A polêmica cresceu depois que a Justiça de Florença condenou o primeiro estrangeiro à luz da nova lei de “imigração clandestina”. Acusado de furtar uma bicicleta, Samer al-Shomaly, um palestino de 28 anos, foi condenado a pagar uma multa de 5 mil euros, pena sujeita à conversão em expulsão do país.

Figura 4.12

Imigrantes ilegais resgatados pela marinha italiana.



© JEAN-PATRICK DI SILVESTRO/CORBIS/CORBIS (DC)/LATIN STOCK

A condenação teve como base o Pacote de Segurança, aprovado pelo governo de coalizão de Silvio Berlusconi com o partido de extrema direita Liga Norte em 2 de julho. A legislação tornou-se símbolo do rigor da Itália em relação aos estrangeiros em situação irregular. O texto prevê, entre outras punições, a desapropriação de imóveis alugados a imigrantes ilegais e aumenta de 60 dias para 6 meses o tempo de detenção de clandestinos – palavra que virou sinônimo de “criminoso” no país. A ofensiva contra os imigrantes desencadeou uma onda de críticas de intelectuais, organizações não governamentais (ONGs), militantes dos direitos humanos, da Igreja e de políticos de oposição na Itália e na Europa.

Laura Boldrini, alta comissária das Nações Unidas para os Refugiados, considera a lei abusiva. “Há na Itália um estímulo ao ódio que não pode ser aceito em uma sociedade democrática. É como jogar combustível no fogo”, advertiu. “A opinião pública vem sendo alvo de uma campanha que confunde imigrantes com criminosos, ignorando que eles são importantes para a economia e para o bem-estar das famílias.”

O diretor da Organização Internacional para a Imigração (OMI) para o Mediterrâneo, Peter Schapfer, tem posição semelhante: “A Itália não sabe lidar com o fenômeno da imigração porque o conheceu relativamente tarde. Há 10 ou 15 anos, ainda se considerava um país de emigrantes. Ainda não considero o conjunto da sociedade italiana racista, mas é verdade que grupos políticos e setores minoritários da sociedade têm um discurso racista, xenófobo e islamofóbico”.

Para motivar ainda mais a discussão sobre a imigração e seus efeitos, sugerimos a análise do filme *Bem-Vindo*, que causou polêmica ao ser lançado, pois discute as políticas anti-imigrantes na França e denuncia as implicações legais aplicadas aos franceses por abrigar ou ajudar um imigrante ilegal.

Filme: *Bem-vindo (Welcome)*

França, 2009

Direção: Philippe Loiret

Com: Vincent Lindon e Firat Ayverdi

O filme conta a história de Simon, professor de natação que protege o jovem curdo Bilal. Ele pretende chegar a Londres para reencontrar a namorada Mina, mas esbarra na forte fiscalização que o impede de atravessar o Canal da Mancha.

O roteiro, de Olivier Adam e Emmanuel Courcol, cria contexto para seus personagens com riqueza de detalhes não raro incômodos. Assiste-se à tentativa de Bilal e outros imigrantes ilegais de atravessar a fronteira francesa, escondidos num caminhão. Para passarem pela fiscalização, precisam enfiar sacos plásticos na cabeça e prender a respiração por alguns minutos – caso contrário, os sensores dos fiscais identificam o gás carbônico liberado. Bilal não aguenta e, por isso, ele e os companheiros são presos. Não sem antes ganharem números gravados com tinta indelével em suas mãos, detalhe que lembra os campos de concentração nazistas.

Liberados temporariamente, depois disso, para circular na cidade de Calais, os imigrantes de pele morena são destratados a cada passo. São impedidos de entrar em supermercados, ainda que mostrem seu dinheiro.

O diretor Philippe Loiret constrói uma crônica sólida de como a intolerância contra os imigrantes se manifesta nos dias de hoje no continente considerado como o berço da cultura e da civilização, a Europa – cujo progresso econômico atrai sem cessar estrangeiros de todos os pontos do planeta.

4.6.1 Ações da sociedade para conter a discriminação contra imigrantes

A sociedade está se mobilizando para superar as discriminações e fazer respeitar os direitos humanos com relação aos imigrantes. Um marco importante é o II Fórum Mundial das Migrações, ocorrido de 22 a 24 de junho de 2006, em Rivas-Vaciamadri, Espanha, que reuniu representações de 84 países e traçou importantes linhas de ação para uma mobilização mundial.

Transcrevemos aqui alguns destaques da “Declaracion de Rivas”, documento extraído no II Fórum Mundial.

- a migração faz parte de um processo que precisa ser compreendido no marco da globalização, com a imposição do modelo neoliberal em âmbito mundial;
- as políticas migratórias não podem estar à margem dos Direitos Humanos;
- a cidadania universal é uma necessidade para os processos de convivência. Todas as pessoas imigrantes devem ter todos os direitos inerentes à condição de cidadão sem vincular-se à nacionalidade, inclusive o de voto;
- os migrantes são sujeitos sociais, cujo empoderamento e articulação como agentes de transformação política, social, cultural e econômica é fundamental;
- os migrantes não podem ser reduzidos à força de trabalho;
- é necessário que os governos assinem e ponham em prática as convenções e convênios internacionais de proteção e promoção do migrante: a Convenção Internacional para os Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, o Convênio 143 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Convênio 49 contra o Tráfico de seres humanos. (Cf. BASSEGIO, Luiz; FREIRE, Roberval. Por uma nova lei de Imigração para o Brasil, in BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudemir Correa (Orgs.). *Diásporas, redes e guetos*, 2008, p. 103-104.)

No Brasil, ainda está em vigor a Lei nº 6.815, de 19/8/1980, aprovada pelo governo Figueiredo, que reflete os ranços do autoritarismo repressivo do regime militar brasileiro. Durante a ditadura militar a estada definitiva do estrangeiro no Brasil tornou-se exceção e foram criados “crimes especiais”, com privação de liberdade, deportação e expulsão. Com base nesse fundamento ideológico, vários perseguidos políticos dos países vizinhos acabaram mortos,

Figura 4.13

A queda do Muro de Berlim, 1989.



© NY/THE NEW YORK TIMES/LATINSTOCK

pois as embaixadas brasileiras se recusaram a dar-lhes asilo. Na lei de 1980, o imigrante tornou-se um potencial inimigo interno, suspeito de subversão, entre outros crimes.

A lei ainda continua em vigor, mas está em tramitação no Congresso um anteprojeto de uma nova Lei dos Estrangeiros. Esse anteprojeto está sendo discutido pela sociedade desde 2004, que o criticou por ser apenas um remendo à lei em vigor, por ser seletivo do ponto de vista econômico, privilegiando o mercado e por não prever vários direitos já recomendados pelas convenções e convênios internacionais. A sociedade aguarda a divulgação do anteprojeto e ainda se interroga em que medida o texto incorpora os anseios dos imigrantes e demais setores da sociedade civil. (Cf. BASSEGIO; FREIRE, op. cit. p. 98-101.)

PROPOSTA DE ATIVIDADE 4

Acabamos de mostrar dois segmentos sociais peculiarmente fragilizados no mundo globalizado: a criança e o adolescente e o imigrante, cuja situação foi ilustrada por textos e filmes.

Vamos refletir e discutir sobre o que vem ocorrendo com eles. Daí algumas questões para serem trabalhadas em grupos e depois em plenária, lembrando sempre que as conclusões devem ser registradas no seu caderno de atividades.

1. Você conhece outros exemplos de menores e adolescentes em situação de exclusão pelo trabalho ou pela violência? Que futuro os espera?
2. Você tem contato com imigrantes em seu ambiente de trabalho ou próximo da sua residência? Como eles são recebidos?
3. Conhece iniciativas leigas e religiosas para amparar a criança e o adolescente e promover os direitos deles? E para acolher e promover o imigrante?

4.7 Em busca da convivência na cidade. Como é difícil!

Observando tudo o que está ao nosso redor, certamente nos damos conta de uma série de coisas que nos revelam contradições da sociedade. É possível sentir-se bem em qualquer passeio às ruas vendo a exclusão convivendo lado a lado com a suntuosidade?

Ao abrirmos os jornais vemos que o tema da convivência é a cada minuto reiterado, ao nos revelar conflitos marcados pela intolerância. A mídia, de uma maneira geral, nos deixa uma questão: como construir a convivência na diversidade?

Considerando que o mundo é plural e que essa pluralidade é a sua riqueza, a coexistência e a tolerância têm sido temas presentes no mundo pós-Guerra Fria. Setores democráticos que analisam o mundo atual compreendem que problemas globais exigem soluções globais; no entanto, parece sonho distante o convívio pacífico entre as pessoas.

Pense nos muros que cercam moradias, condomínios, praças. Curiosamente, o período que nasceu com a queda do muro de Berlim em 1989, símbolo da Guerra Fria, permanece com muitos muros. São muros que segregam e definem os limites do convívio possível.

Vejam o que diz a professora Tereza Pires do Rio Caldeira no texto a seguir:

A implosão da vida pública moderna

São Paulo é hoje uma cidade de muros. Os moradores da cidade não arriscariam a ter uma casa sem grades ou barras nas janelas. Barreiras físicas cercam espaços públicos e privados: casas, prédios, parques, complexos empresariais, áreas de comércio e escolas. [...]

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se protegerem do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos. [...]

Entende-se por Guerra Fria o período histórico que começa após o término da Segunda Guerra Mundial (1945) e perdura até 1991, ano que marcou a extinção da União Soviética, o fim do regime socialista soviético e a vitória do capitalismo. Caracterizam a Guerra Fria as disputas estratégicas e os conflitos indiretos entre os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética.



© CAR CULTURE/CORBIS/COBIS DO LATINSTOCK



© ORIVALD ALVES/FOLHAPRESS



© GEFFREY/GRUPO KEYSTONE

Figura 4.14

A inclusão dos que apresentam necessidades especiais à vida urbana depende, muitas vezes, de uma política de investimentos.

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação

livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições). [...]

Jane Jacobs é uma das defensoras mais famosas dos valores da vida pública moderna nas cidades. Sua análise do uso de calçadas e parques enfatiza não só abertura e acessibilidade, mas também a etiqueta e as condições que tornam interações públicas entre estranhos possíveis e seguras. [...] A "vida pública civilizada" é mantida com base em relacionamentos em público que sejam dignos, formais e reservados – o que podemos chamar de civilidade –, além de separados das vidas privadas. Onde não existem calçadas e espaços públicos vivos, e quando os relacionamentos em público começam a se intrometer na vida privada (...), a liberdade da cidade está ameaçada; as pessoas tendem a impor certos estandartes, criando um senso de homogeneidade que leva à insularidade e à separação. [...] Em suma, para Jacobs, tanto traçar linhas e fronteiras no espaço da cidade como estender o privado no público ameaçam os valores básicos de uma boa vida pública urbana (CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade dos muros*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 301-302).

4.7.1 Espaços públicos e de convívio social

Podemos conceituar a ideia de **espaço público** como o lugar de convívio da coletividade e da possibilidade do diálogo entre os mais diversos grupos sociais e interesses presentes em uma cidade. Mas é preciso questionar como as cidades contemporâneas estão sendo organizadas.

A massa de corpos que antes se aglomerava nos centros urbanos hoje está dispersa, reunindo-se em polos comerciais, mais preocupada em consumir do que com qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário. Presentemente, a multidão sente-se ameaçada pela presença de outros seres humanos que destoam de suas intenções (SENNET, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 19-20).

Assim, quais seriam as condições que poderiam garantir **espaços de convívio social** para todos os grupos da sociedade? Pense nas mais variadas tribos e segmentos sociais. Pense nos diferentes setores, gêneros, religiões e grupos. Todos têm seu direito de expressão ou ao menos espaços públicos que garantam minimamente qualidade de vida?

Por exemplo, o tema da acessibilidade ainda é uma discussão nova e só muito lentamente uma cidade como São Paulo remodela seus espaços de maneira a garantir livre trânsito para pessoas que se locomovem em cadeira de rodas ou mesmo portadoras de deficiência visual. Nem as escolas públicas estão adaptadas para receber a todos.



Henri Lefebvre

© SOPHIE BASSOLS/SYGMA

CORBIS/CORBIS (DC)/LATINSTOCK

"A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na cidade" (LEFEBVRE, Henri. 1991, p. 15).

Uma reportagem de Cristiane Capuchinho, no Caderno Classificados Imóveis 1 da *Folha de S.Paulo* de 4 de abril de 2010, mostra que é um grande desafio encontrar apartamentos que sejam construídos prevendo as necessidades das pessoas com deficiência física e que, mesmo prevista em lei, a adaptação de áreas comuns a essas pessoas nem sempre é feita.

Publicações do IBGE em 2009 indicam que a população brasileira está envelhecendo e que o Brasil conta hoje com mais de 20 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. No entanto, as cidades não estão preparadas para essa realidade e não oferecem espaços ou políticas públicas que garantam a atenção, o respeito e qualidade de vida para os idosos.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 5

A partir dos textos expostos, reflita e discuta em grupos e depois em plenária os problemas da convivência urbana tendo como sugestão as seguintes questões:

1. Você se sente bem no lugar onde mora?
2. Nota obstáculos à convivência? De quais fatores decorrem? Como poderiam ser superados?

Anote as conclusões e as propostas de superação no seu caderno de atividades.



Capítulo 5

Sustentabilidade. Percalços e conquistas na busca de uma cidadania planetária

Nos capítulos anteriores, ressaltamos as contradições e dilemas da sociedade contemporânea, resultados de sua história: a dura realidade do trabalho e do trabalhador; expusemos novas perspectivas para o trabalho que surgem de iniciativas pessoais bem-sucedidas; do sonho de um ócio criativo; de duas importantes conquistas consignadas nos códigos de ética profissional e na “Constituição Cidadã”; mostramos algumas situações específicas de realidade e utopia ligadas ao trabalho com a criança, o adolescente e o imigrante e finalizamos apontando os percalços da convivência na cidade.

Agora, neste último bloco, que inclui vários tópicos, nosso olhar se projeta para um horizonte mais amplo, aos grandes problemas que afetam a sobrevivência da espécie humana e do nosso planeta, que deveria ser a morada saudável e permanente da humanidade.

É o mais global desafio à utopia.

5.1 O desafio está lançado

A resolução dos grandes problemas que afetam nossa sobrevivência e a do planeta só pode surgir da própria sociedade, com o estudo, o debate e a procura por soluções que incluem o conjunto da sociedade e não apenas beneficiem alguns em detrimento de outros. Assim, cabe a todos nós – sociedade civil organizada, empresas e governos – procurar alternativas e propor caminhos. Muitos são aqueles que já estão envolvidos nessa busca – e o ideal é que todos se envolvam. Por isso, o debate aberto e democrático é necessário e as escolas, que têm um papel importante nesse debate, devem também participar da construção de soluções globais.

Começamos com uma reportagem de Ian Sample no jornal *The Guardian* de Londres, que *O Estado de S. Paulo* reproduziu em sua edição de 6 de agosto de 2006. A reportagem traz uma pergunta angustiante que o célebre astrofísico britânico Stephen Hawking lançou pela internet: “num mundo político, social e ambientalmente caótico, como a raça humana poderá se manter por mais 100 anos?”.

Muito preocupante é a pergunta, porque o famoso cientista não quer saber como a espécie humana poderá sobreviver por mais um milênio e sim, simplesmente daqui a 100 anos. A pergunta indica a urgência da questão e, por isso, desencadeou



Figura 5.1

Stephen William Hawking nasceu em Oxford, Inglaterra, em 8 de janeiro de 1942. Doutor em Cosmologia, é um dos mais consagrados físicos teóricos do mundo e também professor de matemática na Universidade de Cambridge (cadeira que foi ocupada por Isaac Newton).

um turbilhão na internet e mais de 25 mil pessoas se conectaram para dar suas opiniões e solicitaram uma resposta do cientista, que foi desconcertante, pois ele simplesmente anunciou: “não sei a resposta. Foi por isso que fiz a pergunta”.

O desafio do grande cientista está no ar e a humanidade, nas últimas décadas, entre progressos e regressos, está buscando responder.

Em recente artigo no “Caderno Mais” da *Folha de S.Paulo*, na sua edição de 25 de abril de 2010 (Folha 7), Marcelo Gleiser faz uma reflexão que vale a pena reproduzir como introdução a este item final do capítulo no qual vamos falar sobre sustentabilidade. Diz ele:

mesmo se a vida complexa existir no cosmo – e não podemos afirmar que não exista –, está tão distante daqui que, na prática, estamos sós. E, se estamos sós e temos a habilidade de pensar, somos raros e preciosos;



Figura 5.2

Natural do Rio de Janeiro, Marcelo Gleiser é físico, astrônomo, professor, escritor e roteirista. Conhecido nos EUA por suas pesquisas científicas e pela brilhante carreira como professor, no Brasil é mais popular por suas colunas de divulgação científica na *Folha de S.Paulo*, um dos principais jornais do país. Em 2007, foi eleito membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Figura 5.3

A Primeira Revolução Industrial promoveu concentração populacional e mecanização da produção.



REPRODUÇÃO

somos como o Universo reflete sobre si mesmo. Portanto [...] temos de adotar uma nova ética que nos eleve acima da moralidade tribal que vem dominando a história da civilização por milênios. Precisamos preservar a vida a todo custo, transformando-nos em guardiões deste mundo. Não temos outra opção.

Já é clássica nos livros de História a imagem das transformações ocorridas na paisagem urbana com o desenvolvimento da Primeira Revolução Industrial (século XVIII). O grande crescimento da produção teve como custo a reformulação de todo o espaço para atender aos interesses da indústria e as chaminés marcando o desenho das cidades.

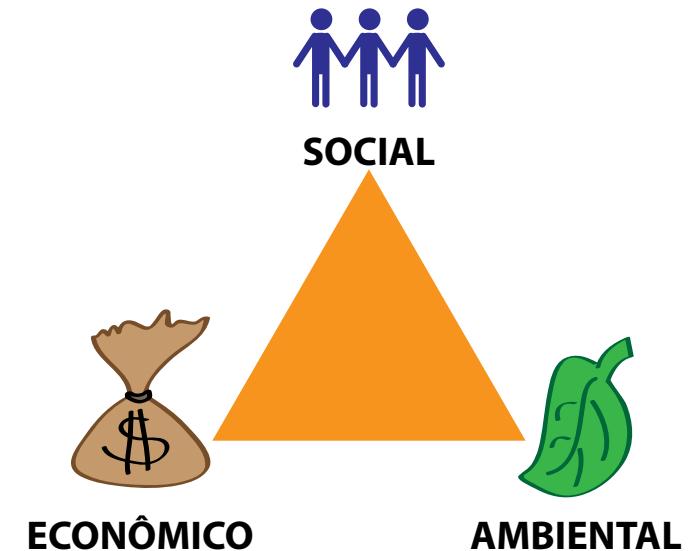
O desenvolvimento de novas tecnologias, a ilusão da capacidade infinita de produção e de lucro, bem como a concentração de capital, levou a burguesia a se espalhar por todo o globo terrestre – no contexto da Segunda Revolução Industrial (segunda metade do século XIX) – impondo seu modelo de exploração a serviço do capital. A colonização da Ásia e da África são bons exemplos dessa etapa. As consequências desse processo são bem visíveis nos dias de hoje: degradação ambiental, desestruturação de sociedades, conflitos étnicos, intolerância.

5.1.1 Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Nos dias de hoje, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento, relacionando-o à garantia de sustentabilidade socioambiental, ou seja, só é possível pensar em crescimento econômico se este contemplar aspectos socialmente justos, economicamente viáveis e ambientalmente corretos. É o chamado **Triângulo da Sustentabilidade**.

Figura 5.4

Componentes do **Desenvolvimento Sustentável**: Triângulo da Sustentabilidade (do site <http://www.licenciamentoambiental.eng.br/triangulo-da-sustentabilidade/>).

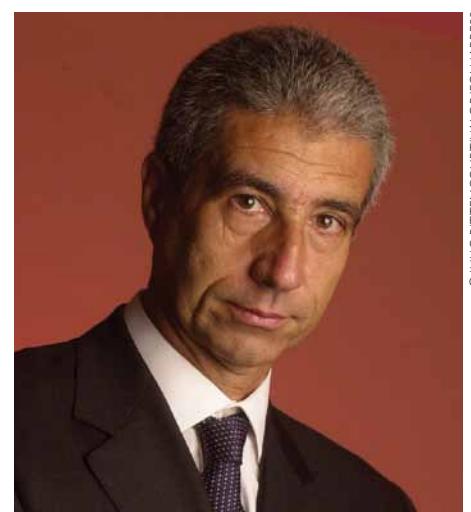


No centro das discussões das principais economias do mundo, o termo responsabilidade social é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo José Eli da Veiga, professor de Economia no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental – Nessa, em seu livro *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu em 1972, durante o Simpósio das Nações Unidas sobre Interrelações de Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Discutia-se a possibilidade de equilibrar o crescimento econômico e a preservação e conservação do meio ambiente, em um cenário mundial de explosão demográfica e corrida nuclear.

Figura 5.5

José Eli da Veiga



© JUÍO BITTENCOURT/VALOR/FOLHAPRESS

Figura 5.6

Posteriormente, em 1987, no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o termo foi definido como o “modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Nas discussões que levaram à redação da *Carta da Terra*, que será assunto do último tópico deste capítulo, o termo “desenvolvimento sustentável” foi criticado por ter origem no sistema econômico dominante que visa à crescente acumulação de bens e serviços à custa da desigualdade social e da depredação ecológica. Foi então acolhida a noção de sustentabilidade que tem fundamentos na ética, na ecologia e na biologia, ao afirmar um processo de relações recíprocas que caracteriza todos os seres organizados em ecossistema e mira um equilíbrio dinâmico pelo qual todos participam e se veem incluídos no processo global. A expressão indica que importa construir uma vida, uma sociedade e uma Terra sustentável. Só a partir dessa sustentabilidade básica é possível falar-se em desenvolvimento sustentável.

E no Brasil, como estamos?

Se no mundo a discussão da sustentabilidade é marcadamente presente, no Brasil de hoje há urgência na busca de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo e não predatório para que possamos preservar nosso patrimônio e fortalecer a identidade nacional. Considere-se aqui a pluralidade que marca o povo e a paisagem brasileira.

Não há hoje sustentabilidade nos padrões globais de produção, distribuição e consumo. Seria importante que toda a sociedade brasileira refletisse sobre si mesma e sobre o estado de sua riqueza natural e cultural, repensando os caminhos escolhidos na busca por soluções ligadas às dificuldades econômicas e sociais em que estamos mergulhados. As escolas particularmente são espaços privilegiados para que essa reflexão ocorra.

Sociodiversidade e biodiversidade são marcas históricas do Brasil e deveriam, portanto, ser nosso maior trunfo. A preservação dessa diversidade deve ser a discussão fundamental no Brasil e no mundo, neste momento histórico em que o planeta busca alternativas para a superação de modelo de desenvolvimento ecologicamente inviável, economicamente concentrador, socialmente injusto e culturalmente alienante.

A noção contemporânea de diversidade como um valor nas relações humanas é resultado da busca de oportunidades iguais e respeito à dignidade de todas as pessoas. Assim, a diversidade representa um princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Ao mesmo tempo, a prática da liberdade representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais. A valorização da diversidade e do pluralismo no mundo contemporâneo é decorrência do reconhecimento cada vez maior da democracia como fator essencial para o aprimoramento das sociedades e da busca de novos padrões de convivência assentados em relações socialmente mais justas (Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade. São Paulo, **Instituto Ethos**, 2000, www.ethos.org.br; acessado em 2 maio 2010).

5.2 Responsabilidade social, uma prática recente nas empresas. O planeta agradece

O tema responsabilidade social começou a se difundir nos anos 1990, à medida que setores da sociedade civil passaram a questionar as crescentes distorções sociais e a degradação ambiental. Antes disso, houve a ação de alguns poucos homens e mulheres, até mesmo pequenos grupos que atuaram de maneira localizada. Veja o caso do *Greenpeace*, organização que surgiu nos anos 1970, no Canadá, e teve como ponto inicial a luta contra testes nucleares norte-americanos no Alasca (conheça o trabalho desse grupo no site greenpeace.org.br).

Até muito recentemente era raro as empresas incluírem o tema da responsabilidade social em suas divulgações institucionais (hoje, é quase uma obrigação). O conceito se difunde reiteradamente em sites da rede e aqui apresentamos seus princípios básicos.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma ONG criada para sensibilizar, mobilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Figura 5.7

5.2.1 Ética e responsabilidade social

A responsabilidade social das empresas pode ser vista como parte de uma nova cultura organizacional, de forma a produzir riquezas e desenvolvimento que beneficiem a todos os envolvidos em suas atividades – trabalhadores, consumidores, ambiente e comunidade. Essa visão inclui a promoção, pela empresa, dos seus valores éticos e responsáveis na sua cadeia de fornecedores e nos mercados onde atua.

Ética e responsabilidade social são palavras-chave para as organizações contemporâneas. Pesquisa do Instituto Ethos de Responsabilidade Social indica que os consumidores estão mais propensos a comprar de uma organização que apresente postura ética e com responsabilidade social, entendendo-se como uma empresa responsável socialmente aquela que:

1. zela pela qualidade dos produtos e serviços que oferecem aos clientes, tendo o cuidado de não danificar a saúde e o bem-estar das pessoas;
2. mantém o respeito pelos empregados e fornecedores, estabelecendo relações baseadas em confiança e parceria, e não em exploração;
3. preocupa-se com a segurança e a saúde no ambiente de trabalho, garantindo que os empregados gozem de boas condições;
4. é transparente com a sociedade, provendo todas as informações de interesse público com relação às operações e atividades da empresa ou qualidade dos produtos;
5. respeita o ambiente, estabelecendo práticas que não afetem o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das comunidades;
6. atua com ética no que diz respeito ao trato com outras empresas ou com as **pessoas físicas**, assim como no recolhimento de tributos, cumprindo todas as suas obrigações como empresa cidadã;
7. envolve-se com o crescimento econômico e social sustentado, participando de atividades que beneficiem a sociedade;
8. incentiva projetos culturais, sociais e educacionais que possam trazer desenvolvimento para o entorno social;
9. estimula em seus funcionários o compromisso social e a atividade comunitária.

Pessoa física: o ser humano considerado singularmente, como sujeito de direitos.
Pessoa jurídica: entidade jurídica (conforme os princípios do Direito, legal) resultante de um agrupamento humano organizado, que visa fins de utilidade pública ou privada e é completamente distinta dos indivíduos que a compõem, sendo capaz de exercer direitos e contrair obrigações.

Figura 5.8

A indústria petrolífera polui o golfo do Níger, na Nigéria, há 50 anos.



© KTD/SHUTTERSTOCK

5.2.2 Maus exemplos persistem e são contestados

Ao olharmos a História, infelizmente vemos que nem sempre o tema da responsabilidade social esteve presente nas empresas – ao contrário, na maior parte das vezes era apenas o lucro que imperava como objetivo.

Leia trechos da reportagem do jornalista Sérgio Augusto, sobre a Texaco na Amazônia, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 6 de setembro de 2009.

O Estado de S. Paulo. 6 de setembro de 2009 – Sérgio Augusto.

UM CHERNOBYL NA AMAZÔNIA EQUATORIANA

Crime ecológico da antiga Texaco sobrou para a herdeira Chevron, interessada no pré-sal brasileiro.

SÃO PAULO — De olho no pré-sal, a petrolífera americana Chevron Corporation fez saber ao governo brasileiro, na quinta-feira, que tem tecnologia e experiência para descobrir petróleo em qualquer profundidade. Já operando em dois pontos da Bacia de Campos, ela de fato tem know-how comprovado, ao menos em prospecções no pós-sal. Quem, porém, acompanha o noticiário atento a questões ambientais anda meio com o pé atrás com a Chevron, por causa de um escandaloso processo envolvendo a floresta amazônica. Não o nosso lado da floresta, mas o equatoriano, o que faz pouca diferença, pois em ecossistemas as fronteiras traçadas pelo homem são ainda mais relativas.

A Chevron, em si, nada fez; herdou o crime, perpetrado pela antiga Texaco, que a Chevron encampou em 2001. Os advogados, relações-públicas e lobistas que há oito anos se ocupam do caso, estes sim trabalham para a gigante do petróleo, a quinta maior empresa do mundo. E como jogam pesado, nos bastidores da Justiça e na mídia! Agem contra 30 mil habitantes da floresta amazônica (5 tribo e 30 comunidades), desde 1993 à espera de uma punição pelas desgraças que a Texaco lhes causou.

Quase 70 bilhões de litros de água contaminada e 64 milhões de litros de crude (o petróleo em estado bruto, antes do refino) sistematicamente despejados nas águas do Lago Agrio, perto de mil pontos de lixo tóxico deixados ao leu no solo da floresta, epidemia de câncer, abortos — foi esse o saldo da devastação causada pela Texaco, depois de quase 30 anos de exploração da bacia de petróleo na Amazônia equatoriana. Nem a barbeiragem do petroleiro Exxon Valdez, no Alasca, em 1989, cujos efeitos sobre o meio ambiente ainda hoje são sentidos, produziu estrago de tamanha envergadura.

O Valdez derramou 41 milhões de litros de crude na costa do Alasca. A tragédia ambiental que a Texaco provocou no Equador, por fazer uso de equipamento obsoleto e procedimentos técnicos inadequados, e assim ampliar sua margem de lucro, é a maior do gênero. Não exagerou quem a comparou a um acidente nuclear como o de Chernobyl.

Face à ameaça de desembolsar US\$ 27 bilhões para indenizar as vítimas da Texaco, a Chevron montou uma blitzkrieg (blitz de guerra) jurídica e marqueteira. No desespero, anunciou ter em seu poder um vídeo

comprometedor do juiz Juan Nuñez, escalado para o caso. Gravado com uma microcâmera por um empreiteiro a soldo da empresa, o tal vídeo afinal não comprometia o magistrado com qualquer esquema de corrupção. Pura farolagem diversionista ou protelatória, que, presumo, poderá enfraquecer um bocado a defesa.

A Exxon levou duas décadas apelando para chicanas de toda sorte para escapar dos US\$ 10 bilhões que um juiz a condenara a pagar aos nativos e ao Estado do Alasca pelos danos causados pelo Valdez, e acabou conseguindo um desconto considerável. Ao que tudo indica a Chevron não terá a mesma sorte. Primeiro, porque a luta em favor do meio ambiente ganhou, nos últimos tempos, cruzados mais poderosos e perseverantes. Segundo, porque só os J. R. Ewings da Chevron não parecem estar solidários com a causa dos indígenas equatorianos.

E ainda há o fator cinema. Um badalado e premiado documentário sobre as malfeitorias da Texaco na Amazônia equatoriana e a épica batalha forense que ensejou pode empurrar o fiel da balança a favor das vítimas, caso repita nos cinemas o impacto que provocou no Festival de Sundance deste ano e em outras mostras. Sua estreia no IFC Center de Nova York, quarta-feira próxima, e, na semana seguinte, na Costa Oeste, está sendo aguardada com suspense e otimismo por todos aqueles comprometidos de variadas formas com a missão histórica de submeter uma corporação do porte da Chevron aos rigores da lei.

Produzido, dirigido e fotografado por Joe Berlinger, que nele trabalhou durante três anos, *Crude* não deve ser confundido com um documentário homônimo, feito pelo australiano Richard Smith, sobre o crude e suas implicações geológicas e econômicas, tão inofensivo que a rede de televisão ABC exibiu-o em capítulos em 2007. [...]

Duas figuras sobressaem em *Crude*: Pablo Fajardo, ex-petroleiro equatoriano que se formou em direito por correspondência e hoje é o principal advogado das tribos do Lago Agrio, e um cacique cofán que atravessa a floresta a pé, de canoa, ônibus, trem e avião para levar as queixas de seu povo a uma reunião de acionistas da Chevron, em Houston (Texas), onde se defronta com um advogado que parece ter sido o modelo da Tilda Swinton em “Conduta de Risco” [...].

5.2.3 Dois importantes exemplos de contestação

O tema da despreocupação de certas empresas com as pessoas e o ambiente também está presente em vários filmes.

Sugerimos dois deles: *Erin Brockovich – Uma mulher de talento* e *O jardineiro fiel*.

Assista a um desses filmes e debata com seu professor e colegas:

- a postura e objetivos das empresas retratadas;
- a relação dessas empresas com a sociedade civil;
- a ação da sociedade para garantir uma postura ética e responsável das empresas.

Filme: *Erin Brockovich – Uma mulher de talento* (*Erin Brockovich*)

EUA, 2000

Direção: Steven Soderbergh

Com: Julia Roberts, Albert Finney, Aaron Eckhart

Julia Roberts é Erin Brockovich, uma dedicada e jovem mãe que luta para sobreviver de todas as maneiras que conhece. Desesperada por um trabalho que sustente suas três crianças, ela convence o advogado Ed Masry (Finney) a contratá-la.

Sem ter os conhecimentos de uma verdadeira advogada, Erin começa a investigar um caso que confronta uma poderosíssima empresa, a PGE – Gás e Eletricidade do Pacífico, com elevados crimes ambientais, dos quais resultam inúmeros casos de mortes e doenças nos habitantes de uma pequena localidade da Califórnia. Apaixonada por aquilo que faz, Erin vive como se fosse sua a história de cada um dos queixosos, envolve-se de tal maneira que sabe todos os nomes, todos os contatos, consegue enumerar cada problema de saúde de cada um deles. E o caso vai aumentando de dimensão dia a dia, até chegar a proporções gigantescas, com centenas de queixosos. Erin trata as pessoas como pessoas, e isso é tudo o que elas pedem, não querem ser tratadas como mais um caso, mas sim como pessoas que foram enganadas e que sofrem por isso.

Determinada, Erin luta com todas as suas forças para conseguir justiça para os moradores.

Filme: *O Jardineiro Fiel* (*The Constant Gardner*)

Inglaterra, 2005

Direção: Fernando Meirelles

Com: Rachel Weisz, Ralph Fiennes

O filme, dirigido pelo brasileiro Fernando Meirelles e baseado no livro do inglês John Le Carré, apresenta tramas de interesses e práticas duvidosas de empresas de grande porte do setor farmacêutico. A história, bem costurada a partir de um roteiro em flash back, apresenta inúmeras reviravoltas, muito suspense e denúncias. Além disto, *O Jardineiro Fiel* também soma créditos por fotografia e edição excelentes.

O cenário principal é a África. Esposa de um diplomata, a ativista política envolvida em causas humanitárias Tessa Quayle (interpretada por Rachel Weisz) decide investigar os procedimentos de uma empresa que está testando um remédio contra tuberculose na população local. Suspeitando de que os miseráveis habitantes do local estão servindo de cobaias num experimento sem a menor segurança, Tessa alia-se a um médico para denunciar as ações da empresa responsável pelos testes, a ThreeBees, para as autoridades britânicas. As investigações os levam a descobertas surpreendentes: práticas criminosas de aperfeiçoamento de drogas medicamentosas, conspirações de indústrias farmacêuticas e governos e somas bilionárias investidas em pesquisas e na manutenção de interesses escusos.

Assassinada em consequência de suas perigosas investigações, caberá ao marido Justin Quayle (interpretado magistralmente por Ralph Fiennes) retomar a trilha deixada pela esposa e tentar denunciar a exploração humana justificada por lucros exorbitantes. O diplomata deverá sobreviver a caçadores de recompensa, enfrentar pressões políticas que tentam silenciá-lo e descobrir detalhes arrebatadores da atuação engajada da esposa.

O filme nos coloca questões éticas fundamentais e apresenta aspectos terríveis do mundo dos negócios, capaz de criar sociedades insensíveis a injustiças sociais, a violência e a intolerâncias.

Veja roteiro no site: www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=525. Acessado em: 4 abr. 2011.

5.2.4 Bons exemplos de uma gestão empreendedora e cidadã

Considerando tudo o que foi estudado até aqui, vemos que é imperativo que as empresas atuais passem a gerir seus negócios tendo em vista não só o desempenho financeiro, mas a sustentabilidade, o que inclui **práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas (triângulo da sustentabilidade)**.

Vejamos dois exemplos de empresas que praticam a cidadania organizacional citados no *Guia de Exame de Sustentabilidade 2007*. Esses exemplos podem ser encontrados no seguinte endereço: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_265713.shtml, acessado em: 6 abr. 2011 (Exemplo 1) e http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_265697.shtml, acessado em: 6 abr. 2011 (Exemplo 2).

PROPOSTA DE ATIVIDADE I

Ao ler as reportagens, registre em seu caderno os critérios para avaliar as ações das empresas e posteriormente discuta com seus colegas e professor a validade desses critérios e indique outros que o grupo considere importantes. Lembre-se de que o objetivo é indicar práticas para uma empresa ser considerada verdadeiramente cidadã, ou seja, comprometida com a sociedade e o ambiente.

Exemplo 1

DA TEORIA PARA A PRÁTICA (ADRIANA PEREIRA)

No primeiro dia de trabalho, os funcionários da Accor aprendem que ações relacionadas à sustentabilidade precisam ser incorporadas ao dia a dia de suas atividades.

Na subsidiária brasileira da francesa Accor, uma das maiores empresas de hotelaria e serviços do mundo, todo novo funcionário tem uma espécie de ritual a seguir. No primeiro dia de trabalho, o profissional deve elaborar o que

a empresa chama de “contrato de gestão”, um documento que resume os principais objetivos e resultados que ele se propõe a alcançar durante o ano. Além de questões específicas à função do novo empregado, o documento traz as responsabilidades socioambientais assumidas pelo departamento em que ele vai trabalhar: de medidas que a área pretende tomar para reduzir os danos ambientais à implantação e manutenção de programas de inclusão social. O cumprimento do contrato é monitorado pela empresa e seus resultados influenciam diretamente o programa de remuneração variável. “Queremos, sim, que nossos clientes nos reconheçam pelo que fazemos. Mas queremos, em primeiro lugar, que nossos funcionários se sintam engajados, realizados e orgulhosos do que fazem”, diz Firmin António, presidente da Accor no Brasil e diretor-geral da Accor para a América Latina.

Em 2006, a Accor patrocinou 92 projetos e ações sociais, com a ajuda de 2.500 funcionários voluntários – 38% mais do que o total mobilizado no ano anterior. Cerca de 45.000 brinquedos e agasalhos foram arrecadados em campanhas internas – 65% mais do que em 2005. Na área de meio ambiente, uma das ações desenvolvidas é o ReciclAccor, que incentiva os funcionários a reciclar plásticos e papéis. O dinheiro arrecadado com a reciclagem é investido na compra de produtos, como remédios e cestas básicas, para os empregados da manutenção, limpeza e segurança da própria unidade – desde 2000, o programa beneficia 70 funcionários por ano.

[...]

Avaliação da empresa

Pontos fortes

- Mantém um programa interno para motivar os funcionários a se dedicar a trabalhos voluntários.
- Os aspectos socioambientais estão inseridos nas projeções de receitas e despesas da empresa.
- O relatório de sustentabilidade é auditado, sob todos os aspectos, por uma instituição independente.

Pontos fracos

- A política ambiental da empresa não abrange todos os fornecedores.
- Não existe um sistema documentado de gestão de riscos corporativos que considere aspectos socioambientais de curto, médio e longo prazo.
- O volume de negócios com fornecedores atingidos pelo processo de monitoramento com base em critérios sociais representa menos de 50% do total.

(Adriana Pereira/Editora Abril)

Exemplo 2

ADOÇÃO DE UMA CIDADE (GUY CORRÉA)

Instalada em Piracicaba há três décadas, a Caterpillar liderou a criação de uma agenda de crescimento sustentável para o município

Uma das principais características de uma empresa cidadã é o comprometimento e a integração com a comunidade em que atua. A subsidiária brasileira da americana Caterpillar, uma das maiores fabricantes de tratores e máquinas industriais do mundo, levou essa premissa ao limite. Instalada no município paulista de Piracicaba há mais de três décadas, a empresa liderou, em 1999, o lançamento de um projeto chamado Piracicaba 2010 – Realizando o Futuro. O objetivo era criar uma agenda de desenvolvimento sustentável para a cidade utilizando a experiência da companhia em planejamento estratégico. “Queríamos emprestar nosso modelo de gestão para que o município tivesse mais qualidade de vida”, diz Natal Garcia, presidente da Caterpillar.

A iniciativa logo recebeu a adesão de outras empresas, do poder público e de organizações não governamentais (ONGs). Pesquisadores e consultores foram contratados para ajudar na elaboração do plano estratégico para a cidade. Em 2001, foi criada uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), a Piracicaba 2010, para cuidar da gestão da agenda de crescimento. Desde então, uma secretaria executiva composta de 12 membros, entre eles três representantes da Caterpillar, coordena duas reuniões mensais para discutir novos projetos de melhoria da cidade. Até hoje foram elaborados 146 projetos nas mais diversas áreas (esporte e lazer, saúde, trânsito, turismo, segurança, meio ambiente e educação). Desses, 119 estão em andamento.

Numa pesquisa realizada com 400 habitantes no final de 2006, 82% dos entrevistados avaliaram que a qualidade de vida no município havia melhorado desde 2001. Para 42%, o setor de saúde foi o que mais se desenvolveu — o maior sinal do avanço seria a diminuição nas filas de atendimento no sistema público de saúde.

[...]

Avaliação da empresa

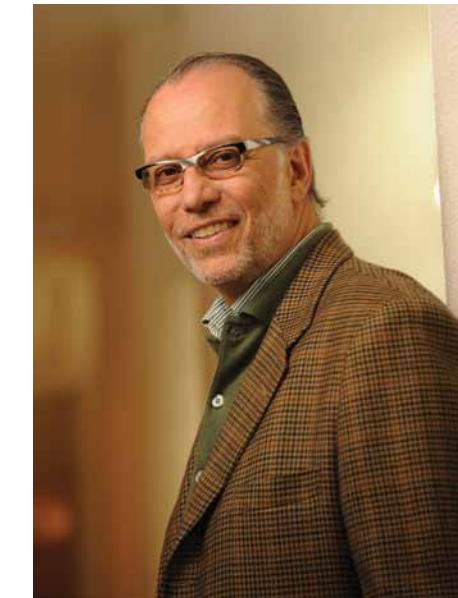
Pontos fortes

- Adota critérios de desempenho ambiental e observa o cumprimento da legislação ambiental na seleção de fornecedores de bens e serviços.
- Monitora seus efluentes, que são lançados no rio obedecendo às exigências da legislação.
- Tem um programa estruturado para ajudar a cidade onde está instalada a se desenvolver.

Pontos fracos

- Não possui na subsidiária brasileira um conselho de administração nem um comitê de sustentabilidade.
- Não publica relatório financeiro no Brasil.
- O processo de elaboração do relatório de sustentabilidade não envolve a participação de outras partes interessadas.

(Guy Corrêa/Editora Abril)



© RÉGIS FILHO/VALOR/FOLHAPRESS

Figura 5.9

Hélio Mattar

Mais um bom exemplo. E já entram em cena a informação e o consumidor

Leia trechos da entrevista com Hélio Mattar, presidente do Instituto Akatu, que no idioma tupi-guarani significa mundo melhor. Ao ler a entrevista, percebemos como um debate aberto pode contribuir para a busca de soluções para problemas globais. Nos exemplos citados na entrevista vemos como empresas, ONGs e sociedade civil podem se articular para propor ações responsáveis e isso se torna possível à medida que a informação se torna acessível a parcelas cada vez mais amplas da população e novas redes de comunicação se constituem – neste caso, a internet oferece uma grande contribuição.

A internet pôs o consumidor no comando

Mestre e doutor em engenharia industrial pela Universidade de Stanford, Hélio Mattar, 61 anos, comandou grandes corporações como a GE-Dako. No início da década, deixou a carreira executiva para se dedicar ao terceiro setor. À frente do Instituto Akatu, que no idioma tupi-guarani significa mundo melhor, Mattar se tornou referência no debate sobre consumo sustentável. “As empresas que quiserem sobreviver terão de adotar uma postura transparente e valorizar a responsabilidade socioambiental”, avalia. Nesta entrevista à *DINHEIRO* [edição 620, de 26/8/2009], ele também critica a miopia do governo na questão da destinação de resíduos e defende a concessão de incentivos tributários para as atividades da chamada economia verde. A seguir, os principais pontos:

DINHEIRO – Recentemente, o Wal-Mart e o Carrefour lideraram um boicote aos frigoríficos acusados pelo Greenpeace de comprar gado criado em áreas desmatadas da Amazônia. Qual lição se pode tirar desse episódio?

HELIO MATTAR – Esse exemplo mostra que houve uma enorme mudança na sociedade brasileira. Se há dez anos acontecesse essa mesma denúncia, certamente boa parte dos consumidores não teria uma percepção da relação entre o desmatamento e o aquecimento global. Nem mesmo da ilegalidade presente em uma cadeia produtiva específica. A forte repercussão fez com que os frigoríficos abandonassem o discurso inicial de minimizar o problema e se comprometessesem em adotar práticas sustentáveis. A reação se deve a uma série de fatores que incluem desde o trabalho de sensibilização dos consumidores, feito pela mídia e também por ONGs como o Akatu, até a evolução no processo de responsabilidade socioambiental das empresas.

DINHEIRO – Mas uma das redes que vetam o chamado boi pirata também abriga seguranças acusados de espancar até a morte um cliente que roubou produtos. Não é um contrassenso?

MATTAR – Não podemos conceber que uma empresa legalmente constituída, quer seja na área de segurança quer seja na de varejo, tenha como política recomendar o espancamento de clientes flagrados em atos ilícitos. Esse fato deve ser averiguado e os responsáveis punidos severamente. Saindo desse exemplo extremo, é preciso ter em mente que até mesmo as corporações que adotam uma postura sustentável estão sujeitas a falhas. As contradições fazem parte do processo de mudança da cultura de um grupo social.

DINHEIRO – Isso causa grandes impactos na imagem das empresas?

MATTAR – Sem dúvida. E o estrago depende da percepção do consumidor e da intensidade no processo de divulgação do fato. As empresas varejistas viram que corriam o risco de ter sua imagem abalada caso não agissem rápido. Os empresários têm de entender que, na era da transparência e da visibilidade, há cada vez menos espaço para quem adota uma postura contrária à sociedade e ao meio ambiente.

DINHEIRO – A internet, com suas redes sociais, pode ser uma ferramenta na luta pela sustentabilidade?

MATTAR – Creio que sim. O consumidor é influenciado pelas informações que ele recebe. Na sociedade do passado, há cinco anos, a função de informar o consumidor era somente da grande mídia. Hoje, 47% dos brasileiros têm acesso à internet em casa, no trabalho ou em Lan Houses. E a navegação se dá basicamente por redes sociais como Orkut, MySpace, Facebook, além de dispositivos via aparelho celular como Twitter e SMS. E isso certamente muda a velocidade da reação do consumidor à informação. Por isso, os consumidores já estão no comando. As empresas ainda não perceberam o risco que estão correndo com o poder dessa interconectividade.

[...]

DINHEIRO – O sr. acredita no potencial da chamada economia verde?

MATTAR – Ela pode ter uma grande contribuição para ajudar a reduzir o impacto na área energética. É por isso que defendo uma reforma tributária que privilegie o desenvolvimento de fontes de energia limpa: eólica, solar e geotérmica. O modelo energético atual é baseado na lucratividade de uns poucos e na geração de passivos ambientais que terão de ser repartidos por todos nós. Não há dúvida de que os projetos ambientalmente sustentáveis são viáveis. Prova disso, é que existe uma fila de consumidores dispostos a comprar os modelos de carros híbridos. Para participar dessa nova onda é preciso recursos e capital intelectual.

DINHEIRO – Como o Brasil poderia se beneficiar desse processo?

MATTAR – Uma das alternativas é a adesão do País aos mecanismos de compensação de emissões, cobrando pelo serviço ambiental da floresta. Isso poderia gerar um fluxo de recursos e também de competência técnica para o País aplicar em tecnologia verde. Hoje, 55% das emissões brasileiras de gases-estufa são decorrentes do desmatamento e da degradação ambiental. Em vez de seguir esse caminho, o governo lança mão de argumentos como a soberania nacional para justificar a recusa em assinar acordos desta natureza.

[...]

Site da Revista *Isto é Dinheiro*

<http://www.terra.com.br/istoeedinheiro/edicoes/620/a-internet-pos-o-consumidor-no-comando-150031-1.htm>. Acessado em 5 ago. 2011.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 2

Vimos, nos dois últimos tópicos, como a questão do crescimento com sustentabilidade e a questão da responsabilidade social das empresas já penetraram no debate público e estão envolvendo o mundo das organizações e das empresas. Há muitos bons exemplos, como também persistem práticas predatórias e descaso. Ilustramos essa realidade com textos, filmes, entrevistas. Convidamos agora a uma parada para refletir e discutir tudo o que foi apresentado, olhando para nós mesmos e para o mundo que nos cerca. Algumas questões poderão ser debatidas:

1. Você conhece outros exemplos positivos e negativos com relação à sustentabilidade do desenvolvimento e responsabilidade social das organizações e das empresas? Se não tem outros exemplos, sugerimos que os busque na internet, em livros e artigos de revistas e jornais.

A busca pode começar individualmente. Depois, os resultados poderão ser socializados em grupos e em plenárias. Enfim, o resultado das buscas e das discussões sempre deve ter em mira responder a esta outra questão:

2. O que eu posso fazer; hoje e no futuro da minha vida profissional, para participar do movimento de sustentabilidade do desenvolvimento e da responsabilidade social em geral e no mundo empresarial?

É bom que todos os dados e resultados sejam recolhidos no caderno de atividades.

5.2.5 O consumidor consciente e responsável... Mais uma vez o planeta agradece. As instituições e os códigos de proteção

Cada vez mais vai se implantando a figura do **consumidor consciente e responsável**. Podemos dizer que é chegada a hora e a vez do consumidor. E o planeta agradece. Em primeiro lugar há uma consciência crescente de contestação ao consumo predatório, causador e ao mesmo tempo reflexo das desigualdades.

A postura de cidadania, ética e responsabilidade social é cada vez mais cobrada das empresas por parte dos consumidores. Hoje, há um número crescente de pessoas que se perguntam de quem estão comprando e querem, por meio de seu poder de compra, melhorar a maneira como as organizações trabalham.

Um modelo econômico sustentável exige consumidores responsáveis. Para consumidores atentos, não é difícil perceber a estreita relação entre seus hábitos de consumo e os graves problemas ambientais e sociais que afetam o mundo todo. Cada vez mais consumidores precisam compreender que é preciso frear o consumismo e direcionar suas escolhas de forma a promover o desenvolvimento sustentável. De outro modo não será possível universalizar o acesso aos bens essenciais e garantir a preservação dos recursos naturais necessários para a sobrevivência das gerações atuais e futuras.

Tal mudança na atitude dos consumidores já começou: além de preço e qualidade, muitos dentre eles estão cada vez mais atentos a aspectos relacionados ao comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores; a normas de preservação ambiental; à ética na publicidade e nas práticas empresariais; à promoção do bem-estar social etc. A transparência das empresas em relação a essas informações também passa a ser valorizada, tornando-se a principal ferramenta para o consumo consciente e cidadão.

Certificações e selos atestam boas práticas socioambientais, como o **FSC**, que comprova que a madeira ou o papel vêm de florestas manejadas de modo sustentável; o Rainforest Alliance, para a agricultura que conserva a biodiversidade; o ISO 14000, para a excelência ambiental nas empresas; além de outros.

Pesquisas com empresas exportadoras indicam que aquelas que se comprometem com a sustentabilidade conseguem aumentar o desempenho de suas vendas para o exterior em cerca de 15% do seu valor. Consumidores de várias partes do mundo aceitam pagar mais por boas práticas socioambientais.

A Agenda 21, documento assinado durante a **Rio92**, deixa clara a preocupação com o impacto ambiental de diferentes estilos de vida e padrões de consumo: “Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente

mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”. (Capítulo 4 da Agenda 21).

As instituições e os códigos de proteção

No Brasil, a história da organização dos consumidores para a defesa de seus direitos tem um marco importante nos anos 1970, com o surgimento das primeiras organizações e do primeiro órgão público de proteção e defesa do consumidor, o Procon de São Paulo. Nessa mesma época foi aprovado o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, em 1978, que estabeleceu normas para o setor, como a proibição de propaganda enganosa e abusiva. Dois anos depois foi criado o Conselho de Autorregulamentação Publicitária (**Conar**), com a missão de fiscalizar o cumprimento do código.

A luta pela redemocratização e a crescente movimentação da sociedade civil brasileira nos anos 1980 gerou um novo impulso ao movimento com a aprovação de uma lei que permitia a defesa coletiva dos **interesses difusos** da sociedade com a criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e a incorporação do tema à Constituição.

Em 1991 passou a vigorar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor (**CDC**). Uma importante novidade trazida pelo CDC foi o reconhecimento de que o consumidor é a parte mais fraca nas relações de consumo, o que permitiu maior equilíbrio de forças entre consumidores e fornecedores.

Na década de 1990 foi assegurada a consolidação desses direitos, com a criação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (**SNDC**) que integra os Procons, Inmetro, promotorias de justiça, defensorias públicas, delegacias especializadas e juizados especiais cíveis (que outrora eram os juizados de pequenas causas), além das associações de consumidores, atualmente reunidas no Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor.

O **Idec** – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (www.idec.org.br, acessado em 14 nov. 2010) é uma associação de consumidores fundada em 1987. Não possui fins lucrativos. Não tem qualquer vínculo com empresas, governos ou partidos políticos. Os recursos financeiros para o desenvolvimento de suas atividades têm sua origem nas anuidades pagas pelos seus associados, nas vendas de assinaturas da *Revista do Idec* e outras publicações, além da realização de cursos.

O Idec é membro pleno da Consumers International, uma federação que congrega mais de 250 associações de consumidores que operam no mundo todo. O instituto faz parte do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor – criado para fortalecer o movimento dos consumidores em todo o País – e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong.

Interesses difusos são aqueles transindividuais, que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelo mesmo fato. Seus sujeitos são indeterminados e indetermináveis. Ex.: vítimas do uso de determinado remédio; vítimas da poluição ambiental provocada por certa empresa.

FSC: Forest Stewardship Council. O Conselho Brasileiro de Manejo Florestal é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos e que representa o FSC no Brasil. A instituição tem como objetivo principal promover o manejo e a certificação florestal no Brasil

Rio92 foi a Conferência das Nações Unidas que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992 para discutir as relações entre desenvolvimento e meio ambiente e propor soluções. Teve como resultados uma série de tratados balizadores dos cuidados ambientais. O mais conhecido é a Agenda 21, que estabelece, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento. Foi assinada por 179 países.

Figura 5.10

A renovação natural dos recursos do planeta já não consegue repô-los na mesma velocidade com que os consumimos.

20% da população mundial, que habita principalmente os países ricos do hemisfério norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta e produz mais de 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas.

Enquanto isso, 80% da população mundial, que habita principalmente os países pobres do hemisfério sul, fica com apenas 20% dos recursos naturais. Para reduzir essas disparidades sociais, permitindo aos habitantes dos países do sul atingirem o mesmo padrão de consumo material médio de um habitante do norte, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra. "Cidadania e consumo sustentável" (www.idec.org.br/biblioteca, acessado em 10 set. 2009).



Pro-Teste (www.proteste.org.br, acessado em 3 maio 2010) — Maior entidade civil da América Latina na proteção do consumidor. No Brasil, ela é uma associação civil sem fins lucrativos, apartidária, independente de governos e de empresas. Fundada em 2001, é uma Oscip reconhecida em nível federal pelo Ministério da Justiça e conta com mais de 240 mil associados.

5.2.6 A comunicação mercadológica e as reações dos órgãos públicos contra a propaganda enganosa

Tempos difíceis estão atravessando o nosso planeta: excesso de população, poluição descontrolada, devastação em grande escala, recursos naturais escassos, sede de lucro, consumo predatório. Manchete da capa da revista *Veja* de 16 de dezembro de 2009 alerta: “Estamos devorando o planeta: água, carne, peixe: o mundo consome mais do que a Terra pode produzir”. Por isso, a chamada para a responsabilidade social e por um desenvolvimento sustentável está apelando para que a comunicação mercadológica também assuma suas responsabilidades de incentivar um consumo consciente e de educar os consumidores. Sobre esse tema, há um livro muito esclarecedor, *Comunicação Mercadológica: uma visão multidisciplinar*, organizado por Daniel dos Santos Galindo (2008). Um dos problemas graves do momento é a publicidade enganosa ou abusiva que persiste, embora vetada pelo Código do Consumidor (artigo 37). Ela vem sendo coibida também pelos órgãos públicos. A esse respeito convidamos a ler um artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24 de agosto de 2009.

O Estado de S. Paulo, em 24 de agosto de 2009.

PROPAGANDA NO ALVO DO CONSUMIDOR (MARILI RIBEIRO)

Crescem as queixas nos órgãos públicos contra estratégias publicitárias consideradas enganosas

Quando o Procon de São Paulo autuou as cervejarias Schincariol e Petrópolis por conta de propaganda enganosa – com o argumento de que campanhas publicitárias das duas empresas induziam o consumidor a pensar que o selo de proteção usado nas latas de cerveja seria higiênico, fato contestado pelo órgão –, acendeu-se um sinal de alerta. Cada vez mais as discussões em torno do negócio de fazer publicidade não se limitam ao Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), o órgão privado de setor que sempre dominou esse debate.

Há cinco anos, segundo os registros do Procon-SP, foram multadas 40 empresas por prática de propaganda enganosa. Este ano, esse número já foi atingido apenas no primeiro semestre. “Os consumidores estão mais críticos em relação aos seus direitos”, acredita Paulo Arthur Góes, diretor de fiscalização do Procon-SP.

Para ele, a própria instituição mudou a forma de lidar com o que chama de “artifícios criados pela propaganda que geram expectativas que os produtos e serviços não conseguem entregar”. Góes não pode comentar casos em andamento, mas gosta de citar o que considera exemplos clássicos do tipo de manobra que a publicidade inventa para atrair.

“A questão do frete de automóveis foi um deles e resultou em mais de 100 autos de infração aplicados tanto em concessionárias como em montadoras”, diz. Para estimular os compradores, as peças publicitárias escancaravam um valor para o carro sem computar o custo do frete. O produto ficava mais barato, mas aquele preço não existia. “Como o comprador iria retirar o carro na fábrica?”, diz.

Hoje, uma das demandas que mais provoca queixas e questionamentos é a publicidade de serviços de telecomunicações e de televisão paga, ao anunciar pacotes com valores válidos apenas para os dois ou três meses iniciais. O preço real fica bem escondido para não assustar o consumidor. “Investigar essas práticas é ação de governo. Os órgãos privados não vão correr atrás disso. Por isso mesmo, vários países controlam a propaganda. Há muitos interesses que requerem discussão mais ampla que entidades empresariais não vão bancar”, diz Góes.

Procurada para comentar o aumento das queixas fora do âmbito do Conar, a assessoria de imprensa da instituição se limitou a informar que 80 reclamações – a projeção para este ano – é um número pequeno no universo de milhares de peças publicitárias produzidas anualmente no País. Fora isso, lembrou que, no ano passado, foram julgados 448 processos na instituição, sendo que cerca de 27%, ou 123, foram encaminhados por consumidores. Os outros são processos iniciados por empresas concorrentes, ou outras instituições.

No site do Conar encontra-se também um gráfico que classifica a origem dos processos. Nele, somente 30% dos casos são denominados como de “apresentação verdadeira”. Ou seja, nesse item estariam as peças com mensagens duvidosas. A maioria das demandas julgadas pelos conselheiros da entidade refere-se a cuidados com a publicidade infantil, com questões de responsabilidade social, com a propaganda comparativa e com a adequação às leis.

O aumento das queixas contra a propaganda enganosa não é um fenômeno brasileiro, mas cresce também na Europa. Na semana passada, por exemplo, estava em discussão no Reino Unido a proibição do recurso promocional usado há décadas de convocar o consumidor com a frase: “Compre um e leve dois”. A intenção do governo ao abolir o mecanismo é tentar combater o que considera altos índices de desperdício.

O código de defesa do consumidor no Brasil tem 16 anos. Ainda é um instrumento novo, tanto para a sociedade como para as políticas de governo. Mas têm sido crescentes as ações de incentivo à sua aplicação. Com isso, cresce a participação dos 27 Procons estaduais, como também a do Ministério Público e das entidades organizadas pela sociedade civil.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 3

Vimos a importância do consumidor consciente e responsável, os códigos que o protegem e as reações contra a propaganda enganosa.

As seguintes indagações suscitam algumas questões a serem refletidas e debatidas em grupos e em plenária e podem ter como resultado um bom relatório para o caderno de atividades:

1. O que implica para mim como pessoa e como integrante da sociedade ser um consumidor responsável? Essa pergunta vem atrelada à seguinte, que é muito embaraçosa.
2. Consumidor é sinônimo de cidadão e de ser humano ou é uma figura do capitalismo para o qual consumidor é o ser humano que tem dinheiro para comprar e entrar no mercado? Daí a pergunta seguinte:
3. Que dizer dos milhões pelo mundo afora que vivem na miséria, vítimas do flagelo da fome, e não consomem nem mesmo o necessário para sobreviver? Eu, consumidor, o que tenho a ver com isso?

5.3 Ousar a utopia. A *Carta da Terra* e seus princípios: um Ethos para salvar o planeta e a humanidade

Voltamos à angustiante pergunta lançada na internet por Stephen Hawking em 2006. “Num mundo política, social e ambientalmente caótico, como a raça humana poderá manter-se por mais 100 anos?” Muitos ventos alvissareiros estão carregando respostas de esperança no meio das incertezas e da desesperança, indícios de uma consciência cada vez mais vigorosa da necessidade de uma ética planetária.

Entretanto, grandes interesses mercadológicos e geopolíticos em jogo levam os países mais ricos a boicotar o movimento da história e as principais conquistas

com relação à ecologia e ao meio ambiente. Foi o que aconteceu na 15.^a Conferência sobre o Clima, realizada em Copenhague (Dinamarca) de 17 a 23 de dezembro de 2009 – a COP15 –, que reuniu representantes de 192 países com o esperançoso objetivo de chegar a um acordo para conter o aquecimento global. Uma das questões-chave para o sucesso da conferência era trazer os Estados Unidos, o segundo maior poluidor do planeta (foram ultrapassados pela China), para assinar o acordo que impõe metas obrigatórias e de médio prazo para os países. Os EUA, que sempre se recusaram a assinar o **Protocolo de Kioto**, mantiveram a mesma posição omisa na COP15.

Também não se conseguiu que os países emergentes (China, Brasil e Índia) se obrigassem a reduzir o crescimento de suas emissões de gases poluentes, nem foi garantido que os países desenvolvidos, que assinaram o Protocolo de Kioto, continuassem comprometidos com a redução das emissões e a ampliassem. Enfim, a COP15 foi uma reunião com muitos holofotes, mas pouco útil aos interesses do planeta.

Instalou-se um clima de medo, pois a discussão foi eminentemente econômica, e cada país, de forma egoísta, pensou em possíveis danos ao seu próprio crescimento econômico se assumisse metas muito ousadas de redução das emissões. As nações continuaram sem ceder em Copenhague. O único avanço foi no aspecto financeiro, com a criação de um fundo de 100 bilhões de dólares por ano a ser investidos até 2020 em ações para que os países que mais sofrem os trágicos efeitos do aquecimento possam se adaptar às metas de redução dos gases. As medidas mais necessárias para conseguir as metas da conferência foram adiadas para a COP16, que foi realizada no México em 2010.

O fracasso da COP15 torna ainda mais urgente ousar a utopia contida na *Carta da Terra*. Por isso vamos dar toda atenção a ela.

5.3.1 Um pouco de história sobre a *Carta da Terra*

A *Carta da Terra* surgiu de uma longa maturação que envolveu amplas discussões em nível mundial, acompanhando o crescimento da consciência ecológica. Em 1970, grandes demonstrações pacíficas nos Estados Unidos reuniram mais de 20 milhões de pessoas contra os abusos ambientais. Era o dia 22 de abril, data em que surgiu o Primeiro Dia da Terra, que fez a questão ambiental entrar definitivamente na agenda política americana. Em 1971, surge no Canadá o Greenpeace, a mais conhecida ONG ambientalista mundial. No ano seguinte, o **Clube de Roma** fez o primeiro grande balanço sobre a situação da Terra e elaborou um “Relatório” que propunha limites ao crescimento devastador dos recursos naturais e ambientais, pois, segundo as estimativas, em apenas 100 anos a Terra entraria em colapso.

No mesmo ano, a ONU reúne, em Estocolmo, na Suécia, representantes de 113 países na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Aparece pela primeira vez a tese do desenvolvimento sustentável como resolução do dilema “meio ambiente *versus* crescimento”. Mas houve reações negativas à posição do Clube de Roma e da ONU. Os países ricos a condenaram porque não

Protocolo de Kioto é um tratado internacional firmado nessa cidade do Japão em 1997 e ratificado em 1999. Propõe um calendário pelo qual os países membros (principalmente os mais desenvolvidos) assumem a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012. Para o protocolo entrar em vigor seria necessário que 55% dos países que juntos produzem 55% das emissões o ratificassem. Por isso, ele só entrou em vigor em 2005, depois que a Rússia o ratificou em 2004. As metas de redução não são homogêneas para todos os países. Alguns países em desenvolvimento, como Brasil, México, Argentina e Índia, não receberam metas de redução.

O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento com sustentabilidade.

incluía os avanços tecnológicos. Entretanto, os pobres protestavam contra a tese de que o desenvolvimento deveria ser freado. A posição do Brasil na época foi: “desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde”. Mas desencadeou-se a consciência de que o futuro da Terra e da humanidade está indissociavelmente vinculado às condições ambientais e ecológicas propícias à vida.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento emite um documento denominado *Relatório Brundtland*, em referência à primeira-ministra da Noruega, que acolheu a reunião da comissão. Esse relatório consagra a expressão em voga até hoje: “desenvolvimento sustentável”. A Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, promovida pela ONU, teve como resultado uma série de tratados balizadores dos cuidados ambientais. O mais conhecido é a Agenda 21, que estabelece em escala planetária um novo padrão de desenvolvimento, assinada por 179 países.

Nessa conferência, foi proposta pela primeira vez uma *Carta da Terra*, que tinha o objetivo de dar unidade ética a todos os projetos discutidos e aprovados. Mas o texto não foi acolhido, pois não estava redigido com muita clareza e também era ainda necessário amadurecer a consciência global sobre suas propostas. Por isso, em 1995, um encontro em Haia, na Holanda, reunindo 60 representantes de várias áreas engajadas na questão ecológica, foi proposta uma Comissão da *Carta da Terra*, com o escopo de promover uma consulta mundial sobre o conteúdo a ser consignado no documento. Nos anos de 1998 e 1999, realizou-se uma ampla discussão em todos os continentes e em todos os níveis (escolas de todos os níveis de ensino, comunidades de base, centros de pesquisa e ministérios de educação envolvendo 46 países e mais de 100 mil pessoas).

Na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco –, em reunião realizada em Paris de 12 a 14 de março de 2000, foram incorporadas as últimas contribuições e foi ratificada a *Carta da Terra*.

O texto final ainda continua aberto às discussões e incorporações e a meta ambiciosa é que seja discutido e aprovado pela ONU para que tenha o mesmo valor atribuído à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Almeja-se que, posteriormente, constitua-se em lei que vincule todos os países, de tal forma que, em todos os recantos da Terra, quem violar a dignidade do planeta, seja pessoa física ou jurídica, possa ser submetido a processo e a punição.

A composição da *Carta da Terra*

A Carta se divide em quatro partes: preâmbulo, princípios fundamentais, princípios de apoio e conclusão. Passamos a transcrever apenas os 16 princípios fundamentais da Carta, remetendo, para a leitura da sua íntegra, ao site:

www.cartadaterra.brasil.org/prt/text.html

I – RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

II – INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover intercâmbio aberto e a ampla troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

III – JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV – DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.
14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessários para um modo de vida sustentável.
15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

5.3.2 A acolhida no Brasil e os trabalhos educacionais com os princípios da *Carta da Terra*

A *Carta da Terra* começa a repercutir no panorama educacional brasileiro. Uma experiência de grande alcance foi realizada pela ONG Instituto BioMA (<http://www.bioma.org.br/>), com sede em Paulínia, São Paulo, vinculada ao seu projeto PJCAN (Projeto Jovem Cidadão Amigo da Natureza), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ministério da Educação, cujo objetivo é promover ações relacionadas ao meio ambiente e à cidadania. A experiência consistiu em um trabalho de discussão e aplicação dos princípios da

Carta da Terra em escolas do ensino fundamental de 14 municípios do Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema e na região da Alta Paulista. Uma equipe de professores e estagiários fez um trabalho de capacitação dos professores das escolas que aderiram ao Projeto de Trabalho Pedagógico com a *Carta da Terra*, que teve um caráter transdisciplinar. Desenvolvido em 2006, o projeto envolveu 16 mil alunos, 600 profissionais de educação e 32 estagiários. Um livro publicado em 2007 com o título *Histórias de aprender e ensinar para mudar o mundo* informa sobre o processo adotado na experiência, traz textos de professores como Moacir Gadotti, Leonardo Boff e outros que elucidam a *Carta da Terra*, e de outros que focalizam as atividades desenvolvidas nas salas de aula. Essas atividades são relatadas na última parte da obra. O livro foi publicado pelo Instituto BioMA com o patrocínio do MEC. A tiragem é de 8 mil exemplares a serem distribuídos gratuitamente.

Outra ONG, o Cope – Centro de Publicações, Estudos e Promoção Social –, fundado em homenagem ao freira da Ordem de São Domingos, frei Tito de Alencar, que foi preso e torturado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, e faleceu em exílio na França, vítima das sequelas psíquicas dos maus-tratos recebidos —, acolhe diariamente, na Colônia Veneza, Peruíbe, São Paulo, 200 crianças de famílias carentes que estão matriculadas no ensino fundamental de escolas da periferia da cidade. O centro oferece reforço escolar, alimentação, prática de esportes e educação para a cidadania. O currículo educacional do Cope inclui os 16 princípios da *Carta da Terra*.

Menção especial merece também a intensa atividade de um dos mais importantes teólogos do Brasil, o professor Leonardo Boff, que, em suas conferências e palestras pelo país, leva consigo uma mochila com o emblema da *Carta da Terra*, e se tornou um dos mais notáveis divulgadores dos seus princípios.

PROPOSTA DE ATIVIDADE 4

O desafio lançado por Stephen Hawking toca a cada um de nós. Daí nosso convite a refletirem em grupos e discutir em plenária as seguintes questões:

1. Quais são as minhas responsabilidades como cidadão de um planeta que agoniza?
2. Como posso, no meu dia a dia, divulgar, praticar e fazer respeitar os princípios da *Carta da Terra*?

A sugestão é que a reflexão e a discussão sejam feitas de modo criativo, mediante encenação, cartazes, jograis, recitação de textos e poesias, com o objetivo de mostrar os grandes desafios ecológicos que nos preocupam e as vias de superação propostas pela *Carta da Terra*.

Referências bibliográficas

LIVROS

- ALMANAQUE Brasil socioambiental. São Paulo, Instituto socioambiental, 2004.
- ALVES, Júlia Falivene. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo, Ed. Moderna, 1992.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo, 1986.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BARTOLI, Jean. *Ser Executivo*. Um ideal? Uma religião? Aparecida: Ideias e Letras, 2005.
- BASSEGIO, Luiz e FREIRE, Roberval. Por uma nova lei de imigração para o Brasil. In: BERNARDO, Teresinha e CLEMENTE, Claudemir Correa. *Diásporas, redes e guetos*. Conceitos e configurações no contexto transnacional. São Paulo: EDUC, 2008, p. 97-104.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Ética Pós-Moderna*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- BERNARDO, Teresinha e CLEMENTE, Claudemir Correa. *Diásporas, redes e guetos*. Conceitos e configurações no contexto transnacional. São Paulo: EDUC, 2008.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913 – 1956*. Seleção, tradução e posfácio: Paulo César Souza. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação*. São Paulo: Brasiliense, 1993. Coleção Primeiros Passos.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade dos muros*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Ideologia do trabalho*. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.
- CARTA DA TERRA. www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html
- CATTANI, Antonio David (org.). *Dicionário crítico: trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Ed. Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1996
- _____. *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

- CLEMENTE, Claudemir Correa. Sociabilidades que cruzam fronteiras: profissionais transnacionais. In: BERNARDO, Teresinha e CLEMENTE, Claudemir Correa. *Didásporas, redes e guetos*. São Paulo: EDUC, p. 167-178.
- COBRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos.
- COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Aprendiz do futuro: cidadania hoje e amanhã*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
- _____. *Cidadão de papel*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIMENSTEIN, Gilberto; GIANSONTI, Álvaro e RODRIGUES, Marta M. A. *Dez lições de sociologia*. São Paulo: FTD, 2008.
- FERNANDES, Florestan. “Pronunciamento na Assembleia Legislativa Federal”. *Diário da Assembleia*. Brasília, Ano I, n. 9, 22 de fevereiro de 1987.
- GIANSONTI, Roberto. *Tecnologias e sociedade no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Global/Ação Educativa, 2006.
- GARLINO, Daniel. *Comunicação mercadológica*. Uma visão multidisciplinar. São Bernardo do Campo: UMEESP, 2008.
- GENTILI, Pablo A. A. “O discurso da ‘qualidade’ como nova retórica conservadora”. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomás T. (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOLDBERG, Ruth. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos de Responsabilidade Social, 2001.
- JOÃO PAULO II. *Carta encíclica sobre o trabalho humano (Laborem Exercens)*. São Paulo: Loyola, 1981.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia – Guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995 (ou 1997).
- KAMPER, Dietmar. *O trabalho como vida*. São Paulo: Ed. Annablume, 1998.
- KLEBER, Maia Marinho e LABREA, Valéria Viana (orgs.). *Histórias de aprender-e-ensinar para mudar o mundo*. Paulínia: Instituto BloMA, 2007.
- KUPSTAS, Marcia (org.). *Violência em debate*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.
- _____. *Trabalho em debate*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LIBANIO, J. B. *Ideologia e cidadania*. São Paulo: Ed. Moderna, 1995.
- LIMA, Alex Oliveira Rodrigues de. *Ética global: Legislação profissional no terceiro milênio*. São Paulo: Ed. Iglu, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MARTINEZ, Paulo. *Direitos de cidadania: Um lugar ao sol*. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar A. *Introdução à administração*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal e ALVES, Júlia Falivene. *Contribuição à pesquisa do ensino no Estado de São Paulo: Inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.
- MORIN, Edgar. *O método 6 – Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NALINI, José Renato. *Ética e justiça*. São Paulo: Seminário de estudos sobre a tecnoética – As fronteiras da ética hoje – SENAC-SP, maio de 2000.
- PEREIRA, Otaviano, *O que é moral*. São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Primeiros Passos, n. 244.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Ética, política e cidadania: o Estado e a administração pública*. São Paulo: Seminário de estudos sobre a tecnoética – As fronteiras da ética hoje – SENAC-SP, maio de 2000.
- RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Compreender e ensinar*. Por uma docência da melhor qualidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANDRONI, Paulo (consultor). *Dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1987.
- SANTOS, Milton. “A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço-mundo”. In: DOWBOR, Ladislau et al. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.
- SENNET, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Coleção Virando Séculos, 7.
- SOUZA, Herbert de. *Ética e cidadania*. São Paulo: Ed. Moderna, 1994.
- SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1986.
- VÁRIOS AUTORES. *Como as empresas podem e devem valorizar a diversidade*. São Paulo, Instituto Ethos de Responsabilidade Social, 2000.

VEIGA, José Eli da. *Meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Senac.

VIDIGAL, Carmen Sylvia e ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). *Inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

_____. *Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

WHITAKER, Dulce. *Escolha da carreira e globalização*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

ARTIGOS

AUGUSTO, Sergio. “Um Chernobyl na Amazônia equatoriana.” *O Estado de S. Paulo*, 6 de setembro de 2009.

CARDOSO, Carlos. “O garoto que domou o vento.” Disponível em: <http://www.contraditorium.com/2009/10/15/o-garoto-que-domou-o-vento/>

CHERMONT, Gisele Salgado de. “O novo perfil do profissional.” Disponível em: www.geocities.com/infobusiness.geo/ncoperfil.html, acesso em 20 de setembro de 2009

GISELE, Salgado de. “O Novo Perfil do Profissional.” Disponível em: www.geocities.com/infobusiness.geo/nvoperfil.html

DUPAS, Gilberto. “O futuro do trabalho.” *O Estado de S. Paulo*, 20 de outubro de 2007.

FONTANA, Alessandra e DE MARI. “Você é do bem?”. *Você s.a. Exame*. Edição 30, Ano 3, dezembro/2000.

FRANÇA, Ronaldo. “Babel em Copenhague”. Revista *Veja*, 23 de dezembro de 2009.

GLEISER, Marcelo. “Terra rara”. *Folha de S.Paulo*, Caderno MAIS p. 7, 25 de abril de 2010.

GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE. Dezembro de 2007.

GUSMÃO, Marcos. “Por que seu emprego pode estar em perigo.” *Revista Você s.a.*, ed. 23, ano 3, maio de 2000.

NETTO, Andrei. “Contra ilegais, Itália flerta com o fascismo.” *O Estado de S. Paulo*, 13 de setembro de 2009.

POCHMANN, Márcio. “Mal-estar ainda predomina no trabalho.” *Folha de São Paulo*, 24 de março de 2002.

RIBEIRO, Marili. “Propaganda no alvo do consumidor.” *O Estado de S. Paulo*, 24 de agosto de 2009.

SAMPLE, Ian. “Como a raça humana poderá se manter por mais 100 anos.” *O Estado de S. Paulo*, 6 de agosto de 2006

FILMES

Ou Tudo ou Nada (The Full Monty). Reino Unido, 1997. Direção Peter Cataneo.

Crianças Invisíveis (All the Invisible Children). Itália, 2005. Direção Mehd Charef e outros.

Bem-vindo (Welcome). França, 2009. Direção Philippe Loiret.

Erin Brockovich – Uma Mulher de Talento (Erin Brockovich). EUA, 2000. Direção: Steven Soderbergh.

O Jardineiro Fiel (The Constant Gardener). Inglaterra, 2005. Direção Fernando Meirelles.

Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global visto pelo Lado de Cá. Brasil, 2007. Direção Silvio Tendler.

Quanto Vale ou é por Quilo? Brasil, 2005. Direção Sergio Bianchi.

Anexo I – A sua profissão e os Códigos de Ética/Conduta

Muitas profissões já possuem seu Código de Ética Profissional. Como estudante de um curso profissionalizante, é muito importante que você conheça os documentos que pautam a atuação em sua futura área de trabalho, em seu grupo social, na organização ou empresa da qual você já é ou pode tornar-se colaborador.

Geralmente os Códigos de Ética Profissional enunciam os fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática das profissões, relacionando princípios éticos, deveres, condutas vedadas e direitos da categoria profissional quanto a objetivos e natureza da profissão, relacionamento profissional, intervenção sobre o meio ambiente, segurança, relações com clientes, empregadores e colaboradores, etc.

Sem a intenção de normatizar a natureza técnica do trabalho, estes documentos procuram assegurar um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social de determinada categoria a partir de valores relevantes para a sociedade.

Neste anexo sugerimos que os alunos se organizem em grupos e desenvolvam uma pesquisa sobre ética profissional relacionada com sua futura área de atuação no mundo do trabalho.

A título de orientação, sugerimos os seguintes procedimentos de pesquisa:

- consulta a livros, páginas eletrônicas e códigos de ética relacionados à profissão escolhida;
- entrevista com profissionais da área e com o público em geral a respeito de questões a ela referentes;
- reflexão e debate com os colegas sobre os dados obtidos;
- atenção especial na análise da profissão e do profissional em relação aos seguintes aspectos:
 - a) respeito à vida, à segurança e à cidadania;
 - b) função social do profissional;
 - c) competência como requisito da ética profissional;
 - d) perfil do profissional competente e ético;
 - e) educação e formação do profissional para que atue segundo os princípios da ética e dos direitos e deveres de cidadania;
- coleta de recortes de jornais, fotos, notícias, letras de música, indicação de programas de TV, filmes, enfim, tudo o que pode ilustrar ou reforçar a argumentação; anotação da bibliografia utilizada e das referências identificadoras dos entrevistados.

Anexo II – Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais

Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 33^a reunião, celebrada em Paris, de 3 a 21 de outubro de 2005,

Afirmando que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade,

Ciente de que a diversidade cultural constitui patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos,

Sabendo que a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações,

Recordando que a diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito entre povos e culturas, é indispensável para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional,

Celebrando a importância da diversidade cultural para a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros instrumentos universalmente reconhecidos,

Destacando a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, bem como da cooperação internacional para o desenvolvimento, e tendo igualmente em conta a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), com sua ênfase na erradicação da pobreza,

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade,

Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção,

Reconhecendo a necessidade de adotar medidas para proteger a diversidade das expressões culturais incluindo seus conteúdos, especialmente nas situações em que expressões culturais possam estar ameaçadas de extinção ou de grave deterioração,

Enfatizando a importância da cultura para a coesão social em geral, e, em particular, o seu potencial para a melhoria da condição da mulher e de seu papel na sociedade,

Ciente de que a diversidade cultural se fortalece mediante a livre circulação de ideias e se nutre das trocas constantes e da interação entre culturas,

Reafirmando que a liberdade de pensamento, expressão e informação, bem como a diversidade da mídia, possibilitam o florescimento das expressões culturais nas sociedades,

Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas ideias e valores,

Recordando que a diversidade linguística constitui elemento fundamental da diversidade cultural, e reafirmando o papel fundamental que a educação desempenha na proteção e promoção das expressões culturais,

Tendo em conta a importância da vitalidade das culturas para todos, incluindo as pessoas que pertencem a minorias e povos indígenas, tal como se manifesta em sua liberdade de criar, difundir e distribuir as suas expressões culturais tradicionais, bem como de ter acesso a elas, de modo a favorecer o seu próprio desenvolvimento,

Sublinhando o papel essencial da interação e da criatividade culturais, que nutrem e renovam as expressões culturais, e fortalecem o papel desempenhado por aqueles que participam no desenvolvimento da cultura para o progresso da sociedade como um todo,

Reconhecendo a importância dos direitos da propriedade intelectual para a manutenção das pessoas que participam da criatividade cultural,

Convencida de que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial,

Constatando que os processos de globalização, facilitados pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres,

Ciente do mandato específico confiado à UNESCO para assegurar o respeito à diversidade das culturas e recomendar os acordos internacionais que julgue necessários para promover a livre circulação de ideias por meio da palavra e da imagem,

Referindo-se às disposições dos instrumentos internacionais adotados pela

UNESCO relativos à diversidade cultural e ao exercício dos direitos culturais, em particular a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001,

Adota, em 20 de outubro de 2005, a presente Convenção:

I. Objetivos e princípios diretores

Artigo 1 – OBJETIVOS

Os objetivos da presente Convenção são:

- (a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- (b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- (c) encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
- (d) fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
- (e) promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- (f) reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
- (g) reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados;
- (h) reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território;
- (i) fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais.

Artigo 2 – PRINCÍPIOS DIRETORES

1. Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a

liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais. Ninguém poderá invocar as disposições da presente Convenção para atentar contra os direitos do homem e as liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos pelo direito internacional, ou para limitar o âmbito de sua aplicação.

2. Princípio da soberania

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de adotar medidas e políticas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seus respectivos territórios.

3. Princípio da igual dignidade e do respeito por todas as culturas

A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas.

4. Princípio da solidariedade e cooperação internacionais

A cooperação e a solidariedade internacionais devem permitir a todos os países, em particular os países em desenvolvimento, criarem e fortalecerem os meios necessários a sua expressão cultural – incluindo as indústrias culturais, sejam elas nascentes ou estabelecidas – nos planos local, nacional e internacional.

5. Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem.

6. Princípio do desenvolvimento sustentável

A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras.

7. Princípio do acesso equitativo

O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo.

8. Princípio da abertura e do equilíbrio

Ao adotarem medidas para favorecer a diversidade das expressões culturais, os Estados buscarão promover, de modo apropriado, a abertura a outras culturas do mundo e garantir que tais medidas estejam em conformidade com os objetivos perseguidos pela presente Convenção.

II. Campo de aplicação

Artigo 3 – CAMPO DE APLICAÇÃO

A presente Convenção aplica-se a políticas e medidas adotadas pelas Partes relativas à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

III. Definições

Artigo 4 – DEFINIÇÕES

Para os fins da presente Convenção, fica entendido que:

1. Diversidade Cultural

“Diversidade cultural” refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.

2. Conteúdo Cultural

“Conteúdo cultural” refere-se ao caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam identidades culturais.

3. Expressões culturais

“Expressões culturais” são aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural.

4. Atividades, bens e serviços culturais

“Atividades, bens e serviços culturais” refere-se às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais.

5. Indústrias culturais

“Indústrias culturais” refere-se às indústrias que produzem e distribuem bens e serviços culturais, tais como definidos no parágrafo 4 acima.

6. Políticas e medidas culturais

“Políticas e medidas culturais” refere-se às políticas e medidas relacionadas à cultura, seja no plano local, regional, nacional ou internacional, que tenham como foco a cultura como tal, ou cuja finalidade seja exercer efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo a criação, produção, difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e o acesso aos mesmos.

7. Proteção

“Proteção” significa a adoção de medidas que visem à preservação, salvaguarda e valorização da diversidade das expressões culturais. “Proteger” significa adotar tais medidas.

8. Interculturalidade

“Interculturalidade” refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo.

IV. Direitos e obrigações das partes

Artigo 5 – REGRA GERAL EM MATÉRIA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

1. As Partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, os princípios do direito internacional e os instrumentos universalmente reconhecidos em matéria de direitos humanos, reafirmam seu direito soberano de formular e implementar as suas políticas culturais e de adotar medidas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, bem como para o fortalecimento da cooperação internacional, a fim de alcançar os objetivos da presente Convenção.

2. Quando uma Parte implementar políticas e adotar medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território, tais políticas e medidas deverão ser compatíveis com as disposições da presente Convenção.

Artigo 6 – DIREITOS DAS PARTES NO ÂMBITO NACIONAL

1. No marco de suas políticas e medidas culturais, tais como definidas no artigo 4.6, e levando em consideração as circunstâncias e necessidades que lhe são particulares, cada Parte poderá adotar medidas destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território.

2. Tais medidas poderão incluir:

- (a) medidas regulatórias que visem à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais;
- (b) medidas que, de maneira apropriada, criem oportunidades às atividades, bens e serviços culturais nacionais – entre o conjunto das atividades, bens e serviços culturais disponíveis no seu território –, para a sua criação, produção, difusão, distribuição e fruição, incluindo disposições relacionadas à língua utilizada nessas atividades, bens e serviços;
- (c) medidas destinadas a fornecer às indústrias culturais nacionais independentes e às atividades no setor informal acesso efetivo aos meios de produção, difusão e distribuição das atividades, bens e serviços culturais;
- (d) medidas voltadas para a concessão de apoio financeiro público;
- (e) medidas com o propósito de encorajar organizações de fins não lucrativos, e também instituições públicas e privadas, artistas e outros profissionais de cultura, a desenvolver e promover o livre intercâmbio e circulação de ideias e expressões culturais, bem como de atividades, bens e serviços culturais, e a estimular tanto a criatividade quanto o espírito empreendedor em suas atividades;
- (f) medidas com vistas a estabelecer e apoiar, de forma adequada, as instituições pertinentes de serviço público;
- (g) medidas para encorajar e apoiar os artistas e todos aqueles envolvidos na criação de expressões culturais;
- (h) medidas objetivando promover a diversidade da mídia, inclusive mediante serviços públicos de radiodifusão.

Artigo 7 – MEDIDAS PARA A PROMOÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

1. As Partes procurarão criar em seu território um ambiente que encoraje indivíduos e grupos sociais a:

- (a) criar, produzir, difundir, distribuir suas próprias expressões culturais, e a elas ter acesso, conferindo a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais da mulher, assim como dos diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e povos indígenas;
- (b) ter acesso às diversas expressões culturais provenientes do seu território e dos demais países do mundo;
- 2.** As Partes buscarão também reconhecer a importante contribuição dos artistas, de todos aqueles envolvidos no processo criativo, das comunidades culturais

e das organizações que os apoiam em seu trabalho, bem como o papel central que desempenham ao nutrir a diversidade das expressões culturais.

Artigo 8 – MEDIDAS PARA A PROTEÇÃO DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

1. Sem prejuízo das disposições dos artigos 5 e 6, uma Parte poderá diagnosticar a existência de situações especiais em que expressões culturais em seu território estejam em risco de extinção, sob séria ameaça ou necessitando de urgente salvaguarda.

2. As Partes poderão adotar todas as medidas apropriadas para proteger e preservar as expressões culturais nas situações referidas no parágrafo 1, em conformidade com as disposições da presente Convenção.

3. As partes informarão ao Comitê Intergovernamental mencionado no Artigo 23 todas as medidas tomadas para fazer face às exigências da situação, podendo o Comitê formular recomendações apropriadas.

Artigo 9 – INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E TRANSPARÊNCIA

As Partes:

- (a) fornecerão, a cada quatro anos, em seus relatórios à UNESCO, informação apropriada sobre as medidas adotadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território e no plano internacional;
- (b) designarão um ponto focal, responsável pelo compartilhamento de informações relativas à presente Convenção;
- (c) compartilharão e trocarão informações relativas à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

Artigo 10 – EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA

As Partes deverão:

- (a) propiciar e desenvolver a compreensão da importância da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, por intermédio, entre outros, de programas de educação e maior sensibilização do público;
- (b) cooperar com outras Partes e organizações regionais e internacionais para alcançar o objetivo do presente artigo;
- (c) esforçar-se por incentivar a criatividade e fortalecer as capacidades de produção, mediante o estabelecimento de programas de educação, treinamento e intercâmbio na área das indústrias culturais. Tais medidas deverão ser aplicadas de modo a não terem impacto negativo sobre as formas tradicionais de produção.

Artigo 11 – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

As Partes reconhecem o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. As Partes deverão encorajar a participação ativa da sociedade civil em seus esforços para alcançar os objetivos da presente Convenção.

Artigo 12 – PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As Partes procurarão fortalecer sua cooperação bilateral, regional e internacional, a fim de criar condições propícias à promoção da diversidade das expressões culturais, levando especialmente em conta as situações mencionadas nos Artigos 8 e 17, em particular com vistas a:

- (a) facilitar o diálogo entre as Partes sobre política cultural;
- (b) reforçar as capacidades estratégicas e de gestão do setor público nas instituições públicas culturais, mediante intercâmbios culturais profissionais e internacionais, bem como compartilhamento das melhores práticas;
- (c) reforçar as parcerias com a sociedade civil, organizações não governamentais e setor privado, e entre essas entidades, para favorecer e promover a diversidade das expressões culturais;
- (d) promover a utilização das novas tecnologias e encorajar parcerias para incrementar o compartilhamento de informações, aumentar a compreensão cultural e fomentar a diversidade das expressões culturais;
- (e) encorajar a celebração de acordos de coprodução e de codistribuição.

Artigo 13 – INTEGRAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As Partes envidarão esforços para integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, nesse marco, fomentar os aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

Artigo 14 – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

As Partes procurarão apoiar a cooperação para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, especialmente em relação às necessidades específicas dos países em desenvolvimento, com vistas a favorecer a emergência de um setor cultural dinâmico pelos seguintes meios, entre outros:

- (a) o fortalecimento das indústrias culturais em países em desenvolvimento:
 - (i) criando e fortalecendo as capacidades de produção e distribuição culturais nos países em desenvolvimento;

- (ii) facilitando um maior acesso de suas atividades, bens e serviços culturais ao mercado global e aos circuitos internacionais de distribuição;
 - (iii) permitindo a emergência de mercados regionais e locais viáveis;
 - (iv) adotando, sempre que possível, medidas apropriadas nos países desenvolvidos com vistas a facilitar o acesso ao seu território das atividades, bens e serviços culturais dos países em desenvolvimento;
 - (v) apoiando o trabalho criativo e facilitando, na medida do possível, a mobilidade dos artistas dos países em desenvolvimento;
 - (vi) encorajando uma apropriada colaboração entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em particular nas áreas da música e do cinema.
- (b) o fortalecimento das capacidades por meio do intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos especializados, assim como pela formação de recursos humanos nos países em desenvolvimento, nos setores público e privado, no que concerne notadamente as capacidades estratégicas e gerenciais, a formulação e implementação de políticas, a promoção e distribuição das expressões culturais, o desenvolvimento das mídias, pequenas e microempresas, e a utilização das tecnologias e desenvolvimento e transferência de competências;
- (c) a transferência de tecnologias e conhecimentos mediante a introdução de medidas apropriadas de incentivo, especialmente no campo das indústrias e empresas culturais;
- (d) o apoio financeiro mediante:
- (i) o estabelecimento de um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural conforme disposto no artigo 18;
 - (ii) a concessão de assistência oficial ao desenvolvimento, segundo proceda, incluindo a assistência técnica, a fim de estimular e incentivar a criatividade;
 - (iii) outras formas de assistência financeira, tais como empréstimos com baixas taxas de juros, subvenções e outros mecanismos de financiamento.

Artigo 15 – MODALIDADES DE COLABORAÇÃO

As Partes incentivará o desenvolvimento de parcerias entre o setor público, o setor privado e organizações de fins não lucrativos, e também no interior dos mesmos, a fim de cooperar com os países em desenvolvimento no fortalecimento de suas capacidades de proteger e promover a diversidade das expressões culturais. Essas parcerias inovadoras enfatizarão, de acordo com as necessidades concretas dos países em desenvolvimento, a melhoria da infraestrutura, dos recursos humanos e políticos, assim como o intercâmbio de atividades, bens e serviços culturais.

Artigo 16 – TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Os países desenvolvidos facilitarão intercâmbios culturais com os países em desenvolvimento garantindo, por meio dos instrumentos institucionais e jurídicos apropriados, um tratamento preferencial aos seus artistas e outros profissionais e praticantes da cultura, assim como aos seus bens e serviços culturais.

Artigo 17 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM SITUAÇÕES DE GRAVE AMEAÇA ÀS EXPRESSÕES CULTURAIS

As Partes cooperarão para mutuamente se prestarem assistência, conferindo especial atenção aos países em desenvolvimento, nas situações referidas no Artigo 8.

Artigo 18 – FUNDO INTERNACIONAL PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

- 1.** Fica instituído um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, dourante denominado o “Fundo”.
- 2.** O Fundo estará constituído por fundos fiduciários, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UNESCO.
- 3.** Os recursos do Fundo serão constituídos por:
 - (a) contribuições voluntárias das Partes;
 - (b) recursos financeiros que a Conferência-Geral da UNESCO assigne para tal fim;
 - (c) contribuições, doações ou legados feitos por outros Estados, organismos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações regionais ou internacionais; entidades públicas ou privadas e pessoas físicas;
 - (d) juros sobre os recursos do Fundo;
 - (e) o produto das coletas e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo;
 - (f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo.
- 4.** A utilização dos recursos do Fundo será decidida pelo Comitê Intergovernamental, com base nas orientações da Conferência das Partes mencionada no Artigo 22.
- 5.** O Comitê Intergovernamental poderá aceitar contribuições, ou outras formas de assistência com finalidade geral ou específica que estejam vinculadas a projetos concretos, desde que os mesmos contem com a sua aprovação.

6. As contribuições ao Fundo não poderão estar vinculadas a qualquer condição política, econômica ou de outro tipo que seja incompatível com os objetivos da presente Convenção.

7. As Partes farão esforços para prestar contribuições voluntárias, em bases regulares, para a implementação da presente Convenção.

Artigo 19 – INTERCÂMBIO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

1. As Partes comprometem-se a trocar informações e compartilhar conhecimentos especializados relativos à coleta de dados e estatísticas sobre a diversidade das expressões culturais, bem como sobre as melhores práticas para a sua proteção e promoção.

2. A UNESCO facilitará, graças aos mecanismos existentes no seu Secretariado, a coleta, análise e difusão de todas as informações, estatísticas e melhores práticas sobre a matéria.

3. Adicionalmente, a UNESCO estabelecerá e atualizará um banco de dados sobre os diversos setores e organismos governamentais, privados e de fins não lucrativos, que estejam envolvidos no domínio das expressões culturais.

4. A fim de facilitar a coleta de dados, a UNESCO dará atenção especial à capacitação e ao fortalecimento das competências das Partes que requisitarem assistência na matéria.

5. A coleta de informações definida no presente artigo complementará as informações a que fazem referência as disposições do artigo 9.

V. Relações com outros instrumentos

Artigo 20 – RELAÇÕES COM OUTROS INSTRUMENTOS: APOIO

MÚTUO, COMPLEMENTARIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

1. As Partes reconhecem que deverão cumprir de boa-fé suas obrigações perante a presente Convenção e todos os demais tratados dos quais sejam parte. Da mesma forma, sem subordinar esta Convenção a qualquer outro tratado:

(a) fomentarão o apoio mútuo entre esta Convenção e os outros tratados dos quais são parte; e

(b) ao interpretarem e aplicarem os outros tratados dos quais são parte ou ao assumirem novas obrigações internacionais, as Partes levarão em conta as disposições relevantes da presente Convenção.

2. Nada na presente Convenção será interpretado como modificando os direitos e obrigações das Partes decorrentes de outros tratados dos quais sejam parte.

Artigo 21 – CONSULTA E COORDENAÇÃO INTERNACIONAL

As Partes comprometem-se a promover os objetivos e princípios da presente Convenção em outros foros internacionais. Para esse fim, as Partes deverão consultar-se, quando conveniente, tendo em mente os mencionados objetivos e princípios.

VI. Órgãos da Convenção

Artigo 22 – CONFERÊNCIA DAS PARTES

1. Fica estabelecida uma Conferência das Partes. A Conferência das Partes é o órgão plenário e supremo da presente Convenção.

2. A Conferência das Partes se reúne em sessão ordinária a cada dois anos, sempre que possível no âmbito da Conferência-Geral da UNESCO. A Conferência das Partes poderá reunir-se em sessão extraordinária, se assim o decidir, ou se solicitação for dirigida ao Comitê Intergovernamental por ao menos um terço das Partes.

3. A Conferência das Partes adotará o seu próprio Regimento interno.

4. As funções da Conferência das Partes são, entre outras:

(a) eleger os Membros do Comitê Intergovernamental;

(b) receber e examinar relatórios das Partes da presente Convenção transmitidos pelo Comitê Intergovernamental;

(c) aprovar as diretrizes operacionais preparadas, a seu pedido, pelo Comitê Intergovernamental;

(d) adotar quaisquer outras medidas que considere necessárias para promover os objetivos da presente Convenção.

Artigo 23 – COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL

1. Fica instituído junto à UNESCO um Comitê Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, doravante referido como “Comitê Intergovernamental”. Ele é composto por representantes de 18 Estados-Partes da Convenção, eleitos pela Conferência das Partes para um mandato de quatro anos, a partir da entrada em vigor da presente Convenção, conforme o artigo 29.

2. O Comitê Intergovernamental se reúne em sessões anuais.

3. O Comitê Intergovernamental funciona sob a autoridade e em conformidade com as diretrizes da Conferência das Partes, à qual presta contas.

4. Os número de membros do Comitê Intergovernamental será elevado para 24 quando o número de membros da presente Convenção chegar a 50.

5. A eleição dos membros do Comitê Intergovernamental é baseada nos princípios da representação geográfica equitativa e da rotatividade.

6. Sem prejuízo de outras responsabilidades a ele conferidas pela presente Convenção, o Comitê Intergovernamental tem as seguintes funções:

- (a) promover os objetivos da presente Convenção, incentivar e monitorar a sua implementação;
- (b) preparar e submeter à aprovação da Conferência das Partes, mediante solicitação, as diretrizes operacionais relativas à implementação e aplicação das disposições da presente Convenção;
- (c) transmitir à Conferência das Partes os relatórios das Partes da Convenção acompanhados de observações e um resumo de seus conteúdos;
- (d) fazer recomendações apropriadas para situações trazidas à sua atenção pelas Partes da Convenção, de acordo com as disposições pertinentes da Convenção, em particular o Artigo 8;
- (e) estabelecer os procedimentos e outros mecanismos de consulta que visem à promoção dos objetivos e princípios da presente Convenção em outros foros internacionais;
- (f) realizar qualquer outra tarefa que lhe possa solicitar a Conferência das Partes.

7. O Comitê Intergovernamental, em conformidade com o seu Regimento interno, poderá, a qualquer momento, convidar organismos públicos ou privados ou pessoas físicas a participarem das suas reuniões para consultá-los sobre questões específicas.

8. O Comitê Intergovernamental elaborará o seu próprio Regimento interno e o submeterá à aprovação da Conferências das Partes.

Artigo 24 – SECRETARIADO DA UNESCO

1. Os órgãos da presente Convenção serão assistidos pelo Secretariado da UNESCO.

2. O Secretariado preparará a documentação da Conferência das Partes e do Comitê Intergovernamental, assim como o projeto de agenda de suas reuniões, prestando auxílio na implementação de suas decisões e informando sobre a aplicação das mesmas.

VII. Disposições finais

Artigo 25 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

1. Em caso de controvérsia acerca da interpretação ou aplicação da presente Convenção, as Partes buscarão resolvê-la mediante negociação.

2. Se as Partes envolvidas não chegarem a acordo por negociação, poderão recorrer conjuntamente aos bons ofícios ou à mediação de uma terceira Parte.

3. Se os bons ofícios ou a mediação não forem adotados, ou se não for possível superar a controvérsia pela negociação, bons ofícios ou mediação, uma Parte poderá recorrer à conciliação, em conformidade com o procedimento constante do Anexo à presente Convenção. As Partes considerarão de boa-fé a proposta de solução da controvérsia apresentada pela Comissão de Conciliação.

4. Cada Parte poderá, no momento da ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, declarar que não reconhece o procedimento de conciliação acima disposto. Toda Parte que tenha feito tal declaração poderá, a qualquer momento, retirá-la mediante notificação ao Diretor-Geral da UNESCO.

Artigo 26 – RATIFICAÇÃO, ACEITAÇÃO, APROVAÇÃO OU ADESÃO POR ESTADOS-MEMBROS

1. A presente Convenção estará sujeita à ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados membros da UNESCO, em conformidade com os seus respectivos procedimentos constitucionais.

2. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto ao Diretor-Geral da UNESCO.

Artigo 27 – ADESÃO

1. A presente Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado não membro da UNESCO, desde que pertença à Organização das Nações Unidas ou a algum dos seus organismos especializados e que tenha sido convidado pela Conferência-Geral da Organização a aderir à Convenção.

2. A presente Convenção estará também aberta à adesão de territórios que gozem de plena autonomia interna reconhecida como tal pelas Nações Unidas, mas que não tenham alcançado a total independência em conformidade com a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, e que tenham competência nas matérias de que trata a presente Convenção, incluindo a competência para concluir tratados relativos a essas matérias.

3. As seguintes disposições aplicam-se a organizações regionais de integração econômica:

- a) a presente Convenção ficará também aberta à adesão de toda organização regional de integração econômica, que estará, exceto conforme estipulado abaixo, plenamente vinculada às disposições da Convenção, da mesma maneira que os Estados Parte.

- b) se um ou mais Estados membros dessas organizações forem igualmente Partes da presente Convenção, a organização e o Estado ou Estados membros decidirão sobre suas respectivas responsabilidades no que tange ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção. Tal divisão de responsabilidades terá efeito após o término do procedimento de notificação descrito no inciso (c) abaixo. A organização e seus Estados membros não poderão exercer, concomitantemente, os direitos que emanam da presente Convenção. Além disso, nas matérias de sua competência, as organizações regionais de integração econômica poderão exercer o direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados membros que sejam Partes da Convenção. Tais organizações não poderão exercer o direito a voto se qualquer dos seus membros o fizer, e vice-versa.
 - c) a organização regional de integração econômica e seu Estado ou Estados membros que tenham acordado a divisão de responsabilidades prevista no inciso (b) acima, o informarão às Partes do seguinte modo:
 - (i) em seu instrumento de adesão, tal organização declarará, de forma precisa, a divisão de suas responsabilidades com respeito às matérias regidas pela Convenção;
 - (ii) em caso de posterior modificação das respectivas responsabilidades, a organização regional de integração econômica informará ao depositário de toda proposta de modificação dessas responsabilidades; o depositário deverá, por sua vez, informar as Partes de tal modificação.
 - d) os Estados membros de uma organização regional de integração econômica que se tenham tornado Partes da presente Convenção são supostos manter a competência sobre todas as matérias que não tenham sido, mediante expressa declaração ou informação ao depositário, objeto de transferência de competência à organização.
 - e) entende-se por “organização regional de integração econômica” toda organização constituída por Estados soberanos, membros das Nações Unidas ou de um de seus organismos especializados, à qual tais Estados tenham transferido suas competências em matérias regidas pela presente Convenção, e que haja sido devidamente autorizada, de acordo com seus procedimentos internos, a tornar-se Parte da Convenção.
- 4.** O instrumento de adesão será depositado junto ao Diretor-Geral da UNESCO.

Artigo 28 – PONTO FOCAL

Ao aderir à presente Convenção, cada Parte designará o “ponto focal” referido no artigo 9.

Artigo 29 – ENTRADA EM VIGOR

1. A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data de depósito

do trigésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, mas unicamente em relação aos Estados ou organizações regionais de integração econômica que tenham depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão naquela data ou anteriormente. Para as demais Partes, a Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2. Para os fins do presente artigo, nenhum instrumento depositado por organização regional de integração econômica será contado como adicional àqueles depositados pelos Estados membros da referida organização.

Artigo 30 – SISTEMAS CONSTITUCIONAIS NÃO UNITÁRIOS OU FEDERATIVOS

Reconhecendo que os acordos internacionais vinculam de mesmo modo as Partes, independentemente de seus sistemas constitucionais, as disposições a seguir aplicam-se às Partes com regime constitucional federativo ou não unitário:

- (a) no que se refere às disposições da presente Convenção cuja aplicação seja da competência do poder legislativo federal ou central, as obrigações do governo federal ou central serão as mesmas das Partes que não são Estados federativos;
- (b) no que se refere às disposições desta Convenção cuja aplicação seja da competência de cada uma das unidades constituintes, sejam elas Estados, condados, províncias ou cantões que, em virtude do sistema constitucional da federação, não tenham a obrigação de adotar medidas legislativas, o governo federal comunicará, quando necessário, essas disposições às autoridades competentes das unidades constituintes, sejam elas Estados, condados, províncias ou cantões, com a recomendação de que sejam aplicadas.

Artigo 31 – DENÚNCIA

1. Cada uma das Partes poderá denunciar a presente Convenção.
2. A denúncia será notificada em instrumento escrito depositado junto ao Diretor-Geral da UNESCO.
3. A denúncia terá efeito doze meses após a recepção do respectivo instrumento. A denúncia não modificará em nada as obrigações financeiras que a Parte denunciante assumiu até a data de efetivação da retirada.

Artigo 32 – FUNÇÕES DE DEPOSITÁRIO

O Diretor-Geral da UNESCO, na condição de depositário da presente Convenção, informará aos Estados membros da Organização, aos Estados não membros e às organizações regionais de integração econômica a que se refere o Artigo 27, assim como às Nações Unidas, sobre o depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão mencionados nos artigos 26 e 27, bem como sobre as denúncias previstas no Artigo 31.

Artigo 33 – EMENDAS

- 1.** Toda Parte poderá, por comunicação escrita dirigida ao Diretor-Geral, propor emendas à presente Convenção. O Diretor-Geral transmitirá essa comunicação às demais Partes. Se, no prazo de seis meses a partir da data da transmissão da comunicação, pelo menos metade dos Estados responder favoravelmente a essa demanda, o Diretor-Geral apresentará a proposta à próxima sessão da Conferência das Partes para discussão e eventual adoção.
- 2.** As emendas serão adotadas por uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes.
- 3.** Uma vez adotadas, as emendas à presente Convenção serão submetidas às Partes para ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
- 4.** Para as Partes que as tenham ratificado, aceitado, aprovado ou a elas aderido, as emendas à presente Convenção entrarão em vigor três meses após o depósito dos instrumentos referidos no parágrafo 3 deste Artigo por dois terços das Partes. Subsequentemente, para cada Parte que a ratifique, aceite, aprove ou a ela adira, a emenda entrará em vigor três meses após a data do depósito por essa Parte do respectivo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.
- 5.** O procedimento estabelecido nos parágrafos 3 e 4 não se aplicará às emendas ao artigo 23 relativas ao número de membros do Comitê Intergovernamental. Tais emendas entrarão em vigor no momento em que forem adotadas.
- 6.** Um Estado, ou uma organização regional de integração econômica definida no artigo 27, que se torne Parte da presente Convenção após a entrada em vigor de emendas conforme o parágrafo 4 do presente Artigo, e que não manifeste uma intenção diferente, será considerado:

- (a) parte da presente Convenção assim emendada; e
- (b) parte da presente Convenção não emendada relativamente a toda Parte que não esteja vinculada a essa emenda.

Artigo 34 – TEXTOS AUTÊNTICOS

A presente Convenção está redigida em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, sendo os seis textos igualmente autênticos.

Artigo 35 – REGISTRO

Em conformidade com o disposto no artigo 102 da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registrada no Secretariado das Nações Unidas por petição do Diretor-Geral da UNESCO.





Excelência no ensino profissional

Administrador da maior rede estadual de educação profissional do país, o Centro Paula Souza tem papel de destaque entre as estratégias do Governo de São Paulo para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social no Estado, na medida em que capta as demandas das diferentes regiões paulistas. Suas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) formam profissionais capacitados para atuar na gestão ou na linha de frente de operações nos diversos segmentos da economia.

Um indicador dessa competência é o índice de inserção dos profissionais no mercado de trabalho. Oito entre dez alunos formados pelas Etecs e Fatecs estão empregados um ano após concluir o curso. Além da excelência, a instituição mantém o compromisso permanente de democratizar a educação gratuita e de qualidade. O Sistema de Pontuação Acrescida beneficia candidatos afrodescendentes e oriundos da Rede Pública. Mais de 70% dos aprovados nos processos seletivos das Etecs e Fatecs vêm do ensino público.

O Centro Paula Souza atua também na qualificação e requalificação de trabalhadores, por meio do Programa de Formação Inicial e Educação Continuada. E ainda oferece o Programa de Mestrado em Tecnologia, recomendado pela Capes e reconhecido pelo MEC, que tem como área de concentração a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável.